

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

Sociedade Civil Angolana
Contributos para a Democracia, Paz e Desenvolvimento

Petra Kátia Amaral Catarino

Orientação: Professor Doutor Armando Marques Guedes

Júri:

Presidente: Professor Doutor Adelino Torres

Vogais: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Professor Doutor Francisco Proença Garcia
Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

Lisboa, Dezembro de 2006

Universidade Técnica de Lisboa
Instituto Superior de Economia e Gestão

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

Sociedade Civil Angolana
Contributos para a Democracia, Paz e Desenvolvimento

Petra Kátia Amaral Catarino

Orientação: Professor Doutor Armando Marques Guedes

Júri:

Presidente: Professor Doutor Adelino Torres

Vogais: Professor Doutor Armando Marques Guedes
Professor Doutor Francisco Proença Garcia
Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira

Lisboa, Dezembro de 2006



Ao Milton,

“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”.

Siglas e Acrónimos

AAD	Acção Angolana para o Desenvolvimento
ACA	Associação Cívica de Angola
ACORD	Agency for Co-operation and Research in Development
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AEA	Aliança Evangélica de Angola
AJPD	Associação Justiça, Paz e Democracia
ALSSA	Associação Leonardo Sikufinde Shalon Angola
AMC	Amplo Movimento dos Cidadãos
BFA	Banco Fomento de Angola
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
CARE	Cooperative for Assistance and Relief
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé
CICA	Conselho de Igrejas Cristas em Angola
CNE	Comissão Nacional Eleitoral
COIEPA	Comité Inter-ecclesial para a Paz em Angola
DW	Development Workshop
EUA	Estados Unidos da América
FES	Fundação Friedrich Ebert Stiftung
FLEC	Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FONGA	Fórum das Organizações Não Governamentais Angolanas
FpD	Frente para a Democracia
GAP	Grupo Angolano para a Promoção da Cultura de Paz
GARP	Grupo Angolano de Reflexão para a Paz
HRW	Human Rights Watch
IANSA	International Action Network on Small Arms
ICRA	Instituto de Ciências Religiosas de Angola
JMPLA	Juventude do Movimento Popular de libertação de Angola
LAC	Luanda Antena Comercial

MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MPD	Mulheres, Paz e Desenvolvimento
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA - PT	Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho
NCC	National Council of Churches
NDI	National Democratic Institute
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico
OMA	Organização da Mulher Angolana
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Organização dos Pioneiros Angolanos
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PED	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RASME	Rede de Apoio ao Sector Micro-Empresarial em Angola
RDC	República Democrática do Congo
RDH	Relatório do Desenvolvimento Humano
ROSCA	Rotational Saving and Credit Associations (Associações de Rotação de Poupança e Crédito)
SADC	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SINPROF	Sindicato Nacional dos Professores
SNV	Netherlands Development Organization
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNTA	União Nacional dos Trabalhadores de Angola
URSS	União das Republicas Socialistas Soviéticas
VIH/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Humana/ Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

Resumo

Sociedade Civil Angolana: Contributos para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

Petra Kátia Amaral Catarino

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientador: Doutor Armando Marques Guedes

Provas concluídas em: Dezembro de 2006

O termo sociedade civil ocupa, nos dias de hoje, uma posição central no discurso das ciências sociais e de desenvolvimento e na interpretação política e social contemporânea. Este facto, deve-se em grande parte, as novas dinâmicas e ambiências adquiridas pelos acontecimentos sociais que caracterizam as sociedades modernas e extravasam o quadro dos agentes políticos tradicionais, estando na origem de desafios que não se esgotam unicamente na procura do crescimento económico. Os direitos humanos, as liberdades políticas fundamentais e a coesão social estão igualmente na ordem do dia e exigem de todos à criação de novas ideias e empenho na busca de respostas mais activas.

Neste sentido e indo de encontro as palavras de Federico Mayor, que defende que “a melhor maneira de encontrar soluções, (...) é dispor de conhecimentos básicos que nos permitirão encontrar a solução para estes problemas”, pretende-se, com esta dissertação, passar em revista as múltiplas interpretações teóricas do conceito de sociedade civil, partindo da sua análise quer como estrutura analítica, quer como veículo de mudança fruto de uma crescente negociação entre cidadãos, Estados e mercados, capaz de embeber e influenciar as realidades e as experiências locais no sentido da paz, democracia, e desenvolvimento.

Palavras-chave: Sociedade Civil, Angola, Paz, Democracia, Desenvolvimento

Abstract

Sociedade Civil Angolana: Contributos para a Paz, Democracia e Desenvolvimento

Petra Kátia Amaral Catarino

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Orientador: Doutor Armando Marques Guedes

Provas concluídas em: Dezembro de 2006

The term civil society nowadays occupies a central position in the discussion of development and social sciences and in political and contemporary social interpretation. This fact is due in large degree to the new dynamics and atmosphere acquired by social happenings that characterize modern societies and that flow out from the traditional political framework begin at the origin of challenges which is not only exhausted in the demand for economic growth. Human rights, the fundamental political freedom and the social cohesion are also in the order of the day and demands from all the creation of new ideas and interest in search of more active answers.

In this manner and in the words of Federico Mayor, that defends “the best way to find solutions, (...) is to arrange the basic knowledge that will permit us to find a solution to these problems”, this dissertation aims to review the multiple theoretical interpretations of the civil society concept, starting from the examination both with analytical structure and as a vehicle of change which the fruits of increasing negotiation among citizens, states and markets, capable of involving and influencing local realities or experiences in the sense of peace, democracy and development.

Keys Words: Sociedade Civil, Angola, Paz, Democracia, Desenvolvimento

Índice Geral

Resumo	v
Abstract	vi
Agradecimentos	viii
Introdução	1
Capítulo I - Debate Teórico sobre a Sociedade Civil	4
1.1 Origem e Evolução Histórica do Conceito	5
1.2 Debate Contemporâneo	15
1.2.1 O Reflorescimento	15
1.2.2 Escolas de Pensamento Contemporâneas da Sociedade Civil	19
1.2.2.1 Modelo Analítico	21
1.2.2.2 Modelo Normativo	25
1.2.2.3 Modelo Comunicativo	28
1.3 Tipologia da Sociedade Civil	31
1.4 A Sociedade Incivil	36
Capítulo II - Olhar a Sociedade Civil pela Perspectiva Africana	39
2.1 Relevância da aplicação do conceito em contexto não ocidentais	40
2.1.1 Tese Optimista	42
2.1.2 Tese Pessimista	45
2.1.3 Tese Adaptativa	50
2.1.4 A Inquestionável Existência da sociedade civil em África	54
2.2 Contributos Democráticos da Sociedade Civil Angolana	57
2.3 Pontos Fracos da Sociedade Civil Africana	80
2.4 Sugestões para Quebrar este Ciclo Vicioso	88
Capítulo III - A Sociedade Civil Angolana na Resolução do Conflito e na Construção da Paz	91
3.1 Paz militar versus Paz Social	92
3.2 Causas e Consequências da Guerra Civil Angolana	97
3.2.1 As Causas	97
3.2.2 As Consequências	101
3.3 Movimento Pacifista angolano: Contributos para a paz	107
3.4 Depois da Guerra – a construção da paz	118
Capítulo IV - Sociedade Civil e Desenvolvimento	128
4.1 A nova trindade do desenvolvimento: Estado, mercado e sociedade civil	129
4.2 A relação intrínseca entre desenvolvimento, Democracia e paz	134
4.3 Perspetivação do futuro da sociedade civil angolana	139
Conclusão	144
Bibliografia	155

Agradecimentos

Para a elaboração desta dissertação contei com o apoio inestimável de várias pessoas para quem pretendo deixar registado uma palavra especial de agradecimento. A primeira menção vai para o Prof. Doutor Marques Guedes, cuja orientação e apoio incondicional revelou-se de enorme valia em cada uma das etapas deste longo processo que foi a elaboração desta dissertação.

A todos os professores que me acompanharam na parte curricular do mestrado, em especial ao professor Ennes Ferreira por todo o apoio prestado e disponibilidade imediata. A todas as outras pessoas que mesmo não tendo feito parte do meu leque de professores marcaram o curso da minha vida académica e pessoal ao permitirem que eu bebesse da sua sabedoria e ao contribuírem para plantar em mim a semente da curiosidade e o desejo de saber sempre mais que me conduziu até este patamar. São elas, o Doutor Ilídio do Amaral, Pastor Graça (COIEPA), Cezinanda Xavier (MPD), Benjamim Castello (Jubileu 2000), Doutora Maria Imaculada “Milá” Melo (ACA).

Por ultimo, à todas as pessoas que mais partilharam comigo estes meses de árduo trabalho, que sofreram comigo os meus erros, fraquezas, ausências e momentos difíceis, e que com a sua infinita paciência e carinho me aceitaram verdadeiramente, apoiaram-me e fizeram com que crescesse, e de certa forma, me tornasse maior. Os meus pais, Filomena e Henrique Catarino, a minha mana Kelly, a avó Bebé e o resto da família, e os amigos Romena, Filipa, Nira, Pedro, Carla e Isabel. O Edson (minha verdadeira “sociedade civil”), porque sem o teu apoio não teria sido possível.

À todas estas pessoas maravilhosas, a minha sentida gratidão.

Introdução

O termo Sociedade Civil tem vindo a ocupar uma posição cada vez mais central no discurso contemporâneo das ciências sociais e de desenvolvimento. O conceito foi repescado para a época moderna, dentro de um contexto político e social caracterizado pelo esgotamento das formas de organização política baseadas no domínio primordial da dicotomia Estado-Mercado, por um conjunto de activistas e académicos político-sociais e de desenvolvimento que viram na Sociedade Civil um potencial incontornável para resolver os problemas existentes tanto nas democracias estabilizadas, como nas emergentes, bem como para o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento justo e duradouro.

Para muitos que advogam a seu favor, a Sociedade Civil é a “grande ideia do século”, concluindo que não existe solução para os problemas sociais, económicos e políticos no século XXI que não passe pelo envolvimento da Sociedade Civil. Contudo, aqueles que são cépticos perante a ideia argumentam que este é um conceito confuso e corrompido pelas elites que dele se servem para justificar agendas ideológicas radicalmente diferentes e profundamente ambíguas. Acrescentam ainda que, sendo um conceito que nasceu num momento específico da história europeia tem, por conseguinte, pouco significado dentro de contextos culturais, políticos e económicos diferentes.

Com base no que anteriormente foi dito, e depois de uma abordagem genealógica do conceito e de uma revisitação a todas as teses contemporâneas sobre a relevância da aplicação do conceito em África, não com o objectivo de alcançar um consenso teórico sobre a questão, mas com o intuito de realçar o facto de o termo poder assumir significados diferentes para pessoas diferentes, e de ser utilizado com objectivos diferentes em contextos ou em histórias diferentes (Edwards, 2004:vi), a presente dissertação de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional pretende estabelecer uma análise que permita responder à pergunta de partida sobre o contributo da Sociedade Civil angolana para o processo de democratização, paz e desenvolvimento, bem como contribuir para a edificação, no plano das ideias, de uma estrutura de entendimento que permita a clarificação do conceito, possibilite a extensão do conhecimento e sirva de base para um melhor debate futuro.

A escolha deste tema está relacionada com dois tipos de motivações, uma de ordem interna e pessoal, e outra de ordem externa. A motivação pessoal veio do forte desejo de, de alguma forma, prestar um contributo positivo para o complicado processo de desenvolvimento de Angola, minha terra natal, mas também da necessidade de contribuir para a redução da escassez de investigação e de produção de literatura científica sobre a Sociedade Civil em português, apesar da extrema popularidade do termo entre políticos, académicos e activistas, que o utilizam de forma abusivamente excessiva para justificar os propósitos mais díspares e ambíguos. Quanto à motivação externa e académica, decorre do facto de Angola ser um país que emergiu muito recentemente de uma guerra civil, que enfrenta o enorme e complexo desafio de tentar ultrapassar todas as sequelas e custos económicos, políticos, sociais e humanitários que esta situação acarreta. Neste sentido, este trabalho nasce da necessidade de contribuir para a observação da Sociedade Civil como um incontornável agente de mudança, como espaço de liberdade e de promoção da participação pública, essencial para a afirmação e preparação de decisões sobre políticas de paz efectiva, democracia e o desenvolvimento endógeno, justo e duradouro.

O argumento que aqui se pretende desenvolver obedecerá a uma estrutura de quatro capítulos. O primeiro capítulo, Debate Teórico sobre a Sociedade Civil, trata do enquadramento teórico da problemática da Sociedade Civil. Visa contextualizar, analisar e discutir a história do conceito de Sociedade Civil, desde os primórdios da sua origem até a contemporaneidade, com o propósito de aprofundar o conhecimento em relação à sua história e clarificar algumas das ideias e factos que estão na origem das várias nuances teóricas adquiridas pelo conceito, de forma a gerar uma estrutura de entendimento que sirva de base para um melhor debate no futuro.

O capítulo dois, Olhar a Sociedade Civil pela Perspectiva Africana, propõe-se contribuir no plano das ideias para a problemática da Sociedade Civil em África, em geral, e de Angola, em particular, a partir da análise da relevância da aplicabilidade do conceito de Sociedade Civil no contexto africano, quer como construção analítica das novas dinâmicas adquiridas pelos processos políticos e sociais que caracterizam a terceira vaga de democratização, quer como ferramenta das novas formas e modalidades de participação e acção política. De igual modo, pretende fazer um estudo das contribuições

e limitações da Sociedade Civil africana, com particular relevância para a angolana, para a construção e aprofundamento democrático.

Durante o capítulo três, A Sociedade Civil Angolana na Resolução do Conflito e na Construção da Paz, pretende-se contribuir, a partir da construção do conceito de paz positiva como base analítica, para a avaliação das causas e das consequências da guerra civil angolana, que estão na origem dos modos de actuação e participação específicos do seu movimento pacifista e que determinaram a sua contribuição para a resolução do conflito. Posteriormente, será também feito um estudo sobre os passos que deverão ser seguidos para uma melhoria do processo de construção da paz.

O capítulo quatro, Sociedade Civil e Desenvolvimento, visa analisar o último elemento da tríade, o desenvolvimento, procurando justificar, a partir da construção analítica de desenvolvimento de Amartya Sen (2003), de que forma a paz, a democracia e o desenvolvimento formam um triângulo interactivo. Ainda neste quarto e último capítulo, procura-se abordar e analisar a forma como ocorre a adopção do conceito de Sociedade Civil pelo paradigma de desenvolvimento e, apesar das inúmeras dificuldades e críticas de que a Sociedade Civil angolana é alvo, argumenta-se em sua defesa e busca-se determinar as pistas para uma possível contribuição, no âmbito do desenvolvimento em contexto de paz, perspectivando dinâmicas futuras.

Assim, como esta introdução geral precede o corpo da tese, cujos capítulos encadeiam os raciocínios internos discutidos em cada parte, a conclusão geral encerra o processo com a apresentação da síntese e dos resultados da investigação.

Capítulo 1

Debate Teórico sobre a Sociedade Civil

Apesar do conceito de Sociedade Civil ter uma história muito rica manifestada como parte da experiência humana na busca¹, através da acção colectiva, do modelo de sociedade idealizado por todos, somente nos últimos 15 anos assistiu-se à “deslocação” da Sociedade Civil para o centro da cena internacional.

O termo Sociedade Civil passou a ter uma utilização de tal forma excessiva dentro do contexto das ciências sociais e humanas que alguns autores defendem que a sua linguagem está a sofrer uma verdadeira “globalização”². É tão espantosamente popular, que é utilizada para justificar as mais díspares agendas ideológicas apoiadas em evidência empírica profundamente ambígua ou radicalmente diferente, quer por grupos e organizações, quer por indivíduos³, de todos os cantos do mundo que a aclamam como propriedade sua⁴.

A livre interpretação do seu conteúdo permitiu que a Sociedade Civil passasse a ser utilizada para inúmeros fins e compreendida com múltiplos significados, onde, simultaneamente, é encarada como um objectivo, um meio e um veículo de mudança, o que deu origem ao desarmonizado conjunto de opiniões existentes à sua volta. Apesar de não existir um consenso teórico em relação à sua abrangência, os interessados na temática da Sociedade Civil concordam em afirmar que não existe solução para os problemas

¹ Esta busca da “boa sociedade” pela acção colectiva foi um pensamento expresso em inúmeras maneiras diferentes ao longo do tempo, espaço e culturas (Edwards, 2004:1).

² Termo utilizado por John Keane para pôr em evidência a excessiva utilização da linguagem da Sociedade Civil, que defende estar hoje a ser “mais utilizada do que em qualquer outro momento da história dos tempos modernos, incluindo o século do seu nascimento e da sua maturação” (Keane, 2001:45).

³ Entre os quais se destacam os políticos, investigadores e académicos que depositam sobre ela uma grande expectativa como instrumento analítico das novas dinâmicas da ordem social, activistas políticos e de desenvolvimento e simples cidadãos que nela encontram inspiração para os seus esforços diários de construção de um mundo melhor.

⁴ Num conhecido *working paper*, “what is Globalization? The Definition Issue – Again”, Jan Aart Scholte, ao referir-se a globalização num texto que se adequa perfeitamente à problemática da Sociedade Civil, diz que diversos autores e editores fazem, explicita e/ou implicitamente referência nas suas obras, ao termo globalização (aqui entenda-se Sociedade Civil) sem que na realidade este tenha a ver com o conteúdo da mesma, com o objectivo claro de daí obterem proveito político e comercial. Normalmente, as abordagens feitas caracterizam-se por serem pouco cuidadosas, reflexivas e insatisfatórias para uma análise social profunda, assim como não servem de base de análise para a tomada de decisões políticas (Scholte, 2002).

sociais, económicos e políticos no século XXI que não envolva a Sociedade Civil em uma, ou mais vertentes.

Este ganho de importância do conceito de Sociedade Civil na interpretação política e social contemporânea deve-se, em grande parte, ao facto de os acontecimentos sociais que caracterizam a sociedade moderna actual terem adquirido novas dinâmicas que extravasam o quadro dos agentes políticos tradicionais. Não se reconhece, no entanto, comum acordo quanto à definição deste conceito, que continua a ser bastante contestado e sujeito a rigorosas críticas, e cujo debate provavelmente nunca será resolvido a favor de uma única definição. O que justifica a necessidade de se aprofundar o conhecimento em relação à história do conceito com o objectivo, não de buscar um consenso em torno de uma definição universal e inequívoca, mas sim de clarificar algumas das ideias e factos que estão na origem das várias nuances teóricas que adquiriu, e que o tornaram um conceito tão denso, complexo e marcado pela discordância da sua abrangência, de modo a gerar uma estrutura de entendimento que sirva de base para um melhor debate futuro.

1.1 Origem e Evolução Histórica do Conceito de *Sociedade Civil*⁵

O conceito de Sociedade Civil tem uma longa história no debate filosófico e político, apesar de não se saber com exactidão quando surgiu. Ao longo dos séculos, muito antes do seu ressurgimento no decorrer da década de 1980, o conceito de Sociedade Civil sofreu diversas alterações e adoptou múltiplas significâncias que reflectem o momento histórico, a base cultural, a localização geográfica, o contexto social e individual, bem como as perspectivas teóricas ou as convicções políticas daqueles que o moldaram.

Diversos autores (Massam, 1996; Castro Henriques, 1999; Scholte, 1999; Franco, 2002) defendem que este conceito é claramente um legado de autores seiscentistas, que pensaram definir o lugar dos cidadãos na sociedade independente do Estado aristocrático, numa altura em que a ordem social baseada no status começava a sofrer um declínio irreversível. Para este fim, partiram do consentimento e da moralidade como base de uma

⁵ Com o objectivo de fazer uma breve reflexão histórica sobre a ideia de Sociedade Civil foram utilizadas obras de diversos autores contemporâneos que nos fornecem uma excelente, além de detalhada, perspectiva genealógica do conceito, e que ao longo desta parcela de capítulo serão citados.

sociedade institucionalmente cristã, e elaboraram os conceitos de direito natural, liberdade e propriedade.

Os primeiros pensadores da teoria da Sociedade Civil começam por revisitar a definição dos estudos clássicos e medievais de São Tomás de Aquino, do homem como *animale sociale et politicum*, que tinham a “finalidade de corrigir com o humanismo medieval cristão, as teorias compactas da *polis* helénica e da *civitas* romana que faziam assentar a plena cidadania, reservada apenas a alguns, na dura relação do senhor com o servo, e do *paterfamilias* com a sua gente” (Castro Henriques, 1999). Partindo deste princípio surgem, assim, nos últimos quatro séculos, as mais diversas contribuições sobre o conceito de Sociedade Civil que visavam acompanhar a evolução da vida em sociedade, colmatar os problemas que resultaram da crise e da queda dos paradigmas do conceito de ordem social, bem como os problemas resultantes da transformação social contemporânea.

John Locke, filósofo inglês, é um dos autores ligados à origem e desenvolvimento do conceito de Sociedade Civil. Refere-se a esta como sinónimo de sociedade política e elabora os direitos individuais, apesar de ter sobre estes uma visão claramente embebida em pensamento religioso.

Locke declara que o estado de natureza⁶, que substitui o modelo de “tábua rasa”⁷, tem que dar lugar ao contrato social⁸, definido como o “pacto pelo qual cada contratante ou associado renuncia à sua ‘liberdade natural’ em benefício da comunidade (corpo político) para receber, em troca, a liberdade civil e beneficiar do bem comum que daí resulta”⁹.

Neste domínio, a Sociedade Civil é entendida como uma associação política, instituída por vários homens, organizada em oposição ao estado de natureza que, ao ser analisado, deixa a descoberto as suas insuficiências no domínio da reciprocidade do contrato e do consentimento. Com base nisso, estes homens constituem-se com o intuito

⁶ Entende-se que no princípio dos tempos os homens viviam em plena liberdade e igualdade entre si. Nasceram livres, independentes e eram governados somente pela sua própria razão, encontrando-se apenas proibidos de roubar, destruir a vida, a liberdade e a propriedade dos outros.

⁷ Teoria sustentada por Locke que afirma que o homem ao nascer tem uma mente que é “*tabula rasa in qua nihil est scriptum*” (uma folha em branco onde nada está escrito), sendo o conjunto de fenómenos e de experiências, e a sua própria existência, que vai criando o conteúdo da vida sobre esta original superfície.

⁸ Noção introduzida por Jean-Jacques Rousseau na obra com o mesmo nome.

⁹ Definição obtida a partir do Dicionário de Economia e Ciências Sociais (2001).

de conseguirem preservar, promover e/ou aumentar os seus próprios interesses civis, nomeadamente a vida e a segurança, a liberdade, a igualdade, e a posse de bens externos (dinheiro, terra, etc.) que são, segundo Locke, em conjunto com o estado de natureza e o estado de Sociedade Civil, a “vontade de Deus”. E é, de acordo com argumentos de António dos Reis Rodrigues, com a passagem do homem do estado natural para o estado civil que se origina a sociedade (Rodrigues, 2003).

Entretanto, com a emergência da burguesia como classe dominante mas não dirigente, torna-se possível fazer a distinção entre a esfera política ou do Estado, na qual impera a aristocracia e a burocracia, e a esfera económica ou do mercado, onde existe o domínio da burguesia. É Hegel quem, em 1820, estabelece a ruptura nas suas lições sobre a “Filosofia do Direito” e diferencia-se dos seus antecessores, que usaram o termo Sociedade Civil e sociedade política indiscriminadamente, ao fazer uma clara distinção entre o Estado e a Sociedade Civil (Bresser Pereira, 1998).

Hegel funda o conceito moderno de Sociedade Civil. Define-o como sendo uma associação legalmente constituída por indivíduos iguais e livres que perseguem os seus objectivos, e que se caracteriza pela liberdade subjectiva, autonomia pessoal, direitos individuais, reconhecimento e respeito mútuo, satisfação das necessidades, sistema de trocas, normas legais racionais, moralidade abstracta e uma estrutura mínima de autoridade pública. E torna, entretanto, o Estado à condição de realização da Sociedade Civil ou “sociedade burguesa”, que considerou inerentemente instável e capaz de aguçar contrastes¹⁰, tensões e conflitos que ela própria não podia resolver e que, por isso, o Estado racional hegeliano tinha o papel de regular e vigiar, de modo a manter equilibradas as suas forças espontâneas de auto-organização e a evitar que estas considerassem apenas a satisfação dos seus próprios interesses sem contribuir para a prossecução do bem comum.

Embora Hegel encare a “Sociedade Civil plenamente desenvolvida” como uma entidade que se encontra fora do “Estado racional”, a sua visão não é dual (Estado e Sociedade Civil) mas tríplice: família, Sociedade Civil e Estado, entidades que representam os três patamares de aperfeiçoamento e evolução, muitas vezes sobrepostos

¹⁰ Como, por exemplo, a riqueza versus a pobreza.

uns aos outros, no sentido da moralidade objectiva¹¹, em que o Estado representa o culminar da moralidade ou da ética que resulta do integral cumprimento das responsabilidades de cidadania. O Estado, apesar de incluir a Sociedade Civil como um momento, transcendia-a e dotava-a com a racionalidade necessária.

Assim sendo, com base em argumentos de Armando Marques Guedes (2005), a Sociedade Civil enquanto esfera onde ocorre o contrato social e político fornece um domínio de diferenciação, um campo de auto-reconhecimento e liberdade subjectiva que seria uma fase na “actualização” do Estado “ético”¹². A sua classe constituinte, a “classe universal” ou burguesia, através das diferentes “corporações” que a compõem, teria a responsabilidade de criar a base para uma esfera sócio-económica diversificada, defender os “interesses universais”, e ainda a função “ética” de facilitar a integração dos indivíduos na comunidade. Teria, ainda, uma tarefa de mediação das relações existentes entre os indivíduos (*Individuen*) e o Estado, com o objectivo de ajudar este último “a garantir que o quadro social da satisfação das necessidades não se degradava numa guerra de todos contra todos que desse corpo a um retrocesso ao estado de natureza”¹³ (Marques Guedes, 2005:23).

¹¹ Luiz Bresser Pereira na comunicação “Sociedade Civil: Agente de Reforma e Objecto de Auto-democratização” apresentado ao III Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento, refere que para Hegel a **família** é o espírito moral objectivo ou natural, cuja substancialidade se desvanece na perda da sua unidade, na divisão e no ponto de vista relativo; tornando-se **Sociedade Civil**, uma associação de membros (indivíduos independentes) numa universalidade formal, por meio das carências, por meio da constituição jurídica como instrumento de segurança da pessoa e da propriedade, e por meio de uma regulamentação exterior para satisfazer as exigências particulares e colectivas. Este estado exterior converge e reúne-se na constituição do **Estado**, que é o fim e a realidade em acto da substância universal, e da vida pública nela consagrada (Bresser Pereira, 1998).

¹² Para autores como Armando Marques Guedes (2005) e John Keane (2001), a grande inovação de Hegel foi precisamente o facto de ter conseguido combinar na sua compreensão da Sociedade Civil duas vertentes: uma vertente “sociológica”, na qual a Sociedade Civil é entendida como uma esfera ética de vida social “independente”; e uma vertente política, em que era encarada como um patamar de mediação *no interior* de uma comunidade governada por um Estado racional. Este facto ofereceu duas grandes inovações na ideia de Sociedade Civil: 1) tornou as associações e a opinião pública emergente em ingredientes centrais da Sociedade Civil, uma vez que ambas funcionavam como meios de ligação e comunicação “intermédios” entre os indivíduos e o Estado; 2) atribuiu aos indivíduos (pelo menos, àqueles que, de forma elitista, classificava como “conscientes” e “reflexivos”) um papel central na edificação de sociedades civis como as “modernas”.

¹³ Segundo Marques Guedes (2005), como resposta a uma crescente desigualdade social, fruto das mudanças sociais a que se assistia na época e que a Revolução Industrial iria acelerar, Hegel sugere uma resposta “corporativista”, em que o “Estado incorpora o espírito da unidade dialéctica individual e representa a racionalidade objectiva, que é regulada pelos sentimentos de amor e desinteressada preocupação com todos, perseguindo o objectivo do bem-estar colectivo e uma via não instrumental da autoridade pública” (Marques Guedes, 2005).

Marx representa um novo estágio no desenvolvimento do discurso da Sociedade Civil. Seguindo Hegel mas longe dele, colocou no centro da sua análise uma Sociedade Civil que considerou, essencialmente, um domínio de conflito e de luta entre as classes organizadas. Foi bastante crítico em relação ao conceito hegeliano de Estado e, apesar de reter a distinção Estado/Sociedade Civil, rejeitou o ponto de vista em que o Estado “racional” era uma comunidade política totalmente inclusiva (momento em que a vontade e a liberdade humanas se realizam plenamente) e negou a sua primazia na vida histórica e social, ao transferir para a Sociedade Civil o papel organizador da sociedade imaginado por Hegel.

Assim, se Hegel funda o conceito moderno de Sociedade Civil, Marx e Engels estabelecem a relação fundamental entre esta e o Estado, ao inverter o papel da Sociedade Civil que, de objecto da mudança social ou momento da realização do Estado enquanto ideia, transforma-se em agente de transformação desse Estado ou a sua base.

Marx reduziu virtualmente a Sociedade Civil hegeliana, um conceito altamente complexo e estruturado, a uma esfera económica de produção e troca onde as relações sociais protagonizadas pelas duas “classes emergentes” (a burguesia e o proletariado) baseiam-se na definição da posição que ocupam nas actividades de produção que se traduzem na estrutura de classes capitalistas¹⁴. A burguesia, ou a classe dominante, passa a deter todo o poder político e a determinar o Estado que, além de não representar a universalidade de interesses da sociedade como um todo, foi subserviente às forças da Sociedade Civil, na medida que representa o interesse particular da classe dominante e sustenta a ordem económica prevalecente¹⁵. Em suma, a Sociedade Civil moderna é, para

¹⁴ Apesar de Marx concordar que a Sociedade Civil emergiu com a separação pós-feudal do domínio do Estado (vida pública) do domínio privado, considerou que as características que se encontravam no coração da Sociedade Civil - o individualismo, a prossecução dos próprios interesses, a satisfação das necessidades próprias, direitos e liberdades – estavam profundamente distorcidas, o que se traduzia no crescente grau de importância do modo de vida capitalista, no qual as relações entre indivíduos baseavam-se nas relações sociais de produção em que sucediam as diversas tentativas de controlo de uma classe sobre a outra.

¹⁵ Segundo Bhikhu Parekh (2005), a universalidade que o Estado diz representar, nada era senão o interesse particular da classe dominante mascarada de sociedade como um todo. Os trabalhadores não são realmente livres e teriam de lutar pela abolição de classes e pela reconstituição radical da Sociedade Civil, de modo a reclamar para si o poder alienado pelo Estado e a governar as suas relações colectivas democraticamente. Deste modo, a Sociedade Civil seria substituída por uma economia planificada baseada no princípio “cada um deve contribuir de acordo com a sua habilidade e para cada um de acordo com as suas necessidades”, que Marx identificou como sociedade “comunista”. Nesta sociedade, os indivíduos eram a unidade base; contudo, eram socialmente conscienciosos e motivados, sem serem demasiado exclusivistas ou interessados

ele, “a forma económica pela qual a burguesia cria um mundo à sua imagem e, portanto, fornece a base para a construção do Estado (burguês), cujo poder nada mais é do que a força organizada e concentrada da sociedade burguesa, caracterizada pela sua divisão de classes, forças produtivas e relações de produção” (Franco, 2002:12).

Esta visão economicista de Marx em relação à Sociedade Civil fez com que ele, tal como os marxistas subsequentes, ignorasse o potencial democrático das associações de cidadãos, dos mecanismos, entre eles a imprensa independente, a liberdade de reunião e o direito de voto, que foram por ele interpretados como formas de consolidação do poder burguês.

Passada a fase do iluminismo escocês, os pensadores políticos deram maior relevância às virtudes do cidadão individual autónomo, em substituição da constituição moral da sociedade. Alexis de Tocqueville é a figura chave na introdução do moderno “individualismo liberal”, paradigma dominado pela ideia de igualdade que, apesar de apresentar um rol de grandes virtudes e vantagens, tende também a isolar e atomizar os indivíduos. Assim sendo, a única forma de manter a sociedade unida seria forjando fronteiras e laços de solidariedade através da criação de uma rede extensiva de associações voluntárias (Parekh, 2005:19).

Estas associações voluntárias, que Tocqueville designou “corpos intermédios” (Marques Guedes, 2005), devido aos seus traços de sociabilidade ou sociabilizantes, entre os quais se destacam o “espírito de comunidade”, o “gosto pela vida associativa independente” e o “voluntarismo”, representam um papel essencial na criação de uma relação de equilíbrio e na homogeneização dos direitos políticos formais dentro da sociedade, permitindo aos indivíduos formar uma esfera auto-organizada independente onde lhes é possível desenvolver características de resistência contra o crescente despotismo do Estado e abuso de poder, de modo a obter, por parte deste, uma actuação com maior grau de justiça e equidade, responsabilidade e eficácia, sem no entanto alterar, e tendo mesmo a preocupação de preservar, a liberdade criativa dos cidadãos, que o Estado tem o dever de regular de modo a manter afastada a ameaça dos excessos egoístas (Marques Guedes, 2005:25).

neles próprios. Gozavam da máxima liberdade, mas usavam-na para enriquecer e expandir o seu poder como ser humano, em vez de acumular riqueza ou aumentar o consumo (Parekh, 2005:18).

Para Tocqueville, sem uma participação activa por parte dos cidadãos em instituições igualitárias e associações civis, assim como em organizações politicamente relevantes, não haverá maneira de manter o carácter democrático da cultura política ou das instituições políticas e sociais. Por este motivo, considerou as associações civis um contributo chave para a eficácia e estabilidade do governo democrático, devido à torrente de efeitos positivos causados a nível interno sobre os seus próprios membros individuais e a nível externo em toda a política. Tocqueville está certo de que uma Sociedade Civil pluralista, auto-organizada e independente do Estado é uma condição fundamental da democracia.

A moderna interpretação de António Gramsci, um italiano neo-marxista da primeira metade do século XX, sobre a Sociedade Civil, como a esfera existente entre a estrutura económica e a estrutura do Estado foi, muito provavelmente, responsável pelo renascimento do termo no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. É um discurso que se demarca das análises anteriores pela clareza e coerência filosófica com que demonstra as suas conclusões, apesar de apresentar numerosos pontos de convergência com as teses hegeliana, marxista e liberal, o que levou alguns autores a concluírem que se tratou de uma síntese de ideias.

Na sua abordagem à Sociedade Civil, Gramsci concluiu que ela era mais complexa e que incluía mais elementos do que aquilo que a visão redutora de Marx definia como domínio das relações económicas e de hegemonia da burguesia¹⁶; perspectivou que a realidade da época era bem diferente da idealizada pelos liberais, que viam a Sociedade Civil como um ambiente social ideal, no qual interesses individuais próprios podem ser realizados; e muito além do que Hegel via como uma fase no desenvolvimento da “ética universal”. Pelo contrário, Gramsci permitiu-se olhar a Sociedade Civil como sendo uma esfera que dentro do contexto político-económico em

¹⁶ Apesar das críticas à abordagem de Marx, Gramsci tinha uma visão sobre a sociedade comunista sem classes muito parecida com a dele. Segundo Bhikhu Parekh (2005), para Gramsci, a população também reclamaria o poder de que tinha abdicado para o Estado, levando a um definhar gradual dos seus elementos coercivos. Em consequência, os indivíduos agora libertos de todos os constrangimentos e desigualdades desnecessárias, gozariam da máxima liberdade e todas as instituições sociais incluindo a família, as escolas, a universidade e o Estado poderiam actuar democraticamente. Livres, igualitários e socialmente conscientes, os indivíduos formam espontaneamente as suas próprias leis, e a disciplina que desta lei emana, será substituída pela pressão interna da moralidade, as pessoas passarão a apreciar a legitimidade da ordem política e económica, sendo o seu consentimento genuíno e espontâneo, sem precisar de ser manufacturado. Gramsci chamou a tal sociedade “Estado ético” ou “Sociedade Civil” (Parekh, 2005:19).

que se vivia se constituiria numa arena de conflito entre classes, ou diferentes grupos sociais, numa tentativa de imposição dos valores e princípios organizacionais que regem cada grupo, como forma de “conseguir impor ao todo da sociedade os seus interesses económicos e as normas geradas para os proteger” (Marques Guedes, 2005:29).

Ela seria um espaço separado do Estado e do mercado, onde se manifestariam as forças de rebelião contra a ortodoxia existente, forças essas que se digladiam pela formação e consolidação das “identidades nacionais e de classes” e pela construção da hegemonia “cultural” e “ideológica”, com recurso às diferentes organizações da Sociedade Civil, desde famílias, igreja, escolas, universidades, órgãos de comunicação social, associações voluntárias, passando pelo direito e ideologias, visto que estas instituições são sobremaneira importantes para alcançar a disposição política dos cidadãos e induzir ao seu consentimento. Este espaço “autónomo” e livre da influência do “poder do capital” oferece aos cidadãos a oportunidade de usufruírem de uma “livre expressão da vontade popular” e de emancipação da lógica capitalista, através dos movimentos tanto de contestação como de defesa, que tornam possível a indução de uma reforma cultural e dos costumes.

Esta abordagem de Gramsci permitiu-nos olhar a Sociedade Civil numa perspectiva desenvolvimentista, em que ela constituiria a esfera central de “formação de identidades”, de “integração social”, e de “reprodução das relações colectivas” dos actores sociais. O próprio capitalismo criaria as condições para uma efectiva emancipação da “classe operária” que permitiria a constituição de um sujeito social “autónomo” capaz de gerar uma sociedade nova, num contexto “construtivista” cuja prioridade eram as relações sociais de poder dentro e fora do Estado.

O renascimento do termo “Sociedade Civil” na década de 1980, dentro do contexto de transformação pós-comunista principalmente da Europa do Leste, surge primeiro através de intelectuais e activistas políticos do Leste europeu, como Kolakowski, Michnik, Vajda, Mlynar e Havel, sendo depois abraçada por académicos do Ocidente com inclinação à esquerda como Habermas, Arato, Cohen, e Keane. Em comum, estes dois grupos apresentam a visão e a percepção da Sociedade Civil como domínio da liberdade, para quem defendem uma total expansão com a maior contracção possível do Estado ou “sociedade política”, identificada como esfera de coerção.

Jürgen Habermas, talvez o mais influente deste grupo de autores, combinou na sua teoria a tradição marxista que expõe a Sociedade Civil como uma esfera de dominação, com a tradição liberal que enfatiza o seu papel no aumento da autonomia pessoal. Através de uma série de construções teóricas, desenvolveu um modelo que permite separar as estruturas que formam o “sistema” (Estado e economia) das estruturas do *lifeworlds* ou “mundos-de-vida” (actores sociais). Apesar de se referir a uma oposição bipolar, esta não é uma teoria dualista, uma vez que não só diferencia as estruturas do “sistema”, o Estado e a economia, das estruturas do “mundos-de-vida”, como também as diferencia entre si, ao torná-las parte integrante das dimensões opostas, mas complementares, do público e do privado. No “sistema”, o público é o Estado, e o privado é a economia. No interior do “mundos-de-vida”, o público é a participação política dos cidadãos (formação da opinião pública, etc.), e o privado é a família (Vieira, 1996), onde se pode constatar que os “...princípios de ‘igualitarismo’ e ‘persuasão’, produzidos e reproduzidos por ‘interacções simbólicas’ e ‘comunicação’, estes *lifeworlds* (mundos-de-vida) contrastariam profundamente com a ‘natureza hierárquica’ e ‘coerciva’ do ‘poder’, as características que dariam corpo aos princípios próprios do Estado” (Marques Guedes, 2005:32).

Na distinção analítica que nos proporcionou, entre a lógica do sistema e a lógica do “mundos-de-vida”, Habermas proporia situar a Sociedade Civil como local de disputa entre os princípios divergentes que compõe a lógica das duas estruturas na construção e organização da sociabilidade, através de movimentos “(...) de ‘resistência’ e ‘emancipação’ numa luta contra o poder que não era concebido como inteiramente independente dos que se opunham, e vice-versa” (Marques Guedes, 2005:33). O que conduz a que os actores da Sociedade Civil se organizem em “movimentos sociais de cidadãos”, e levem a cabo na esfera pública acções políticas de reacção baseadas na “acção comunicacional” e na “democracia discursiva” características das “deliberações” e dos “diálogos” democráticos.

Esta ideia fez com que os movimentos sociais fossem considerados “embriões da democracia” (Vieira, 1996), uma vez que disputam com o Estado e com o mercado a preservação de um espaço autónomo e democrático de organização, reprodução da cultura e formação de identidade e solidariedade. Esta ideia é partilhada por muitos

autores e activistas de esquerda, que consideraram a Sociedade Civil “a base social de uma esfera pública democrática através da qual a cultura de desigualdade pode ser desmantelada” (Edwards, 2004:9), e por filósofos como John Keane (2001) que se têm esforçado para construir uma nova visão da Sociedade Civil que respeite as diferenças entre grupos, promovendo o engajamento não violento “a partir de cima” (através da autoridade do Estado baseada no respeito pela Constituição e leis do direito internacional) e “a partir da base” (através da canalização de tendências violentas para a vida associativa não violenta) (Keane, 2001).

No projecto desenvolvido por Jean Cohen e Andrew Arato (1992) é notória a preocupação dos dois autores com a construção de uma definição pura e universal de Sociedade Civil, constringida à esfera pública, cujo tema dominante é o valor das associações voluntárias e dos novos movimentos sociais na restrição do poder do Estado e das suas instituições (ou dos poderes instituídos), ao mesmo tempo que protegem e estimulam o pluralismo e as normas sociais construtivas (Cohen e Arato, 1992). “Uma Sociedade Civil altamente articulada é vista como a base de uma democracia política estável, a defesa contra a dominação por parte de qualquer grupo e uma barreira para as forças anti-democráticas” (Edwards, 2004:7).

Durante todo o século XX e até à actualidade, devido à influência dos pensamentos que emergiram da discussão da história das ideias, a Sociedade Civil tem aparecido associada aos mais diversos conceitos que, de um modo geral, ajudaram a dar corpo às três escolas contemporâneas de pensamento da Sociedade Civil, que abordaremos com mais profundidade noutro ponto deste mesmo capítulo. Estes conceitos vão desde a noção de cultura por Gramsci, de esfera pública através de Habermas até, mais recentemente, às noções de participação popular e espírito cívico, e de capital social por Putnam, Coleman, entre outros, de civilidade e de comunidade. As várias nuances adquiridas pelas abordagens ao conceito de Sociedade Civil enfatizam os diferentes aspectos e/ou elementos que a compõem: os valores e as normas, como a tolerância, no caso da civilidade; o papel das elites, dos media e dos intelectuais; as redes sociais e a confiança existente entre as pessoas ligadas por elas; a dimensão moral necessária e criada pelas comunidades; e a dimensão em que as pessoas constituem um espaço público comum através da participação e do engajamento cívico (Anheier e Carlson, 2002).

Reconhecendo que a Sociedade Civil é um território contestado tanto em termos teóricos como empíricos, apenas se reconhecerá o seu poderoso potencial quando todas estas influências, sofridas ao longo dos tempos pelo conceito, passarem a ser aceites de forma positiva, abandonando-se a procura de um consenso teórico, na mesma medida em que se abraça uma ideia de Sociedade Civil que significa coisas diferentes para pessoas diferentes, tem papéis diferentes em histórias diferentes, constituindo, por isso, tanto um problema como uma solução.

1.2 Debate Contemporâneo sobre a Sociedade Civil

1.2.1 O Reflorescer da Sociedade Civil

O debate contemporâneo sobre a Sociedade Civil desperta contribuições apaixonadas de todos os quadrantes políticos, uma vez que a Sociedade Civil tem sido interpretada como expressão teórica da luta dos movimentos sociais, tornando-se numa “amalgama de pensamentos e matizes liberais, comunitaristas, populistas, tradicionais, agnósticos e crentes, ocidentais e não ocidentais, de tipo mais científico ou mais exortativo” (Castro Henriques, 1999).

O termo Sociedade Civil foi repescado para a época moderna, com a utilidade que hoje se conhece, por António Gramsci que via a Sociedade Civil como parte da interacção social que não pertencia nem ao Estado nem à Economia (Glasius, 2001). Contudo, pouco tempo depois deste resgate assistiu-se a um paulatino desinteresse por parte dos pensadores políticos europeus e americanos em relação ao tema. Apesar de alguns autores, na década de 60 do século XX, pertencentes fundamentalmente à Escola da Sociedade Civil do Marxismo Japonês, terem tentado fazer renascer o debate em torno da questão e terem conseguido provocar alguma controvérsia, o facto é que estes autores obtiveram uma resposta pouco entusiasmada e quase desinteressada, tendo ficado muito esbatida a sua influência o que, segundo John Keane, se ficou a dever, em parte, à sua referência a um socialismo autogerido que provavelmente destruiu por completo o potencial democrático da nova ênfase na Sociedade Civil. Esta primeira fase do renascimento contemporâneo da Sociedade Civil foi de curta duração, por um lado devido ao confinamento ao país de origem desta escola e, por outro, devido à sua profunda dependência da abordagem gramsciana, que enfatizava a importância táctica de

instituições não relacionadas com o mercado nem com o Estado na luta contra o poder explorador da sociedade capitalista (Keane, 2001:25-26).

A partir do início da década de 70 do século XX assistiu-se a um clima de crítica crescente em relação às ditaduras totalitárias dos países do Leste europeu, em parte devido a uma das suas características mais marcantes, a fusão entre o Estado e a Sociedade Civil que, apesar de ser considerada indispensável para uma ordem política e social democrática, estava completamente absorvida pelas estruturas burocráticas do aparelho de Estado controladas pelo partido.

O ressurgimento efectivo do conceito acontece em 1980, dentro do cenário teórico e político que é característico da época. Segundo Leonardo Avritzer (1993)¹⁷, tal renascimento deve-se principalmente a três factores:

- i) O esgotamento das formas de organização política baseadas na tradição marxista, com a consequente reavaliação da proposta marxista de fusão entre Sociedade Civil, Estado e mercado;
- ii) O fortalecimento no Ocidente da crítica ao Estado Providência (Welfare State) pelo reconhecimento de que as formas estatais de implementação de políticas de bem-estar não são neutras, e o surgimento dos chamados "novos movimentos sociais", que centralizam a sua estratégia não na procura de acção estatal, mas na asserção de que o Estado respeite a autonomia de determinados sectores sociais, como forma de alcançar a estabilidade social;
- iii) Os processos de democratização da América Latina e Europa Oriental, onde os actores sociais e políticos identificaram a sua acção como parte da reacção da Sociedade Civil ao Estado.

Contudo, vários autores defendem que o papel crucial no renascimento e ganho de importância da Sociedade Civil como debate da teoria política pertence aos dissidentes da Europa Central e do Leste e da América Latina contra os Estados autoritários dos seus países, para quem a ideia de Sociedade Civil como algo separado do Estado era estrategicamente de grande utilidade (Wolfe, 1992; Glasius, 2001).

¹⁷ Avritzer, Leonardo (1993). Além da Dicotomia Estado-Mercado. *Novos Estudos* (36). Citado em Vieira (1996).

Para estes dissidentes de esquerda, Gramsci foi um herói revolucionário cujo diário de prisão foi amplamente lido e extremamente influente na criação do pensamento crítico e político, assim como na formação das suas convicções. Para eles, o Estado “totalizador” ameaçava extinguir a capacidade dos indivíduos de se agruparem e de formarem comunidades, sem as quais os seres humanos estariam incompletos. A sociedade sem a política, entendida no sentido do século XVIII como uma esfera autónoma de debate e crítica, seria uma abominação moral (Wolfe, 1992).

Os consecutivos fracassos dos regimes socialistas nas diversas áreas da vida social, assim como no sector do mercado, marcado por falhanços crónicos de planeamento, estagnação técnica, desperdício e escassez, e um vertiginoso subdesenvolvimento do improdutivo aparelho estatal, em conjunto com a proibição de associação, que tinha como consequência o aumento do descontentamento e a limitação do desenvolvimento das capacidades morais e sociais de cada indivíduo, fez com que pensadores como György Konrad e Vaclav Havel exaltassem o sentido da Sociedade Civil (Wolfe, 1992) e adoptassem o conceito, tal como outros reformadores, para responder aos desafios da transição (Castro Henriques, 1999), uma vez que a Sociedade Civil era encarada simultaneamente como um novo tipo de sociedade caracterizada por normas liberais e democráticas e também como um veículo para alcançá-la através da construção de movimentos sociais suficientemente fortes para derrubar os Estados autoritários (Edwards, 2004:12). Além do que, num Estado totalitário, onde a distinção entre os interesses do povo e os interesses do Estado era categoricamente negada¹⁸, por este motivo chamadas repúblicas populares, fez com que eles comessem a acreditar que a concepção de uma Sociedade Civil, vista como uma pluralidade de associações de pessoas autogeridas, fora do alcance dos tentáculos do Estado, mas capazes de o pressionar a partir de fora e de tratar pacificamente dos seus assuntos não estatais, era o melhor caminho que se apresentava no sentido do alcance da democracia.

Na maioria dos países da América Latina, a transição para a democracia deve-se em grande parte à criação do universo mais ou menos autónomo da Sociedade Civil e aos seus esforços no sentido da democratização. Nesta altura, os dissidentes de 1970 e 1980

¹⁸ As divisões básicas entre poder político e poder social, lei pública e privada, e a opinião pública debatida foram completamente aniquiladas, tendo esta última sido substituída pela informação censurada ou sancionada.

na América Latina lutavam contra ditaduras fascistas e militares, onde os capitalistas eram coniventes com o Estado, sob uma cultura católica em que a Igreja tanto assumia o papel de instrumento de hegemonia, como o de um domínio de subversão. A afirmação da Sociedade Civil marcou a resistência dos cidadãos contra os regimes militares autoritários, contra o terrorismo e o predomínio dos senhores da guerra, e ainda as negociações regionais do sector da cooperação política e económica.

Depois da Europa Central e da América Latina, a ideia de Sociedade Civil espalhou-se como um “rastilho de pólvora” por todo o mundo em desenvolvimento, especialmente em países com ditaduras e em países que delas emergiam recentemente, como é o caso das Filipinas e da África do Sul, entre outros. De igual modo, tornou-se popular em sítios onde recentemente não tinham sido experimentados regimes de ditadura, como a Índia, ou o Ocidente (Europa e América do Norte), onde a sua emergência estava relacionada com a erosão da democracia, demonstrada na crescente desilusão e apatia do eleitorado. Neste contexto, a Sociedade Civil era vista como forma de revitalização da democracia perante o desencanto da população pela esperança esquerdista fornecedora de bens sociais, e pela direita crente de que o crescimento económico é suficiente para produzir e distribuir benefícios a todos (Glasius, 2001).

Nos países em desenvolvimento, principalmente os africanos, a adopção do conceito é claramente, de acordo com Mendo Castro Henriques, uma resposta correctiva para o Estado onnipresente (Castro Henriques, 1999). Contudo, esta adopção é feita fundamentalmente a partir do exterior, visto que os doadores adoptam o dogma de que o reforço da Sociedade Civil é importante para o desenvolvimento, usando para este fim uma “linguagem” de condicionalidade, na qual a Sociedade Civil é apresentada como sendo imprescindível para se conseguir uma melhor afectação e consolidação dos fundos doados. Sobre este facto, Nelson Kasfir refere que os doadores estão fortemente envolvidos em encorajar e financiar apenas as organizações que adoptem a noção de Sociedade Civil defendida por eles (Kasfir, 1998:3).

Com base nas promessas de desenvolvimento e de revitalização da democracia, povos de vários lugares do mundo tomam por adquiridas as forças da Sociedade Civil, assim como doutrinam sobre as fraquezas que gostariam de corrigir. Este facto deu origem a uma convergência de abordagem entre as culturas cívicas comunitaristas e

liberais, que confirmam a Sociedade Civil como área autónoma, geradora de vida associativa e de padrões de civismo, que introduz valores de solidariedade, de emancipação, de organização autónoma de interesses, e outras formas de cidadania participativa conforme o princípio “tanta sociedade quanto possível, tanto Estado quanto necessário” (Castro Henriques, 1999).

Nas democracias liberais do Ocidente, como refere Liszt Vieira, o conceito tem sido considerado por alguns críticos como desprovido de potencial crítico para examinar as disfunções e injustiças da sociedade contemporânea, ou ainda como pertencente às formas modernas iniciais da filosofia política que se tornaram irrelevantes para as sociedades complexas de hoje (Vieira, 1996). No entanto, o conceito de Sociedade Civil tem sido utilizado com crescente frequência, não só com o objectivo de indicar o território social ameaçado pelos mecanismos do poder político e económico, mas também no sentido de apontar o principal caminho para a expansão da democracia nos regimes democráticos-liberais do Ocidente. Isto porque a história da modernidade ocidental demonstrou que as forças espontâneas da economia de mercado capitalista, tanto quanto o poder administrativo do Estado moderno, ameaçaram a solidariedade, a justiça social, e a autonomia dos cidadãos. O que de acordo com Robert Bellah¹⁹ é explicado pela “cultura de separação” que caracteriza e define a modernidade, onde o capitalismo apenas consegue juntar as pessoas como simples consumidores sem oferecer nenhuma identidade colectiva. Com base nisso, as instituições sociais tradicionais (família nuclear, Estado providência, sindicatos) têm sido progressivamente desmanteladas, deixando um rasto de incerteza e vulnerabilidade nos cidadãos, que se espera que as associações voluntárias possam colmatar, uma vez que são consideradas oásis de solidariedade e de apoio mútuo, tanto emocional, como material (Edwards, 2004:12).

1.2.2 Escolas de Pensamento Contemporâneas da Sociedade Civil

Para Michael Edwards, o debate sobre a Sociedade Civil continuará a dividir todos os que por ela se interessam em linhas de pensamento diferenciadas e contrastantes, que resumidamente podemos identificar como sendo aquelas que formam as três posições

¹⁹ Bellah, Robert (1995), *Habits of the Heart: Individualism and Commitment in American Life*. Berkeley: University of California Press. Citado em Edwards (2004).

teóricas ou escolas de pensamento sobre a Sociedade Civil que emergiram da reflexão sobre a história das ideias com as devidas actualizações à vida contemporânea. São elas: o modelo analítico da Sociedade Civil, que vê a Sociedade Civil como vida associativa; o modelo normativo, que identifica a Sociedade Civil como a “boa sociedade”; e o modelo comunicativo, que define a Sociedade Civil como “esfera pública” (Edwards, 2004:10).

Qualquer uma destas três escolas de pensamento tem uma história intelectual respeitável e é notória a sua influência no discurso de pessoas de diferentes quadrantes, onde se incluem académicos, políticos, activistas políticos e de desenvolvimento, agências internacionais e fundações, para quem o conceito tomou múltiplos significados e tornou-se útil de diversas formas, pelas quais procuram promover a adopção de uma das escolas ou modelo em detrimento de outras. Isto é feito através do uso de uma estrutura baseada numa das duas dimensões de utilidade detidas pelo conceito e exploradas pelas três posições teóricas. Por um lado, o conceito de Sociedade Civil pode ser utilizado como “ideia”, no sentido de servir “como forma de pensamento” ou modelo de análise quando se pretende uma abordagem mais rigorosa, ou que se crie um senso das realidades políticas e sociais; por outro lado, pode ser útil como “estrutura de acção” no sentido em que é “útil para agir com” através da ajuda prestada na formação de inspirações para as organizações que agem a partir da base (Lewis, 2002:583); neste sentido, a “Sociedade Civil é simultaneamente um objectivo a ser alcançado, um meio para o alcançar e uma estrutura para empreender com fins e significados” (Edwards, 2004:ix).

Todavia, o que se pretende com esta análise, e que vai de encontro às convicções de Michael Edwards, não é promover a adopção de uma das escolas ou modelo em detrimento das outras. Pelo contrário, procura-se abandonar a busca por um consenso teórico e/ou a preocupação com a classificação da linha de pensamento de cada uma das escolas como mais ou menos correcta no debate sobre a Sociedade Civil. Pretende-se porém, ilustrar que a conjugação de diferentes estruturas ou a combinação de elementos de cada um dos modelos numa única estrutura pode gerar uma acção mais efectiva. Michael Edwards, defende mesmo que se torna mais vantajoso para os objectivos de desenvolvimento, democracia e crescimento económico se se aderir a uma abordagem que integre os elementos das três escolas, onde nos é permitido compilar as suas virtudes em prol quer da ideia, quer da mudança social, de modo a que as fraquezas de um

conjunto de teorias sejam balanceadas pelas vantagens e contributos de outra (Edwards, 2004:72).

1.2.2.1 Modelo Analítico - A Sociedade Civil como Vida Associativa

Este primeiro modelo, considerado descendente directo da ideia de Sociedade Civil desenvolvida por Tocqueville, baseia-se centralmente nas virtudes da vida associativa e identifica a Sociedade Civil como as diversas formas de vida associativa que compõem uma parte da sociedade distinta do Estado e do mercado, formada com o propósito de avançar com os interesses comuns e facilitar a acção colectiva²⁰. Neste sentido, a Sociedade Civil é muito comumente referida como o “terceiro sector” ou o “sector não lucrativo”, que contém todas as associações e redes entre a família e o Estado, nas quais a participação e as actividades são voluntárias²¹: organizações não governamentais (ONG) formalmente registadas de diferentes tipologias, sindicatos, igrejas e outros grupos religiosos, associações profissionais e de negócios, grupos comunitários e de inter-ajuda, movimentos sociais e órgãos de comunicação independentes. Como Michael Walzer (1998)²² refere numa famosa definição, este é o “espaço da associação humana não coerciva”, e “o conjunto de redes relacionais formadas por causa da família, da fé, do interesse e da ideologia – que ocupam este espaço” (citado em Edwards, 2004:20).

Michael Bratton advoga a favor da importância da institucionalização da vida cívica e da expressão desta institucionalização através da adopção de uma estrutura organizacional da Sociedade Civil, que muito frequentemente se dá através das

²⁰ A necessidade dos seres humanos de vivenciarem todas as experiências que a vida colectiva propicia, quer seja ao juntarem-se em grupos para resolver problemas colectivos, por exemplo através das associações de bairro, quer seja para promover causas em que acreditam, por exemplo com o apoio a Amnistia Internacional, ou simplesmente, para encontrar mais significado e alegria de vida e realização pessoal, através dos grupos religiosos, dos coros ou dos “famosos” clubes de bowling de Robert Putnam, fazem de nós criaturas sociais, para quem a vida associativa ou em sociedade é parte integrante e muito importante da nossa experiência humana universal.

²¹ As dinâmicas sociais que vivemos impõem-nos a obrigatoriedade de esclarecer alguns pontos sobre o voluntariado, uma vez que algumas associações pagam tanto aos seus profissionais como aos voluntários pelos serviços prestados. Hoje o critério chave é o carácter consensual da participação dos membros e os mecanismos voluntarísticos normalmente atraídos pelas associações sob a forma, bastante útil, de contribuições voluntárias de tempo e/ou dinheiro, que são utilizados tanto para alcançar os objectivos por elas traçados e/ou os diálogos com significativa importância, utilizando o método de negociação e persuasão para forçar a concordância dos governos e dos mercados, usualmente representados pelas firmas.

²² Walzer, Michael (1998) “The idea of civil society: a path to social reconstruction” in E. J. Dionne (ed.), *Community Works*.

associações voluntárias²³, que podem ter um carácter institucional mais formal, com uma abrangência à escala nacional, legalmente registadas, de carácter político, ou por outro lado, serem mais informais, locais, e de carácter apolítico (Bratton, 1994:2).

Também John Keane refere-se a esta forma de expressão da Sociedade Civil descrevendo-a como essencial, uma vez que se baseia num complexo e dinâmico conjunto de instituições não governamentais, legalmente protegidas, que tendem a ser não violentas, auto-organizadas, auto-reflexivas e que se encontram em permanente tensão, quer umas com as outras, quer com as instituições do Estado que desenvolvem, constroem e capacitam as suas actividades (Keane, 2001:15).

Apesar deste modelo sugerir que os três sectores da sociedade - Estado, mercado e grupos não lucrativos - são separados e independentes uns dos outros, particularmente na sua racionalidade e forma de trabalho, o que se observa é muito mais complexo do que aquilo que é admitido pela maioria das definições de Sociedade Civil como domínio das formas de vida associativa. As fronteiras entre os três sectores são sempre difusas ou fluidas, isto porque todas as pessoas aglomeram em si inúmeros papéis que desempenham como seres sociais, sendo simultaneamente cidadãos, vizinhos, trabalhadores, produtores e consumidores, e as características e qualidades desenvolvidas em cada um destes papéis extravasam para os outros, quer com efeitos positivos, quer com negativos. Nesta perspectiva e segundo Liszt Vieira, a Sociedade Civil não englobará toda a vida social fora do Estado e do mercado. Existe um espaço ocupado pela sociedade política²⁴ e pela sociedade económica²⁵ do qual é necessário distinguir a Sociedade Civil. A sociedade política e a sociedade económica surgem da Sociedade Civil, partilhando com ela algumas das suas formas de organização e comunicação, e institucionalizando-se através de direitos, principalmente políticos e de propriedade, além do conjunto de direitos que asseguram a Sociedade Civil moderna. Enquanto os actores da sociedade política estão directamente envolvidos com o poder do Estado que procuram controlar, e os da sociedade económica com a produção económica visando o lucro que procuram gerir, o papel político da Sociedade Civil não se encontra directamente

²³ Cidadãos que se juntam em grupos por razões de identidade ou por terem interesse em alcançar um objectivo comum.

²⁴ Constituída por partidos, organizações políticas, parlamentos.

²⁵ Constituída por organizações de produção e distribuição, em geral empresas, cooperativas, firmas, etc..

relacionado com a conquista e controlo do poder, mas sim com o exercício de influência na esfera pública cultural. O papel mediador da sociedade política entre a Sociedade Civil e o Estado é considerado pelo autor como sendo indispensável, assim como o enraizamento da sociedade política na Sociedade Civil. Embora a história dite que, sob o regime capitalista, a sociedade económica tenha sido mais hermética à influência da Sociedade Civil que a sociedade política, a legalização dos sindicatos e o papel das negociações colectivas testemunham a influência da Sociedade Civil sobre a sociedade económica, ao procurar desempenhar um papel mediador entre a Sociedade Civil e o sistema de mercado. Uma relação antagónica da Sociedade Civil, ou dos seus actores, com a economia ou com o Estado, surge apenas quando fracassam as mediações compostas pela sociedade económica e política, ou quando as instituições da sociedade económica e política tendem a isolar o processo de tomada de decisões, da influência das iniciativas das organizações sociais, e das diversas formas de participação e discussão pública (Vieira, 1996).

Em suma, a Sociedade Civil constitui, como refere Michael Edwards, um sistema frágil e complexo, que se reforça através da existência de numerosos grupos não lucrativos de diferentes raízes, que se interligam de maneira a promover objectivos colectivos e coligações por toda a sociedade, transparência mútua e reflexão partilhada. A posição teórica desta escola repousa sobre a pretensão de que as associações promovem o pluralismo, através da capacitação dos múltiplos interesses representados, das diferentes funções que desempenham e do vasto conjunto de capacidades que desenvolvem. Contudo, nenhum conjunto de organizações pode esperar cobrir mais do que uma subsecção destes papéis, capacidades e/ou interesses²⁶ devendo, portanto, o pluralismo institucional dentro da Sociedade Civil ser considerado essencial, em que todas as partes precisam de ser representadas e aglutinadas para que o sistema opere efectivamente. A procura da homogeneidade, tanto natural como social, através da remoção ou enfraquecimento de uma das partes, ou o reforço artificial de outras, pode tornar a

²⁶ Embora as associações devam ser encorajadas e de apesar de terem uma importância indiscutível, na realidade, é notório o perigo comum de se criar uma expectativa demasiado grande sobre a capacidade de resolução dos intratáveis problemas políticos, económicos e sociais por parte das associações voluntárias, de quem se espera, quase como num passe de magia, que organizem os serviços sociais, governem as comunidades locais, resolvam os problemas de desemprego, salvaguardem o ambiente, e que ainda tenham tempo para reconstruir a vida moral das nações.

densidade, a diversidade e/ou a profundidade do sistema insuficiente, deixando as sociedades mais vulneráveis aos papéis autoritários²⁷. Pode dizer-se que muitas das lacunas e deficiências que assolam a vida associativa real são promovidas pela existência de uma obrigação de concordância com as condicionalidades dos doadores que conduzem a ajuda internacional e os fundos governamentais. Estas condicionalidades estão embebidas de fortes tendências neo-tocquevillianas que procuram promover determinadas associações, em detrimento de outras, com base em noções preconcebidas de como deve ser a Sociedade Civil o que, de um modo geral, tem originado duas situações de grande importância: a primeira, a crescente profissionalização do sector não lucrativo em todo o mundo e, ainda, o distanciamento gradual das associações da sua base social, uma vez que as associações de raiz ou base informal, como os comités de bairro e de rua, as sociedades funerárias e de templo, as ROSCA²⁸ e clubes de jovens, são frequentemente ignoradas ou negligenciadas por não estarem harmonizadas com as exigências formais dos doadores, que passam a considerá-las como não essenciais para os seus objectivos de desenvolvimento (Edwards, 2004:32-35).

²⁷ O que se pretende sublinhar é que “se a concentração de poder é má para a democracia em geral, é difícil argumentar que é benéfica para a Sociedade Civil” (Edwards, 2004:35). Isto significa, com base na teoria do Capital Social, que deve sempre existir um equilíbrio entre o “comprometimento” (ligações e relações pessoais dentro do grupo), o “estabelecer de pontes” (ligações entre grupos), e as “uniões” (as ligações entre as associações, o governo e o mercado). O comprometimento pode ter como efeito o acentuar de desigualdades, desde que as associações sejam usadas para promover somente os interesses do grupo relacionado; o estabelecimento de pontes pode, ao longo do tempo, promover a redução ou a dissolução das diferenças entre os cidadãos e, num sentido mais amplo, instituir o interesse comum; e as uniões ajudam todos os grupos a prosperar, uma vez feitas as ligações certas com instituições que podem oferecer apoio, recursos, oportunidades e influência. Seja como for, sem a segurança fornecida por fortes laços dentro do grupo, “as pontes” podem, no limite, expor os grupos a ambientes nos quais eles não podem competir em igualdade, ou apenas beneficiar os poucos que são capazes de prosperar em detrimento de muitos que são deixados para trás. As associações em que existe um forte comprometimento entre os seus membros, por exemplo, as organizações comunitárias, são mais efectivas quando ligadas vertical e horizontalmente a outras, com vista à formação de redes e federações, capazes de fazer avançar a luta pelos seus interesses aos níveis mais elevados, ou de alianças capazes de cortar as fortes linhas divisórias de classe, raça e religião, ao constituir-se à volta de uma ideia consensual e poderosa, a partir de uma base forte (Edwards, 2004:33).

²⁸ Termo utilizado na literatura económica para designar as Associações de Rotação de Poupanças e Crédito. Recebe diferente nomenclatura consoante as suas diferentes localizações geográficas. Em Luanda (Angola) é designado por Kixikila. É um dos muitos esquemas informais, existente principalmente nos países em desenvolvimento, que visam o apoio mútuo e financiamento no sentido de colmatar as lacunas existentes na mobilização de recursos financeiros internos, com vista à prossecução de actividades económicas.

1.2.2.2 Modelo Normativo - A Sociedade Civil como a “Boa Sociedade”

Este modelo desenvolve um conjunto de teorias que definem a Sociedade Civil em termos normativos. Caracterizam-na como um tipo de sociedade em que os serviços prevalecem sobre os interesses próprios, e que serve de base para a criação, reprodução e/ou performance de normas, atitudes e valores positivos, como a cooperação, a confiança, a tolerância, e o pacifismo (não violência), assim como para a perseguição com sucesso de determinados objectivos sociais.

O termo “Sociedade Civil” foi tomado, em todo o mundo, por um vasto leque de posições culturais e ideológicas, que o têm usado como taquigrafia (estenografia) ou metáfora para um tipo de sociedade idealizada²⁹, que apresenta as suas raízes mais profundas na *polis* helénica³⁰ e na *civitas* romana, servindo de referência a uma ordem social desejável ou a uma imagem própria de “modernidade” definida em termos normativos, ao mesmo tempo que permanece como uma força impulsionadora para uma melhor acção colectiva e política contemporânea. Neste sentido, a Sociedade Civil representa um tipo específico de sociedade, na qual todas as instituições operam com base numa racionalidade que reforça a existência de normas sociais positivas, ou seja, é motivada pela institucionalização da civilidade como uma forma distinta de ser, estar e de viver no mundo (Edwards, 2004:38-39). Trata-se, citando Liszt Vieira, de uma nova maneira de pensar a sociedade, ligada à noção de igualdade de direitos, autonomia, participação, que se traduz no culminar dos direitos civis, políticos e sociais da cidadania e representa um meio e um fim da democracia política, no limite, uma “sociedade que é civil”³¹ (Vieira, 1997). Em vez de sugerir a ideia de uma arena para a competição

²⁹ Considerada pelo conjunto de cidadãos a “boa sociedade”, em que está representada a excelência a nível de fins e meios, de compromissos sociais necessários e de equilíbrio entre os diferentes interesses e objectivos existentes.

³⁰ A *polis* de Aristóteles era uma “associação de associações” que habilitava os cidadãos, ou pelo menos os poucos indivíduos considerados e qualificados para ser tratados como tal, a participar das virtuosas tarefas de governar e de ser governado. Neste sentido, o Estado representava a forma “civil” de sociedade e de “civilidade” traçando os requisitos, as condições e as exigências da boa cidadania (Edwards, 2004:6).

³¹ Foi, para os grupos de dissidentes na Europa de Leste e na antiga União Soviética, durante os anos 1980, esta “nova maneira de pensar a sociedade” que serviu de inspiração para a luta para a democracia, liberdade e para os esforços pela institucionalização dos “princípios de cidadania em que se baseiam a liberal e moderna política democrática”. Depois do fim do bloco comunista, o termo foi abraçado pelas mais variadas posições culturais e ideológicas que, a partir do conceito, formaram a base em que estruturaram a sua forma de acção, através de mecanismos e normas explicadas, desenvolvidas e implementadas em torno de noções como a de direitos humanos universais, cooperação internacional e a resolução pacífica de conflitos e diferenças, com que procuram promover e alcançar os mais diversos objectivos sociais, quer

económica e luta pelo poder político, ela significa exactamente o oposto: um campo onde prevalecem os valores, caracterizado por gerar e realizar acções e normas de comportamento social positivo, geralmente informais e baseadas na cooperação, de forma autónoma, espontânea e auto-organizada; que difere das normas e acções formais, heterónoma e hierárquica de comportamento social realizadas e geradas pelo Estado; e das acções e normas de comportamento social geradas pelo mercado, baseadas na competição, mesmo quando são, como também podem ser, realizadas e geradas autonomamente, de forma espontânea ou auto-organizada (Vieira, 1997).

Michael Bratton³², argumenta que uma vida com qualidade somente é realizável se vivida na Sociedade Civil, espaço onde é possível construir a “comunidade cívica” e onde prevalecem as “normas de civilidade” que guiam os cidadãos e permitem a instituição da confiança social entre iguais, da tolerância política e do activismo comunitário, as redes de troca e de comunicação interpessoal, que juntas concebem o stock de “capital social” utilizado pelos actores sociais sempre que desencadeiam acções colectivas (Bratton, 1994:2-3).

Na incessante caminhada para o alcance e criação de uma “boa sociedade”, que seja forte e civil, são requeridos valores capazes de provocar e inspirar as instituições, e normas de comportamento que legitimem, sustentem e apoiem estes valores. Este facto exige, tanto dos cidadãos como das diferentes instituições que activamente participam na vida pública, a procura continuada de uma acção conjunta, coordenada e direccionada para os mais variados e particulares objectivos sociais. Neste sentido, os governos, as empresas e as famílias são solicitados, e devem aceder, a fazer parte de todo o processo de construção desta “sociedade que é civil”³³, uma vez que todos eles exercem uma certa

sejam locais, nacionais, regionais ou globais. Esta ideia reflecte-se nos inúmeros exemplos de movimentos de cidadãos (Vieira, 1997).

³² Para estruturar este argumento sobre a construção da “comunidade cívica”, Michael Bratton (1994) baseia-se nos escritos de Michael Walzer e Robert Putnam.

³³ Na “boa sociedade” o sucesso apenas é alcançado de forma colectiva, através da contribuição por parte de cada um dos elementos da tarefa que lhe compete na construção desta sociedade que é civil. A família tem um papel crucial na concepção dos valores, normas e formação de carácter dos indivíduos. Ela é, ou deve ser, a primeira “Sociedade Civil” onde, através das relações familiares, proporciona aquele que é o solo mais favorável ao início da formação dos valores. O papel das empresas na criação da boa sociedade, apesar de profundamente contestado, é uma questão absolutamente incontornável da política contemporânea, não só porque permite o acesso aos excedentes que a economia de mercado cria, sem os quais nenhuma sociedade moderna pode esperar alcançar os objectivos sociais traçados, mas também porque através da interacção social que proporciona, ela capacita e propicia aos trabalhadores a

influência sobre a formação das normas sociais, bem como sobre os processos de decisão política, que se traduzem na política pública que sustenta os contratos sociais e direcciona o processo de desenvolvimento.

Numa posição alternativa, convém esclarecer que não obstante existirem denominadores comuns³⁴, entre normas, valores instituídos e objectivos da boa sociedade, o que se observa na realidade é que a interpretação e exaltação destes valores não é uniforme, pois os grupos, as instituições e os membros que constituem cada uma das esferas variam amplamente nas suas características, propósitos e crenças, que resultam em variações na implementação das normas entre os diferentes elementos no seio de uma mesma sociedade ou cultura, e também entre diferentes culturas e sociedades. Mesmo quando as agendas normativas são as mesmas, ou determinada norma é universalmente interpretada para ter o mesmo significado e o mesmo peso a nível de importância, existe sempre a possibilidade de as pessoas que constituem o conjunto das diferentes instituições de governo, de mercado e associações voluntárias as modelarem, entenderem, expressarem e utilizarem de formas diferentes ao nível da definição da especificidade sobre os fins, os significados e os objectivos da “sociedade ideal” (Edwards, 2004:43). Esta falta de clareza e determinação dos limites de abrangência do conceito tornou possível a ocorrência de um dos maiores problemas encarados pelas sociedades na actualidade - a existência da sociedade incivil³⁵ – estruturas perversas que ocupam o espaço deixado em branco no seio da teoria da Sociedade Civil, e que fazem uso da própria teoria para justificar, promover e encorajar o interesse próprio, o preconceito e a violência.

possibilidade de fazerem parte da vida associativa. Por outras palavras, a Sociedade Civil não pode sobreviver onde não há mercados, e os mercados precisam da Sociedade Civil para prosperar. A progressiva adesão das empresas às exigências do capitalismo com responsabilidades sociais é, aliás, disso prova. Fruto das discrepâncias de acesso, de poder e de oportunidades que possam existir entre os cidadãos, o governo terá a incumbência específica de resolver, legislar contra e proteger os seus cidadãos de todas as desigualdades sociais que possam surgir, de modo a tornar a sociedade mais justa e assim mais civil (Edwards, 2004:49-51).

³⁴ Entre os quais se destacam a tolerância, a não discriminação, a não-violência, a confiança e a cooperação, além da liberdade e da democracia desde que não sejam definidas nos termos exclusivamente ocidentais, e até mesmo algumas agendas políticas similares partilhadas pelas três esferas (Edwards, 2004:38; Bratton, 1994:2).

³⁵ Assunto que voltaremos a abordar com maior cuidado mais à frente noutra subsecção deste capítulo.

1.2.2.3 Modelo Comunicativo - A Sociedade Civil como Esfera Pública

Na terceira escola de pensamento, a Sociedade Civil torna-se o protótipo de uma arena pública de diálogo racional, debate, argumentação e deliberação de ideias, e exercício de “cidadania activa” na busca dos interesses e bens comuns. Deste ponto de vista, a Sociedade Civil recebe a designação de “esfera pública”.

A Sociedade Civil como esfera pública é, segundo Michael Bratton, uma rede de comunicação pública, formada por um amplo conjunto de cidadãos politicamente activos e atravessada por múltiplos canais de comunicação. Estes canais de comunicação, reclamados pelos elementos que integram a rede, são vistos como sendo os meios necessários para comunicar e debater sobre todos os problemas da sociedade que em determinado momento estiverem interessados em resolver, assim como uma forma de *empowerment* dos cidadãos que se tornam capazes de comunicar independentemente da supervisão do Estado³⁶ (Bratton, 1994:2-3).

Redescobrir a genealogia das ideias sobre a esfera pública transporta-nos para a análise do remoto sistema legal romano, aos escritos de Aristóteles, e daquele que pelo senso comum foi o contributo de maior sucesso para a elaboração teórica do termo – Habermas. Para ele, a existência de uma “esfera pública discursiva”, que capacitasse os cidadãos a falar sobre as suas preocupações comuns em condições de liberdade, igualdade e interacção não violenta, era condição crucial para a democracia. Nestas conversas públicas, os participantes chegariam a um consenso sobre as grandes questões do dia pela força do argumento racional, não pela influência e uso do poder ou da força. Mais recentemente, John Keane deu um valioso contributo para delinear a história do conceito como esfera pública que, de um modo geral, defende ter atravessado três fases distintas e com o mesmo grau de importância, que se vão sobrepondo em todo o processo de invenção, refinamento e popularização do conceito. A fase um tem os seus limites traçados pelo princípio da modernidade em que se lutava contra o despotismo dos

³⁶ Segundo Jean Cohen e Andrew Arato, a moderna Sociedade Civil tem por definição um carácter participativo, em que os seus agentes procuram criar formas de “auto-constituição e auto-mobilização” onde é permitido dedicar-se ao exercício da cidadania e do discurso cívico (Cohen e Arato, 1992). O discurso cívico, tão importante para a esfera pública, terá lugar em vários fóruns, sendo os mais importantes os ligados aos media, tanto electrónicos como imprensa, devido ao grande poder de abrangência e de disseminação da informação. São também de grande importância todas as novas tecnologias de comunicação para uso pessoal, incluindo o telemóvel e o fax, que permitem a livre troca e circulação de informação entre os cidadãos (Bratton, 1994:37).

Estados da Europa e da América do Norte. Nesta fase, a linguagem do “público” estava intimamente ligada à defesa da liberdade de imprensa, da opinião pública e de outras liberdades partilhadas. A fase dois desenrola-se através de todo o século XX, e está ligada a uma forma de crítica ao forte poder em expansão do capitalismo organizado, com características como o controlo monopolista da produção e o aumento do consumismo de bens, em áreas da vida - como por exemplo a área da vida cívica - pensadas para serem livres da influência do mercado. A última fase está ainda marcada pelos problemas que caracterizaram as duas fases anteriores, ligada à luta contemporânea pela defesa da instituição de um serviço público ao serviço da democracia e da sobrevivência dos cidadãos numa era de capitalismo de consumo organizado pelo próprio Estado³⁷ (Keane, 2001:182-184).

Contudo, Michael Edwards alerta para o facto de, apesar da teoria da esfera pública fornecer uma poderosa estrutura analítica para a interpretação do papel ocupado pela Sociedade Civil na mudança social, papel este que tem sido ignorado pelas políticas e práticas do governo, agências internacionais e até mesmo por alguns círculos académicos, e da tradição de pensamento teórico da esfera pública estar sobremaneira enraizada num sistema de governo no qual todas as opiniões são tidas em conta e refinadas através do debate público e do compromisso prático, sendo por isso mesmo a “Sociedade Civil encarada como um espaço autónomo para a geração democrática de ideias e inovações” (Edwards, 2004:56), assiste-se, nos dias de hoje, a uma crescente preocupação de muitos autores com o paulatino enfraquecimento deste sistema e gradual declínio da esfera pública, como resultado quer de factores diversos que decorrem das exigências da vida em sociedades modernas, quer pelas sucessivas desigualdades existentes nas arenas públicas³⁸. Assim, uma esfera pública que se pretende funcional e

³⁷ Todas as sociedades possuem, desde sempre, um vasto conjunto de esferas públicas que a diferentes níveis procuram abordar ou tratar questões que se encontram na ordem do dia e que crescem de acordo com as circunstâncias do momento. A título de exemplo podem citar-se os cafés característicos do século XVIII e os debates que animavam as praças públicas das cidades históricas ou, mais recentemente, desde as “micro” esferas com os círculos literários e clubes de livros; as rádios, televisões, e jornais independentes; até às esferas públicas globais, como o Fórum Social Mundial ou mesmo o acesso público a sites da Internet que promovem no ciberespaço o debate entre pessoas diferentes (Edwards, 2004:57).

³⁸ Desde os seus primórdios que os sistemas de esfera pública vêm sofrendo “ameaças” que provocaram as fragilidades que se foram observando até aos nossos dias e que têm resultado no seu lamentável declínio ou erosão. Estas fragilidades decorrem maioritariamente do princípio de desigualdade, que se pode observar ao longo de todo o processo evolutivo do conceito, estruturado com base na discriminação quer a nível de grau

inclusiva, será um espaço público “não legislativo, extra judicial”, que combina, através de canais de comunicação fora do alcance do Estado e dos mercados, um diversificado leque de formas associativas, instituições, e de normas que fundamentam as acções na procura da boa sociedade, onde se procura estabelecer a argumentação racional e a deliberação como o caminho a seguir no sentido de encontrar o ponto de equilíbrio entre as diversas visões sobre as diferenças e os problemas sociais, as políticas públicas, a acção governamental e os problemas da comunidade. Esta é considerada a forma mais importante de implementação de uma governação efectiva e de resolução prática e pacífica dos nossos problemas e diferenças, que possibilita guiar as sociedades na direcção do sucesso democrático e do desenvolvimento. É através desta união da Sociedade Civil com a política que a teoria da esfera pública tenta trazer de volta a política na sua forma mais prática, que se encontra na base constituinte da actual democracia directa, deliberativa ou participativa. Nesta forma de exercício da democracia, procura-se ter todas as verdades representadas³⁹ através de um processo de transformação da política, que deixa de ser encarada como uma ocupação de elite para passar a ser vista como um processo contínuo através do qual cidadãos activos tomam parte, não apenas uma vez a cada quatro ou cinco anos através de eleições, mas que podem ajudar, e de facto o fazem, a alcançar os fins e os meios da boa sociedade. Ela proporcionará aos diferentes grupos a oportunidade de equilíbrio entre a sua autonomia pessoal e a boa sociedade como um todo, não apenas através da difusão do poder, aspecto

de importância de voz e de voto, ou mesmo na qualificação de apenas alguns como cidadãos; mais recentemente, a gradual comercialização dos meios de comunicação através da sua privatização, o que declina a hipótese de busca de consenso e abre caminho para a existência de conflito entre diferentes versões da verdade, sustentadas pelas suas próprias e exclusivas estruturas de discussão, cultura e jornalismo, ou através do estabelecimento de estreitas relações de interesse, cumplicidade e cooperação com o governo visando auferir dos dinheiros públicos necessários à sua gestão, travar o livre acesso dos cidadãos à informação e instituir a censura como substituto do debate rigoroso; e ainda, os efeitos da economia capitalista na vida moderna, com a crescente absorção dos cidadãos pela sua própria vida pessoal devido à redução do tempo disponível para se dedicarem à cidadania activa depois de tantas horas de trabalho, a existência de sistemas educacionais elitistas e demasiado especializados e a notória falta de igualdade na participação. Esferas públicas efectivas requerem cidadãos activos e com conhecimentos, pertencentes a redes e associações independentes, com mentes capazes de explorar e desafiar, e destemidos o suficiente para dizer a verdade sempre que necessário, uma vez que, evitar ou esquivar-se ao debate não é sinal de uma cultura cívica robusta. A controvérsia política, nesta perspectiva, é encarada como educativa (Edwards, 2004:64-68).

³⁹ Neste sentido, pretende-se que pontos de vista alternativos não sejam silenciados, através da exclusão ou da supressão, do mesmo modo que se procura promover a equidade no grau de importância dada aos pareceres de todos, sem distinguir entre ricos e pobres, orientações ideológicas, etnia ou sexo.

essencial para o debate democrático e responsabilização dos governos, empresas e até mesmo das próprias associações, alcançado com a organização de canais de comunicação activa entre estas instituições e o público (clientes, membros, cidadãos ou consumidores) que permite a emergência de altos níveis de transparência, fluxos de informação livre que possibilitam a exposição de abusos de poder, e o aparecimento de respostas alternativas capazes de desafiar a ortodoxia das velhas questões. Deste modo, será possível nesta sociedade, apesar de ser uma tarefa complexa, manter a expressão das múltiplas identidades e preservar a coexistência pacífica entre pessoas de diferentes fés, etnias, interesses, perspectivas e agendas, uma vez que é requerido a todos que algumas das suas particularidades se rendam a um interesse comum, revelado sob a forma de regras, leis, normas e acordos, e capaz de cruzar os diferentes pontos de vista das diversas comunidades. Com vista ao alcance deste interesse comum, cabe aos governos e outras instituições do Estado a aplicação destas regras, e à Sociedade Civil o papel de legitimar a intervenção do governo e através dos seus princípios de auto-organização impor o estabelecimento de mecanismos que permitam a formação de um quadro de identidades democráticas onde é possível a negociação das regras formais e informais que fazem parte do contrato social (Edwards, 2004:56-62).

1.3 Tipologia da Sociedade Civil

A Sociedade Civil é encarada como uma rede de instituições, situada entre o Estado, o mercado e a existência privada, onde se condensam todas as potencialidades da existência individual, e onde se “une a virtude própria do sector privado, a liberdade, à virtude do sector público, o sentido de justiça” (Castro Henriques, 1999), oferecendo espaço para actividades simultaneamente voluntárias e públicas.

Contudo, como os conceitos de público e privado já não se aplicam automaticamente ao conceito de Estado e Sociedade Civil, respectivamente, levantou-se uma discussão bastante complexa sobre o carácter público ou privado das organizações da Sociedade Civil (Vieira, 1996). Devido à riqueza do fenómeno e à sua complexidade é difícil generalizar sobre a Sociedade Civil. Ela abarca um enorme leque de formas institucionais, agentes constituintes, capacidades, tácticas e objectivos que tornam

premente a sua clarificação. Começemos, então, por deixar explícito o que não é e o que não faz parte da Sociedade Civil.

A Sociedade Civil não é o Estado, ela é não oficial e não governamental. Os diferentes grupos da Sociedade Civil não fazem parte do aparato do Estado, nem procuram controlar a função pública ou alcançar o poder. No entanto, através da sua função reguladora e judicial, o Estado garante o cumprimento e a prática da lei, a ordem social, e outros componentes da sociedade e da civilidade. Como exemplo temos os partidos políticos, que ao declararem ter um fim público, uma vez que almejam o bem comum da sociedade, são formalmente considerados instituições da Sociedade Civil; contudo, na prática não o são, uma vez que têm um comportamento de organizações pró-estatais, organizadas para a conquista do poder público. As entidades ou grupos vinculados aos partidos, ao realizarem acções de cidadania são, no entanto, consideradas detentoras de fins públicos (a não ser que essa actuação fique claramente identificada com os propósitos de poder do partido político em questão), mas não o partido ao qual se encontram ligados.

Segundo, a Sociedade Civil não é o mercado, ela é um domínio não comercial onde não existe a preocupação com a produção de lucros e, dos grupos e associações que a constituem não fazem parte as empresas e firmas, ou corporações, nem mesmo as estatais que, embora formalmente públicas, a sua racionalidade consiste na defesa de interesses colectivos, porém particulares, económicos ou sectoriais, de uma categoria profissional ou mesmo de uma classe social, cuja actuação não abrange o espaço público, apesar de o submeter à sua estrutura e dinâmica, comportando-se na prática como organizações de mercado.

Terceiro, a Sociedade Civil não inclui a família. Existem distintas formas culturais de famílias, ou formas organizacionais da família como uma unidade (onde se incluem os agregados familiares, os sistemas de família alargada, as dinastias, etc.) que apresentam diferentes linhas de fronteira entre a esfera privada da família e a esfera pública de toda a sociedade, mas que, no entanto, não se incluem na esfera da Sociedade Civil (Scholte, 1999:2-3; Vieira, 1996).

A Sociedade Civil abarca uma variedade de características que é importante apresentar. Jan Aart Scholte refere que ela é bastante diversa tanto em termos de

membros e constituintes, onde se incluem institutos académicos, organizações comunitárias, associações de consumidores, grupos de cooperação para o desenvolvimento, campanhas ambientais, grupos de camponeses, organizações de direitos humanos, sindicatos, activistas de paz, entre tantas outras, como em termos de formas organizacionais. Dentro das formas organizacionais, tanto estão os grupos constituídos formalmente e oficialmente registados, como as associações constituídas de forma informal. Frequentemente, as diferentes formas organizacionais assumidas pelos grupos da Sociedade Civil resultam das diversidades culturais. Algumas organizações são unitárias e centralizadas em determinada entidade, como a Ford Foundation. Outras são uma espécie de federação, onde as filiais apresentam uma autonomia considerável em relação à casa central, como por exemplo a Amnistia Internacional. Outros grupos cívicos, ainda, formam alianças ou uniões em que não existe uma entidade coordenadora. Outras são redes fracas que mantêm contactos irregulares e limitados.

Tendo em conta a capacidade, a Sociedade Civil tanto inclui entidades generosamente equipadas, com recursos financeiros, materiais e humanos, com uma clara visão e esclarecida orientação de valores, grande capacidade de análise, e uma linguagem capaz de mobilizar um quadro constitutivo e uma liderança efectiva, como também outras que lutam para sobreviver, frequentemente sem sucesso. Alguns corpos cívicos exploram a proximidade com as elites, enquanto outros estão completamente desligados dos centros de poder estabelecidos.

Em termos de tática, as associações fazem uso de uma infinidade de recursos para alcançarem os seus objectivos. Muitos grupos actuam directamente, sob a forma de *lobbies*, e perseguem os seus objectivos através da cooperação com autoridades públicas e/ou agentes de mercado. Outros adoptam uma posição de confronto e rejeitam todos os compromissos estabelecidos com os centros de poder. Uns preferem mobilizar o público em geral através de simpósios, reuniões, petições, campanhas de abaixo-assinado e boicotes, apelando directamente ao coração, através do uso de imagens, músicas e slogans, outros apelam à mente, através de debates, publicações, e estatísticas. Algumas associações estão bem inseridas na era da informação, são adeptas do uso dos órgãos de comunicação social como forma de difusão da informação e fazem uso corrente da Internet, enquanto outras não.

Finalmente, em termos de objectivos, a Sociedade Civil inclui grupos conformistas, reformistas e radicais. A distinção geral é importante apesar de na prática confundir-se a actuação. Os conformistas são os grupos cívicos que procuram preservar e reforçar as normas existentes, como por exemplo as associações profissionais, as fundações, os *lobbies* empresariais ou os centros de estudos. Os reformistas são as entidades cívicas que desejam corrigir as imperfeições do sistema, e não só, deixando as estruturas sociais subjacentes intactas, de que são exemplo muitos grupos de defesa dos direitos humanos. As radicais são as associações cívicas que almejam transformar a ordem social. Frequentemente chamadas “movimentos sociais”, incluem anarquistas, ambientalistas, fascistas, feministas, pacifistas, e revivalistas religiosos contra os seus implacáveis opositores: o Estado, o industrialismo, os valores liberais, o patriarcado, o militarismo e o secularismo, respectivamente (Scholte, 1999:4-6).

Os sistemas de classificação das organizações da Sociedade Civil até agora existentes estavam fundamentalmente virados para a distinção sectorial ou temática relacionada com a finalidade de cada organização, o que suscitava numerosas dúvidas sobre o interesse público ou privado destas organizações e, por este motivo, não oferecia qualquer vantagem em termos de análise da realidade e de orientação das políticas que formam o complexo mosaico das sociedades contemporâneas. Com o objectivo de colmatar as falhas dos sistemas classificatórios existentes, e de compreender as mudanças no desempenho da sociedade contemporânea, Augusto de Franco propõe a adopção de uma nova classificação das organizações da Sociedade Civil, aqui apresentada, que abrange de uma forma positiva a racionalidade e a lógica de funcionamento dos processos, a razão da sua existência e as suas diferenças intrínsecas⁴⁰ (Franco, 2002:47).

Assim sendo, segundo Augusto de Franco (2002:49-53), as organizações da Sociedade Civil dividem-se em dois subconjuntos: o das organizações de carácter público e o das organizações de carácter privado.

Dentro das organizações de carácter público existem quatro categorias:

⁴⁰ Para mais informação e análise de pontos de vista diferentes patentes em outros sistemas classificatórios, ver: Larry Diamond (1999), *Developing Democracy Toward Consolidation*, em que Diamond estabelece um sistema que engloba uma grande variedade de organizações formais e informais.

1) As organizações de carácter público constituídas com base em razões de sociedade: refere-se à possibilidade de realização de um interesse, relacionado com a origem, racionalidade e “lógica” de funcionamento da nova Sociedade Civil, como por exemplo: grupos de defesa de direitos, centrais de promoção do voluntariado, instituições de micro-crédito, organizações de economia solidária, ONG de conservação do meio ambiente ou de promoção do desenvolvimento sustentável, acções de cidadania contra a fome, grupos de fiscalização de preços ou de orientação social do mercado, entidades de fiscalização do Orçamento Geral ou de controlo social do Estado, centros de estudo e pesquisa dedicados à produção científica e, até, instituições voltadas para a elaboração e/ou execução, apoio e avaliação de políticas públicas não estatais;

2) As organizações de carácter público constituídas sob o influxo de razões de Estado. Aqui enquadram-se as organizações adicionais ou complementares à acção do Estado e as que prestam bens e serviços em acordo ou em parceria com o Estado. Em suma, são aquelas que cumprem funções originalmente desempenhadas pelo Estado, ou que o Estado tem o dever constitucional de cumprir, como por exemplo: creches e outras associações, sociedades ou fundações de assistência social, associações de agentes comunitários de saúde e outras organizações promotoras da saúde básica ou da educação fundamental;

3) As organizações de carácter público constituídas sob o influxo de razões de Mercado. Englobam os meios sociais orgânicos através dos quais são levadas a cabo acções de interesse público do mercado, como por exemplo, as fundações da filantropia empresarial e todas as outras entidades criadas como instrumentos de responsabilidade social corporativa;

4) As organizações de carácter público constituídas sob o influxo de razões de Sociedade, porém intermediadas por outras organizações do terceiro sector de carácter privado. É o caso, por exemplo, de associações de apoio a portadores do vírus HIV, instituídas ou mantidas por uma Igreja ou de uma entidade de capacitação profissional promovida por um sindicato.

Dentro das organizações de carácter privado incluem-se apenas duas categorias:

1) As organizações de carácter privado constituídas sob o influxo de razões de Mercado. Como por exemplo, uma associação de exportadores ou uma associação dos funcionários de uma empresa;

2) As organizações de carácter privado constituídas sob o influxo de razões de Sociedade. Aqui entram, numa classificação de tipos básicos, todas as demais organizações do terceiro sector que não se enquadram nas cinco categorias anteriores.

A existência da esfera pública social deve-se às entidades e aos movimentos com características não-governamentais, não-mercantis, não-corporativas e não-partidárias, de origem privada mas com finalidade pública, cuja participação social e política promove uma nova forma de representação dos cidadãos, na medida em que os transforma em sujeitos políticos autónomos, plenos de cidadania e ética, e que assumem um papel estratégico na busca de alternativas de desenvolvimento democrático para a sociedade, que não produzem a exclusão social e a degradação ambiental.

1.4 A Sociedade Incivil

A preocupação com o problema da incivilidade, resulta da crescente tentativa de promoção de uma definição puramente normativa da Sociedade Civil, que a descreve como um substituto político para as ideologias fracassadas, exalta-a como sendo o novo paradigma do domínio das liberdades, o valor básico e condição indispensável da democracia⁴¹. Porém, desta forma, estes pensadores transformam a Sociedade Civil num conceito ideológico, o que provoca contradições de desempenho e de linguagem e paralisa o seu enorme potencial pluralista e democrático. Ao ser definida como um ideal, a Sociedade Civil é desviada e esvaziada de todo o seu potencial e conteúdo constituinte através da emanção de recomendações e tácticas políticas frágeis, que a tornam vulnerável aos interesses particulares que a subvertem e que nela promovem as mais diversas formas de incivilidade existentes (Keane, 2001:82).

Apesar da expressão “incivilidade” ser considerada por muitos autores como inábil e até alguns dicionários considerarem que nos dias de hoje a palavra é obsoleta, este adjectivo é utilizado para referir um comportamento “contrário ao bem-estar cívico”

⁴¹ Segundo Keane, onde não há Sociedade Civil não pode haver cidadãos com capacidade para escolher publicamente as suas identidades, discutir sobre os seus direitos e os seus deveres, num ambiente político legal que assegure a paz e a equidade entre os cidadãos, e que facilite a boa governação (Keane, 2001:93).

ou bárbaro, indecoroso, impróprio, sem maneiras e indelicado. Segundo John Keane, o princípio de civilidade foi elaborado nas cortes italianas do século XVI e nos salões parisienses do século XVII, e dizia respeito a um comportamento de delicadeza, educação e boas maneiras que permeava as interações diárias entre os homens, livre da ameaça da violência e fonte de prazer (Keane, 2001:136)⁴².

Segundo Helmut Anheier e Lisa Carlson, a definição de Sociedade Civil apenas especifica as ações voluntárias e os propósitos comuns como sendo suas características constituintes de grande importância, dando relevo também aos factores liberdade e livre associação; contudo, não estabelece nem o limite de abrangência do seu conceito, nem a intenção destes propósitos, nem o privilégio de uns sobre os outros. Neste sentido, a definição não distingue entre causas e objectivos, assim como não faz o julgamento dos mesmos, deixando espaço para abranger no seu interior estruturas que contemplem instituições, organizações ou indivíduos denominados “incivis”, ou seja, formas de Sociedade Civil mais ou menos estruturadas por factores que encorajam o interesse próprio e a pequenez de espírito, o desrespeito pelos direitos humanos, que promovem o preconceito e/ou que advogam a violência e as manifestações fanáticas de interação social. Apesar da concepção de Sociedade Civil conter elementos de vivacidade pública, confiança social, não-violência e tolerância, reconhece-se, no entanto, que estes grupos incivis também existem, e que se movimentam no mesmo terreno com a “parte positiva” da Sociedade Civil. A “cegueira moral” da definição pode, por isso, revelar-se muitas vezes problemática, e levanta um problema central que é a necessidade de diferenciação entre a parte positiva e a parte tornada perversa com o objectivo de atender a interesses próprios (Anheier e Carlson, 2002).

*

Em resumo, pode-se dizer que este capítulo procurou, através da perspetivação histórica do conceito de Sociedade Civil, analisar as diversas alterações e as múltiplas

⁴² Segundo Edwards, este princípio de “civilidade” despertou interesse desde a antiguidade, tendo sido definido desde Aristóteles a Stephen Carter, que assumem que durante as suas interações diárias os homens iriam discordar, por vezes profundamente, contudo resolveriam as suas discórdias pacificamente e fazendo uso das suas características refinadas de civilidade (Edwards, 2004:67).

significâncias adoptadas pelo conceito, reflexo de um conjunto de factores, entre os quais, o momento histórico, a base cultural e a localização geográfica, o contexto social e individual, bem como as perspectivas teóricas ou as convicções políticas daqueles que o moldaram e, deste modo, buscou contribuir para a clarificação da origem dos diferentes entendimentos contemporâneos sobre o conceito.

As três diferentes escolas de pensamento contemporâneas que surgiram a partir da discussão da história das ideias têm uma evidente influência directa sobre toda a história social e política, no discurso de académicos, políticos, agências internacionais e fundações, ou mesmo simples cidadãos, e nas mais diversas situações do nosso quotidiano, resultado da multiplicidade de formas e significados que o conceito adoptou em função das exigências das situações a que aqueles que o manipulavam estavam sujeitos.

Hoje, para ser qualificada como “a grande ideia do século”, a Sociedade Civil não só precisa de ser capaz de ser descrita e entendida em termos acessíveis por todos, inclusive pelos mais cépticos, mas também de ser convertida em medidas práticas que possam ser empregues no contexto do mundo real, o que é possível alcançar através da adopção de uma abordagem integrada que una elementos das três escolas e permita o aumento da utilidade da ideia como modelo de análise e como veículo de acção e que, em simultâneo, se torne mais vantajoso para os objectivos de democracia, desenvolvimento e crescimento económico.

Capítulo 2

Olhar a Sociedade Civil pela Perspectiva Africana

O termo Sociedade Civil tem ocupado uma posição central no discurso contemporâneo das ciências sociais e sobre o desenvolvimento em África, particularmente nos estudos sobre o desenvolvimento democrático. As sociedades civis africanas emergiram como a mais importante força do desenvolvimento político do continente. Ganhando em sofisticação e capacidade de construção, tornaram-se parte essencial da mudança do ambiente político interno, que passou de pura hegemonia e monopólio do Estado para um crescente pluralismo de poder. Os desenvolvimentos dinâmicos que ocorreram, e ocorrem, dentro e fora do sector, contribuíram para o seu prestígio que é em parte reflexo da queda das instituições estatais, dos papéis heróicos desempenhados nas aberturas democráticas dos últimos anos e das melhorias sem precedentes das liberdades associativas e dos meios de comunicação no continente africano. Contudo, a utilidade conceptual em contexto africano, a relevância e a qualidade da Sociedade Civil, especialmente a tipologia favorecida pelos doadores internacionais para o renascimento político africano, tem sido seriamente questionada.

Este capítulo propõe-se contribuir ao nível das ideias para a discussão da problemática da Sociedade Civil nos palcos africanos, com especial destaque para o caso angolano, a partir da análise da relevância da aplicabilidade do conceito de Sociedade Civil, quer como construção analítica das novas dinâmicas adquiridas pelos processos políticos e sociais⁴³, quer como ferramenta das novas formas e modalidades de participação e acção política.

A utilização do conceito deve-se, em grande parte, à convicção de que este apresenta uma demarcada utilidade analítica (apesar de estar presente a exigência e a necessidade de reconfigurações para a realidade africana) para a compreensão dos processos políticos em curso na África contemporânea (e em Angola também), incluindo

⁴³ Em África, os processos políticos e sociais em curso resultam, fundamentalmente, da procura quer por cidadãos e políticos locais, quer por doadores, da construção da “boa governação, desenvolvimento, redução da pobreza e paz”.

os recentes processos políticos de “democratização”, e tem manifesta vantagem para a percepção das novas configurações de participação e acção política que têm essencialmente emergido fora do quadro das estruturas estatais formais e dos partidos únicos a eles associados, sem estar, no entanto, delas totalmente desvinculada (Marques Guedes, 2005:10). Outro factor ligado à escolha do conceito prende-se com o facto de, ao contrário das perspetivações excessivamente dicotómicas do modelo centro e periferia ou do modelo de formação de “classes sociais”, este ter uma maior adequação ao estudo da problemática realidade empírica angolana, que é na sua essência um mosaico social, caracterizado pela coexistência de numerosos e diferenciados espaços públicos, ocupados por uma grande multiplicidade de entidades (diferenciadas nas suas formas organizacionais e níveis de participação nos processos de acção colectiva, nos diferentes agrupamentos etnolinguísticos que constituem a sua base de recrutamento, nas assimetrias entre as zonas rurais e urbanas e, dentro da zona urbana, entre a cidade e o musseque) que interagem e empenham-se em desenvolver, de forma mais ou menos autónoma, estratégias de sobrevivência que lhes permitam ultrapassar as crises de desenvolvimento económico e de legitimidade política que existe no país.

Longe de ser uma reflexão sobre todo o continente africano, ou uma análise extensiva de toda a literatura sobre a Sociedade Civil em África, o que não é possível alcançar num estudo desta natureza, o que se segue neste capítulo é uma tentativa de clarificar questões, como a contribuição precisa da Sociedade Civil para o desenvolvimento democrático de Angola em particular, as desvantagens e limitações a ela associadas no contexto de democratização africana e os prospectos para ajudar a aprofundar e a consolidar a democratização em África. Termina com sugestões para reduzir as fraquezas e reforçar o potencial de mudança das sociedades civis africanas.

2.1 Relevância da Aplicação do Conceito em Contextos não Ocidentais

A onda de liberalização política que se estendeu sobre todo o continente africano, desde o início da década de 90 do século XX, levantou mais uma vez o debate sobre a relevância da aplicabilidade de conceitos e experiências da história política ocidental em condições africanas. Um dos maiores e vocíferos debates tem sido em torno do conceito

de Sociedade Civil, onde opiniões díspares se digladiam em busca da melhor estrutura analítica e explicativa dos acontecimentos contemporâneos de África.

As críticas sobre a aplicabilidade do conceito em contexto não ocidental têm despertado grande interesse e gerado um forte debate, tendo levado a que muitos autores pusessem em causa o significado do conceito mesmo dentro de contextos ocidentais, onde argumentam existir pouco acordo em termos da sua relevância e valor político prático, resultando que “algumas ambiguidades nas discussões dos países do mundo contemporâneo em desenvolvimento cresceram por causa dos múltiplos significados do termo na própria tradição ocidental” (Kaviraj e Khilnani, 2001)⁴⁴. Indo de encontro a estas convicções e numa referência mais directa ao miasma da imprecisão que sempre cercou o conceito de Sociedade Civil, mesmo dentro do universo ocidental das suas origens, Ebenezer Obadare refere que, enquanto a especificidade da natividade da Sociedade Civil pode ser causa de cepticismo, prefere questionar o facto da Sociedade Civil ter qualquer utilidade para explicar os dinâmicos processos sociais se não puder ser abraçada por uma definição particular e específica ou por um conjunto de significados (Obadare, 2004:8-9).

Tornou-se, por isso, relevante neste ponto fazer uma breve análise que permita alcançar um melhor conhecimento e que constitua uma fotografia da panorâmica geral no âmbito daquilo que se escreve sobre a Sociedade Civil em África, em vez de privilegiar a análise individual e detalhada de apenas uma das teses existentes sobre a questão. Deste modo, procura-se clarificar o conjunto de ideias e posições encontradas na literatura (quatro no total) sobre a pertinência, ou não, da aplicabilidade do conceito de Sociedade Civil fora do contexto ocidental. Para o efeito, é utilizada como estrutura analítica de base aquela elaborada por David Lewis (2002) no seu conhecido artigo “Civil Society in African Context: Reflections on Usefulness of a Concept”⁴⁵, por este evitar o pensamento parcelar e apresentar de forma clara e sistematizada uma interpretação convincente de todas as posições tomadas por aqueles que se debruçam sobre o tema, bem como sobre os

⁴⁴ Kaviraj, S. e S. Khilnani (eds.) (2001) *Civil Society: History and Possibilities*. Cambridge: Cambridge University Press. Citado em Lewis (2002:573)

⁴⁵ Este artigo, que num primeiro momento surgiu como *working paper*, tem origem num debate que teve lugar durante um seminário dado pelo autor na London School of Economics, no âmbito do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil Global, organizado por Helmut Anheier, Meghnad Desai e Mary Kaldor.

acontecimentos em que se baseiam, como forma de melhor captar a complexidade das situações aqui envolvidas, ou seja, o todo.

2.1.1 Tese Optimista - O Universalismo Prescritivo

A tese optimista baseia-se na ideia da existência de uma via positiva e universalista da Sociedade Civil, como parte de um projecto político de construção e reforço da democracia à volta do mundo. Esta via foi explicitamente abraçada por muitas organizações e activistas que defendem a possibilidade de transposição universal da ideia, através de um ávido processo de construção que deve ser encorajado. Ou seja, como argumenta David Lewis, a validade desta ideia é “consagrada pelo uso” (Lewis, 2002).

Embora os autores que defendem esta tese apresentem clara consciência de que a ideia de Sociedade Civil nasceu no Ocidente e tem uma importância central nos estudos de filosofia política que aí se desenvolveram desde a emergência do moderno Estado Nação, consideram também que este conceito é crucial para entender e resolver efectivamente os problemas que surgem no terreno e na teoria empírica contemporânea decorrentes da crise política, económica e social que se vive em África ou em qualquer outro lugar do mundo.

É neste sentido que John Harbeson, considera a Sociedade Civil crucial para o futuro desenvolvimento político de África, definindo-a como “a chave que faltava para sustentar a reforma política, legitimar os Estados e os governos, melhorar a governação, viabilizar as relações Estado-sociedade e Estado-economia, e prevenir todo o tipo de decadência política que enfraqueceu os novos governos africanos uma geração atrás” (Harbeson, 1994:1-2). Desta forma, Harbeson, tal como outros autores⁴⁶, procura demonstrar o potencial da Sociedade Civil não como elemento de uma “terminologia intensa e transitória” mas como um elemento que se encontra na base de uma construção teórica empírica, que centra a sua abordagem numa nova perspectiva das relações entre Estado e sociedade, em que o foco central deixa de ser a questão do equilíbrio de poder

⁴⁶ Entre os quais podemos nomear Obadare (2004).

entre o Estado e a sociedade para se transferir para os termos da sua relação de interdependência⁴⁷ (Harbeson, 1994:4).

Os apoiantes desta via são claramente entusiastas de uma concepção política da Sociedade Civil. Acreditam que, com os devidos apoios, os países africanos podem desenvolver, através de reformas políticas, uma Sociedade Civil que seja capaz de sustentar a democracia e a boa governação. O desenvolvimento económico, incluindo a industrialização, o desenvolvimento científico e o progresso de uma nação ou classe social, acontecerá depois e em consequência de reformas políticas. Esta concepção política da Sociedade Civil defende que o reforço e a manutenção da democracia são a função e o objectivo primário da Sociedade Civil e que o desenvolvimento, quer à escala nacional através de políticas económicas e tecnológicas apropriadas pela comunidade empresarial ou pelo governo, quer em pequena escala através de actividades desenvolvidas pelas organizações cívicas, não pode acontecer sem haver democracia (Bujra, 2004:43).

Contudo, até perto da década de 80 do século XX, “o uso da Sociedade Civil como variável analítica no estudo da política subsariana foi uma excepção em vez de uma regra” (Nwokedi, 1995)⁴⁸. Somente no final da década de 80, com o colapso do socialismo soviético e toda uma envolvente política internacional que acompanhou a onda política que cruzou todo o continente africano sob a forma de inúmeras transições democráticas é que o sonho da pluralidade social se tornou mais realístico e este conceito, devido em parte à sua grande qualidade inspiratória, se tornou o “fermento intelectual” entre aqueles que analisavam a realidade política de África (Obadare, 2004:3).

⁴⁷ Nesta relação, o Estado é visto como o elo de ligação entre a sociedade e a economia, ao qual cabe o papel organizador da arena política e dos princípios e valores sociais. A Sociedade Civil tornou-se um ponto de reunião nacional, um refúgio ideológico onde é possível às forças geralmente polarizadas deixar de lado (pelo menos momentaneamente) as suas antipatias e unirem-se num lugar comum com o objectivo de lutar contra o Estado autoritário (neste caso o africano), procurando limitar o seu poder através da institucionalização dos direitos políticos, mas mais importante que esses, os direitos civis e o Estado de direito (Obadare, 2004). Se a Sociedade Civil é activa e poderosa consegue manter o governo sob controlo, responsabilizando-o e com poder para o mudar. Se é demasiado dócil, o poder transfere-se para o governo que pode tornar-se ditatorial e opressivo perante os membros da Sociedade Civil. Segundo Scott (1998), uma Sociedade Civil “prostrada” fornece um terreno social fértil no qual o Estado autoritário pode ser construído (citado em Lewis, 2002:576).

⁴⁸ Nwokedi, Emeka (1995) *Politics of Democratisation Changing Authoritarian Regimes in sub-Saharan Africa*, Demokratie und Entwicklung Bd. 18 Munster. Citado em Obadare (2004)

Com o início da última década do século XX, esta visão positiva da Sociedade Civil passou também a ser adoptada pelas grandes agências internacionais⁴⁹ e pelos doadores bilaterais, que a partir de determinado momento juntam ao paradigma do desenvolvimento a questão da boa governação⁵⁰. Neste sentido, a agenda da “boa governação” tem empregue o conceito de Sociedade Civil, convertendo-o numa receita de sucesso, que passou a fazer parte de um pacote político transferido para África, e outros lugares, composto por um vasto leque de iniciativas e medidas consideradas eficazes no apoio à emergência de economias de mercado mais competitivas, construção de Estados melhor geridos e com capacidade para fornecer serviços mais responsáveis e leis mais justas, melhorar as instituições democráticas de modo a aprofundar a participação política e consequentemente permitir o alcance do desenvolvimento político e da boa governação em si (Lewis, 2002:576). O reforço da Sociedade Civil era, portanto, visto como um ingrediente crucial para assegurar a responsabilidade e a transparência dos governos e para amparar os regimes democráticos. Para os governos relutantes em adoptar as reformas políticas democráticas sugeridas, os doadores aplicavam como condicionalidade de acesso aos empréstimos e à ajuda, não só graus variantes de restrição e/ou suspensão da ajuda, mas também, e porque constituía parte central desta agenda, concentravam os seus esforços na emergência e no reforço da Sociedade Civil existente (Howell e Pearce, 2002; Lewis, 2002).

Hoje e depois de uma longa década repleta de inúmeras transições democráticas que provaram não ter um carácter estável, uma vez que muitos regimes democráticos cederam lugar a modos personificados de poder e à renovação militar, o entusiasmo sobre a solidez da Sociedade Civil, a sua sustentabilidade e potencial democrático esmoreceu, levando a que investigadores, decisores políticos e doadores mudassem o seu foco de

⁴⁹ O Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

⁵⁰ Alguns autores defendem que o crescente interesse no conceito de Sociedade Civil está claramente ligado ao domínio global da ideologia neo-liberal e ao interesse em transferir e tornar mais efectivo este domínio em outras partes do mundo que não a ocidental. Deste modo, os doadores internacionais desenharam uma conceptualização teórica da Sociedade Civil onde eram visíveis certas pretensões sobre a natureza do Estado e a sua relação com a Sociedade Civil, assim como as ligações da Sociedade Civil com os processos de democratização e de liberalização económica, que deixavam perceber o interesse na corrente que visava a redução do papel do Estado na sociedade e a privatização dos serviços através de combinações flexíveis de actores institucionais governamentais, não governamentais e privados (Lewis, 2002:571; Howell e Pearce, 2002).

atenção para a melhor forma de consolidar e sustentar a Sociedade Civil, melhorar o seu conteúdo democrático e apoiar o seu compromisso com o Estado (Howell e Pearce, 2002).

2.1.2 Tese Pessimista - A Excepção Ocidental

A via pessimista é baseada no argumento de que um conceito que emergiu num momento específico da história europeia tem pouco significado dentro de contextos culturais, políticos e económicos diferentes. Nesta perspectiva, a Sociedade Civil é conceptualmente inaplicável ou tem uma evidência empírica muito fraca em África, que simplesmente se resume a mais um, entre muitos, itens a engrossar a longa lista de tentativas mal orientadas de transposição de conceitos a partir do Ocidente.

Num recente estudo levado a cabo por Patrick Chabal e Jean Pascal Daloz sobre questões africanas e sobre o papel da Sociedade Civil na reforma do domínio político em África, foi identificado um conjunto de factores que põem em causa a asserção da relevância do conceito de Sociedade Civil em contexto africano e, por essa razão, justificam as dúvidas e o cepticismo existente e defendido por estes e muitos outros autores em relação ao tema.

O primeiro factor apontado é a “dicotomia ilusória entre Estado e Sociedade Civil” (Chabal e Daloz, 1999:18) apresentada em muitas interpretações correntes da política africana. Segundo os autores, a noção de Sociedade Civil apenas pode ser aplicada se for possível demonstrar que há uma separação institucional significativa entre uma Sociedade Civil bem organizada e um Estado burocrático relativamente autónomo. O que se observa em África é precisamente o contrário, havendo uma evidente hibridez ou constante inter-penetração de um agente pelo outro, justificando que “a corrente pretensão sobre a emergência de uma Sociedade Civil em África, reconhecível como tal, é por isso eminentemente ilusória e deriva mais de um ávido desejo ou predisposição ideológica do que de uma análise cuidadosa das presentes condições” (Chabal e Daloz, 1999:18). Além de não reflectir a realidade do continente, cria a ilusão de que o sistema político africano é mais semelhante ao ocidental do que aquilo que realmente é.

O segundo factor é a ideia de “Sociedade Civil como uma força capaz de conter as ambições hegemónicas do Estado e de proporcionar ímpetus para a regeneração da

política em África” (Chabal e Daloz, 1999:22). Esta é uma ideia abraçada por todos aqueles que acreditam que estamos perante o início de uma nova era democrática, baseada e de certa forma dependente do papel determinante da Sociedade Civil, da sua dimensão e da forma como ela estiver habilitada a libertar o ambiente político de todas as influências perversas e corruptas do Estado, assim como neutralizar ou reduzir o peso do Estado opressivo. Contrariamente a este grande entusiasmo, para Chabal e Daloz (1999), a evidência dos numerosos fracassos da democratização em todo o continente demonstram que esta missão tem sido bastante dificultada pelas mais diversas razões. A primeira, pelo facto das sociedades africanas serem essencialmente sociedades muito plurais, fragmentadas e organizadas ao longo de linhas verticais. Num primeiro momento, as clivagens existentes (políticas, sociológicas, étnicas, religiosas, entre outras) são geralmente causadas pela acérrima competição pela posse dos escassos recursos que, todavia, continuam a sobrepor-se e a ser mais significativas do que as fronteiras horizontais funcionais ou do que os laços de cooperação e solidariedade entre aqueles que, por exemplo, são profissionais da mesma classe. Na opinião dos autores, é por esse motivo que em África⁵¹, é tão problemático o desenvolvimento de grupos sociais distintos do Estado, capazes de representar os vários grupos de um país e de transcender os laços familiares, parentais ou até mesmo comunais, com talento para se organizarem politicamente e com competência para se encarregarem da defesa e promoção de um “bem comum” dentro da esfera pública. Prosseguem dizendo que somente será significativo falar de uma Sociedade Civil capaz de influenciar positivamente o ambiente político em locais onde existe um Estado forte e fortemente diferenciado da sociedade, cuja Sociedade Civil correctamente institucionalizada, emergente ou não, é separada das estruturas governamentais e liderada por cidadãos politicamente independentes. Em África, pelo contrário, o Estado está pobremente institucionalizado e muito levemente emancipado da sociedade. Mesmo havendo dentro da Sociedade Civil africana numerosos grupos que, de forma activa, contestam as políticas do Estado e que ocasionalmente organizam formas de oposição política, através de protestos, campanhas não violentas e até mesmo violentas, o que se nota é que o “negócio” da política é mais

⁵¹ Apesar do argumento de que esta dificuldade não é exclusiva do continente africano, os autores argumentam que é mais signficante em África do que em qualquer outro sitio do mundo (Chabal e Daloz, 1999:20).

frequentemente conduzido ao longo de redes clientelistas (canais de relações verticais) que ligam as elites ao resto da população (Chabal e Daloz, 1999:20-21). Como resultado, as rivalidades sócio-políticas raramente são fruto de um contexto público supra-comunal, mas tão somente representam as inúmeras roupagens através das quais os actores políticos, dentro do Estado e da Sociedade Civil, se conectam para sustentar as redes verticais, infraestruturais, e patrimoniais que enfraquecem o “conceito moderno de cidadania impessoal, todavia igualitária, que deriva das relações dos cidadãos com o Estado” (Berman, 1997)⁵² e a política em todo o continente. Numa clara demonstração de inquietude em relação a questão, Robert Fatton Jr. refere que a falta de normas cívicas apropriadas e as profundas clivagens existentes na sociedade africana poderão originar uma Sociedade Civil desorganizada, não homogénea e sem potencial emancipatório, que alberga no seu íntimo uma pluralidade de projectos contraditórios, democráticos ou não, mutuamente exclusivistas (Fatton Jr., 1995:72-73).

O facto de estarmos diante de um chavão das ciências sociais, que sofre hoje uma utilização excessiva, levou a que James Ferguson⁵³ alertasse para o perigo do uso - geralmente pouco exigente e sem sentido histórico - do conceito de Sociedade Civil no estudo da política africana, uma vez que este “obscura mais do que revela, e muitas vezes ajuda a legitimar uma política profundamente anti-democrática” (Ferguson, 1998). Argumenta ainda que se tem assistido em África a uma substituição gradual do paradigma de “nation-building”, que planeia a construção das identidades nacionais e estruturas hierárquicas no lugar das relações primordiais e tradicionais, pelo paradigma “Estado versus Sociedade Civil”, que atribui a esta última um papel cuja dinâmica crucial poderá equilibrar, domar e reduzir o papel do Estado (Ferguson, 1998).

O último factor assinalado é o contexto histórico, defendido por muitos autores como o mais flagrante da impossibilidade de transposição do conceito para outros contextos que não o ocidental, uma vez que este conceito foi “construído para orientar a realidade política da sociedade ocidental”, denotando por isso um “poder explicativo limitado” para as complexidades da vida associativa africana, não só porque não

⁵² Berman, Bruce (1997) “Ethnicity, Social Trust and Democratic Process in Africa” African Studies Association. Columbus, Ohio. Citado em Orvis (2001:22)

⁵³ Ferguson, J. (1998) “Transnational Topographies of Power: Beyond ‘the state’ and ‘civil society’ in the Study of African Politics” Draft mimeo, Department of Anthropology, University of California, Irvine. Citado em Lewis (2002:577).

compreende a dominação das sociedades africanas pelo Estado predatório, mas também porque não entende o carácter informal das diversas formas de organização e o papel fundamental detido pelas classes e pela etnicidade (Maina, 1998)⁵⁴.

Numa esclarecedora perspetivação histórica, Armando Marques Guedes cuja posição aliás não é céptica, mas sim posicionada na tese adaptativa que passaremos a analisar na próxima subsecção deste ponto, elucida-nos sobre as diferenças e especificidades que distinguem os processos de desenvolvimento das sociedades civis ocidentais e a africana. Com base nos escritos do referido autor, o desenvolvimento da moderna Sociedade Civil ocidental resultou de um processo de diferenciação histórica progressiva entre interesses públicos e privados (sobretudo políticos e económicos). As experiências sociais na Europa levaram ao despontar de um novo tipo de relacionamento entre o Estado e a sociedade, onde existiam duas dinâmicas distintas e em constante conflito, uma que procurava limitar a capacidade e as ambições da nova burguesia emergente em expandir os seus próprios interesses, e outra em que esta nova classe urbana procurava desenvolver inovadores “pressupostos normativos” que salvaguardassem a Sociedade Civil (esfera privada) “da dominação tanto do poder material do Estado como do imaterial da Igreja (esfera pública)” (Marques Guedes, 2005:105). A evolução do processo africano adquiriu uma dinâmica muito diversa, onde o que estava em causa não era tanto uma separação do domínio reservado do “privado” em relação a um âmbito “público”, mas antes uma crescente tomada de consciência em relação a uma especificidade local própria, em contraponto com uma dominação cada vez mais concebida como externa, dentro de um contexto tão específico como era a conjuntura colonial então vivida. Aquilo que as pressões exigiam era a circunscrição de uma entidade “nacional” apurada e delineada em termos jurídico-políticos, com conotações senão “raciais pelo menos culturais”, e de um *modus operandi* definido em termos locais (Marques Guedes, 2005:105-106).

Existem ainda outras diferenças que podem ser apontadas apesar de, segundo o autor, nestas tornar-se mais fácil correlacionar os casos africanos com o caso europeu, uma vez que em todo o mundo se faziam sentir os efeitos do processo de evolução das

⁵⁴ Maina, W. (1998) “Kenya: the State, Donors and the Politics of Democratization”, in A. Van Rooy (ed.) *Civil Society and Aid Industry*, pp.134-67. London: Earthscan. Citado em Lewis (2002:576)

economias de mercado e dos processos associados de formação de classes sociais. Assim, na Europa, as sociedades civis desenvolveram-se em contextos dominados por lógicas e forças mercantis privadas, o que se traduziu no exercício de uma pressão crescente sobre o Estado, visando limitar o papel deste no mercado, através da definição de exigências normativas a respeito do papel do Estado na economia, à transparência e responsabilização dos detentores do poder político perante uma “esfera pública” tão bem informada quanto possível. Num segundo ponto, a pressão exercida visava assegurar que o Estado cumpriria o papel regulador-limite do mercado, como moderador de inevitáveis excessos egoístas. Em África, o desenvolvimento da Sociedade Civil foi, sobretudo, resultante de uma intensa monopolização estadual e de fortes pressões sobre o Estado, visando ampliar o papel deste no mercado. Estas pressões traduziram-se em fortes exigências normativas a respeito do papel do Estado na economia, não tanto no sentido da transparência e da responsabilização dos detentores do poder político ou do poder burocrático perante a “esfera pública”, mas antes visando assegurar o cumprimento de um papel a exercer sobre o mercado como potenciador da vida económica e do desenvolvimento⁵⁵ (Marques Guedes, 2005:106-107).

O percurso de formação e desenvolvimento constitutivo da Sociedade Civil pressupõe a existência de processos de diferenciação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade, e a separação entre as esferas política, económica, social, religiosa e outras. Neste contexto, as dinâmicas criadas para a formação da Sociedade Civil europeia corresponderam ao exercício de uma forte pressão normativa com vista a legitimar o envolvimento individual na esfera pública emergente, através da criação de associações cívicas de todos os géneros, encaradas como lugares cruciais para a socialização “ética e normativa”, imprescindível para a criação e consolidação de uma sociedade verdadeiramente democrática. Em África esta pressão também foi visível, contudo, o processo que se seguiu tornou-se susceptível a imperfeições, uma vez que a distinção entre a esfera política e a sociedade, entre os interesses económicos públicos e

⁵⁵ Para o autor, Angola é disso claro exemplo, onde se assistiu nos primeiros anos da era pós-colonial a um crescente movimento de estatização da economia, através da nacionalização da economia como “forma de restituição” e como forma de afirmação de um novo estatuto de “independência nacional” (Marques Guedes, 2005:107).

os individuais, entre os Estados e as Igrejas, foi esbatida, não só por causa da forte e constante pressão para a urgência da sua constituição, mas também porque as fronteiras que compõem estas esferas apresentam um carácter muito híbrido, permitindo a constante inter-penetração de umas nas outras. A Sociedade Civil é, assim, edificada no interior do Estado, formada essencialmente pelos partidos “de libertação” a operar tanto dentro como fora dos Estados, envolvidos numa conjuntura de crescente estatização nacional. Em suma, o argumento de que “em África os processos iniciais de formação de uma Sociedade Civil nunca foram verdadeiramente separáveis de noções de *state-building*, e estas últimas nunca se souberam distinguir bem de formas de *nation-building*”, é considerado por Armando Marques Guedes como bastante apropriado (Marques Guedes, 2005:108).

2.1.3 Tese Adaptativa

A terceira via, a escola adaptativa, argumenta que existe um caminho mediano entre as duas posições extremas anteriormente analisadas. Entre os optimistas que defendem a transposição do conceito a partir do exterior, balizados por uma visão idealizada ou restrita daquilo que é a Sociedade Civil no Ocidente, e os pessimistas que defendem a inutilidade do conceito fora do contexto ocidental, destaca-se esta via de análise, que se considera mais realística, pois argumenta que as outras duas vertentes não retratam correctamente a Sociedade Civil africana.

Apesar desta escola defender que o conceito é potencialmente relevante em contexto não ocidental, considera que não deve ser aplicado de forma muito rígida, nem ao nível da análise, nem na implementação de políticas (Lewis, 2002:574); por conseguinte, a transposição do conceito “envolve um ‘decantamento’ prévio, pelo menos operacional, de morfologias e de dinâmicas sócio-políticas e uma sua tradução para os termos de realidades locais muitas vezes mais ou menos superficialmente muito diversas” (Marques Guedes, 2005:36). Por isso, esta linha de pensamento foca-se num quadro de actividades colectivas e de normas, sejam elas democráticas ou não, que constituem a Sociedade Civil actualmente existente em África. Procura também demonstrar que a Sociedade Civil em África está mais enraizada e é mais representativa da sociedade africana como um todo do que os pessimistas admitiram, mas menos democrática

internamente e, de igual modo, menos capacitada para apoiar a democracia liberal do que os optimistas pretendem acreditar (Orvis, 2001:18).

David Lewis considera que o termo não é novo em África, mesmo que o fenómeno não seja entendido como tal, e que não é possível ignorar o legado histórico do colonialismo na construção da Sociedade Civil, onde a componente do controlo do espaço público e o exercício do poder esteve presente, tanto para incluir como para excluir secções da população classificadas como cidadãos, ou não. Não obstante, argumenta que a adaptação de uma via historicamente contextualizada do conceito representa a sua utilidade potencial que pode ser analisada através de duas dimensões principais: a primeira por ser analiticamente útil para a análise da política contemporânea, uma vez que a sua reemergência está ligada a um vasto número de mudanças estruturais e à transformação do Estado, mas também pela sua importante capacidade de inspirar a acção (Lewis, 2002:582).

Em resposta à questão de existir ou não Sociedade Civil em África, Michael Bratton argumenta que há evidências de uma Sociedade Civil nascente em certos países de África. Prossegue dizendo que a Sociedade Civil é uma ideia com raízes verdadeiramente internacionais e, como todos os pensamentos e ideias universais, requer uma adaptação que tenha em conta as diferenças entre as distintas regiões do mundo, nomeadamente ao nível do desenvolvimento sócio-económico e no que respeita aos atributos culturais das diferentes nações (Bratton, 1994:1).

Com a mesma preocupação, Nelson Kasfir, ao notar a forma como surpreendentemente o conceito “convencional” de Sociedade Civil pouco apreendia da vida política africana, sugere a adopção de uma definição mais ampla e inclusiva, como “uma esfera pública de actividade colectiva formal ou informal, autónoma do Estado e da família” (Kasfir, 1998:4), que reflectisse e permitisse incluir toda a riqueza e complexidade da vida associativa e da actividade política da África contemporânea, sendo suficientemente precisa para ter utilidade analítica, sem deixar de ser consistente com a conceptualização e uso do termo na tradição ocidental e que, todavia, consentisse a sua aplicação fora do Ocidente. Esta definição seria conseguida através da diminuição, ou mesmo renúncia, dos elementos normativos na definição, de forma a incluir a vertente étnica e outros tipos de actividade política normalmente ignorados, como forma de a

tornar mais abrangente na compreensão de sociedades mais particulares e do relacionamento destas sociedades com os seus Estados (Kasfir, 1998:7).

De igual modo, Stephen Orvis defende esta linha de pensamento, que argumenta ser essencial para que o conceito reflecta por completo o conjunto de organizações que compõem o âmago da vida associativa e política africana. Adoptou-a fazendo apenas algumas pequenas alterações na definição avançada por Kasfir, e define a Sociedade Civil como “a esfera pública de actividade colectiva formal ou informal, autónoma do Estado mas reconhecendo a legítima existência dele” (Orvis, 2001:20), defendendo que desta forma o conceito analítico torna-se mais útil, uma vez que fornece todas as ferramentas necessárias que permitem cumprir com a sua potencial utilidade - que está em definir uma esfera que é conceptualmente distinta do Estado e do comportamento individual político e económico - ao mesmo tempo que permite ser consistente com a longa tradição do uso do conceito no Ocidente. Consente, igualmente, a inclusão de importantes elementos da tradição africana, como por exemplo, as redes de clientelismo, associações étnicas, grupos de auto-ajuda, cooperativas e até mesmo algumas autoridades tradicionais, que considera ser tão parte integrante da Sociedade Civil africana quanto os sindicatos, as associações profissionais ou as igrejas, pese embora não sejam tipicamente encaradas como tal⁵⁶ (Orvis, 2001:18). Estes elementos têm a sua actuação amplamente baseada e guiada por normas de “etnicidade moral” (Lonsdale, 1994) e de “cidadania cívica republicana” (Ndegwa, 1997) em vez das normas clássicas de democracia liberal⁵⁷.

⁵⁶ Em África, o assunto da inclusão, ou não, da esfera tradicional ou esfera primordial na definição foi sempre “uma das questões mais contestadas” (Hutchful, 1996), que tem agora a possibilidade de ser resolvida com a adopção desta definição mais ampla do conceito (Hutchful citado em Orvis, 2001:18)

⁵⁷ Os dois autores, John Lonsdale (1994) e Stephen Ndegwa (1997), citados em Orvis (2001) desenvolveram os conceitos de etnicidade moral e de cidadania cívica republicana, respectivamente, que além de muito intimamente relacionados, fornecem uma estrutura de compreensão das normas políticas da África contemporânea que poderão ser extremamente benéficas para esta e outras análises futuras sobre a Sociedade Civil africana. Stephen Ndegwa (1997) chama a atenção para a coexistência e sobreposição da democracia liberal e da cidadania cívica republicana nas sociedades da África moderna. A democracia liberal caracteriza o projecto político original das elites nacionalistas, bem como dos recentes movimentos democráticos, cuja definição abarca a cidadania liberal dos indivíduos, com direitos inerentes, que existem antes da comunidade, e que são garantidos com obrigações mínimas para com a comunidade. Em teoria, a democracia liberal conferirá aos cidadãos de qualquer Estado-nação independente, estatutos individuais e direitos iguais em relação ao Estado. A cidadania cívica republicana caracteriza as normas e as identidades dos diferentes grupos étnicos. Para a cidadania cívica republicana, os direitos não são considerados inerentes, mas sim adquiridos através da pertença ao grupo e da prática cívica que suporta ou exige o cumprimento de obrigações para com o bem-estar do grupo e da comunidade, sendo que estas obrigações, sempre que necessário, ocupam um lugar primordial em relação à cidadania liberal. Já John Lonsdale

Apesar de a Sociedade Civil africana sozinha não poder criar a democracia ou ser sempre internamente democrática, o reconhecimento das “tradições” locais, que constituem a esfera pública autónoma de actividade política colectiva, proporcionaria uma maior valorização do papel das organizações étnicas e baseadas na família, no apoio e formação da opinião pública e dos grupos de pressão política, cuja existência tem o potencial de limitar o poder do Estado e criar alguns elementos significativos de responsabilidade e de participação políticas (Orvis, 2001:33).

Autores como Michael Edwards e Michael Bratton argumentam que no caso concreto de África, as instituições culturais e religiosas do continente expressam uma identidade colectiva baseada no clã ou na tribo, coexistindo com as novas formas de associação híbrida, inter-étnica (incluindo igrejas, sindicatos, organizações de camponeses e cooperativas agrícolas, organizações de defesa dos direitos humanos, e os meios de comunicação social independentes) que emergiram em resposta aos efeitos corrosivos da urbanização, às necessidades de educação e ao desenvolvimento da economia de mercado. Estas associações baseadas nas ligações primordiais são uma consequência natural da forma como as sociedades africanas foram estruturadas no passado, “desaguando” naquilo que hoje é a realidade da vida associativa das culturas não ocidentais, em geral, e de África, em particular. Esta realidade é, de modo geral, baseada no princípio de “combinar e misturar” diferentes culturas associativas, manifestada no desenvolvimento e coexistência de instituições modernas e tradicionais que longe de ser um problema é, segundo Edwards, causa de celebração, porque significa que as associações que emergem - híbridas, fluidas - podem estar melhor capacitadas para evitar alguns dos problemas defrontados pelas suas homólogas no Ocidente (Edwards, 2004:31-32; Bratton, 1994:5).

(1994) contrasta a etnicidade moral, um “contestado padrão da virtude cívica interna” com “o tribalismo político sem escrúpulos com que os grupos competem pelos recursos públicos”, e resume o conceito como sendo, essencialmente, o que “torna uma pessoa um bom membro da comunidade local”.

Deste debate derivam 3 amplas normas políticas presentes na África contemporânea: a democracia liberal, a etnicidade moral (ou cidadania cívica republicana) e a prebenda. Entender a política africana contemporânea em geral, e a Sociedade Civil em particular, requer compreender estes três tipos de normas que existem simultaneamente, e que pelo menos de vez em quando entram em conflito, com complexos e incertos efeitos políticos de longo prazo (Orvis, 2001:23).

2.1.4 A Inquestionável Existência da Sociedade Civil em África

A posição final baseia-se no argumento de que em vez do presente retorno “em voga”, defendido por alguns, a Sociedade Civil sempre existiu em África e, por isso, a questão da aplicabilidade do conceito é muito provavelmente considerada irrelevante ou uma questão errada a ser levantada. Neste ponto reúnem-se os autores que argumentam que desde a história da África colonial, tanto na dominação como na resistência, a ideia de Sociedade Civil, explicitamente reconhecida como tal ou não, tem estado sempre presente. Esta tese parte de uma perspetivação do contexto histórico, uma vez que o termo foi sempre considerado relevante para a questão da governação e da cidadania africana que, por isso, foi utilizado como princípio organizador pela administração colonial, e de uma análise do ponto de vista da conjuntura do contexto cultural, com base numa perspetivação das mudanças políticas e sociais que foram ocorrendo em África quer haja, ou não, referência explícita ao conceito de Sociedade Civil.

Neste sentido, David Lewis que se posiciona como defensor da escola adaptativa, argumenta que é muito mais importante e proveitoso analisar o processo histórico que modelou a Sociedade Civil em África e as formas que este processo tomou, do que argumentar sobre as realidades universais da rica tradição teórica de pensamento da Sociedade Civil, além de ser necessário delinear a fronteira histórica e cultural do termo, como forma de colmatar a grande falha de trabalho empírico disponível e de enriquecer os debates, proporcionando um entendimento mais detalhado da actividade da Sociedade Civil no passado e das dinâmicas que influenciaram as forças de mudança cultural e social da Sociedade Civil actual (Lewis, 2002:581).

Perante os acontecimentos políticos ocorridos durante a fervilhante década de 90 do século XX, criou-se uma ideia errónea de que a Sociedade Civil em África se constitui como sinónimo de anti-estadista. No entanto, John Makumbe argumenta que, pelo contrário, a experiência da Sociedade Civil africana baseia-se largamente no papel e na força das suas gentes contra os sucessivos regimes despóticos e repressivos que aí surgiram, com governos que violavam simultaneamente os direitos individuais e colectivos (Makumbe, 1998:305).

Apesar da tradição africana antes da era colonial não incluir ou apoiar a Sociedade Civil como é correntemente definida no mundo moderno, o sistema político e social da

África pré-colonial reconhecia o papel da participação popular na tomada de decisão e na governação, em que as amplas consultas populares eram o procedimento correcto adoptado para a tomada de grandes decisões e a base de sistemas políticos consensuais. Corroborando este argumento Michael Bratton, refere que “enquanto muitas culturas pré-coloniais em África podem ter necessidade de Estado, no entanto, elas certamente não tinham falta de Sociedade Civil, no sentido mais amplo, de um grupo de instituições para proteger os interesses colectivos” (Bratton, 1989)⁵⁸.

De acordo com Jude Howell e Jenny Pearce, o poder colonial foi marcado pela dominação e repressão com o objectivo último de extracção de recursos. Para o efeito, o Estado colonial manteve uma linha de acção que procurava dividir os territórios ocupados em esferas de influência distintas e manter as diversas sociedades subjugadas ao domínio da política externa já que, apenas deste modo seria possível fragmentar e reconstituir as sociedades pré-existentes e reconstruir as fronteiras físicas de ordem política. Missionários e antropologistas foram utilizados para forjar e classificar categorias étnicas e unificar línguas, permitindo não só a remodelação da estrutura e conhecimento da sociedade africana, mas também o aumento do controlo hegemónico pelos governantes coloniais, cuja acção era frequentemente justificada através de um discurso paternalista de missão civilizacional e superioridade racial (Howell e Pearce, 2002). Durante esta época, a maioria das organizações e grupos cívicos existentes em África foram destruídos pelos governos coloniais, uma vez que eram encarados com grande suspeita pelos colonizadores que receavam a ocupação, por parte destes grupos, de um papel instrumental na mobilização e rebelião dos povos colonizados contra os colonizadores (Makumbe, 1998:306). Em consequência, estabeleceu-se entre a sociedade africana e europeia um relacionamento classificado como “muito incivil” (Mandani, 1996)⁵⁹, que procurava institucionalizar as diferenças e a desigualdade de direitos entre os colonialistas civilizados governados pelo constitucionalismo e as tribos nativas governadas pelo “direito costumeiro” (Mandani citado em Lewis, 2002:581). Em resposta à forte restrição e desencorajamento à formação de grupos cívicos que poderiam

⁵⁸ Bratton, Michael (1989) “*Civil Society and Associational Life in Africa*”, *World Politics*, 41(3): 407-430. Citado em Obadare (2004:10)

⁵⁹ Mandani, M. (1996) *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Princeton, NJ: Princeton University Press.

participar no processo político dos países africanos foram criadas organizações de cariz aparentemente apolítico, como as sociedades fúnebres e outros tipos de organizações baseadas na comunidade que, com o tempo, passaram de organizações inocentes a fóruns cruciais para a expressão da procura política dos povos colonizados oprimidos⁶⁰. Esta inovadora e bem sucedida abordagem⁶¹ é considerada o embrião dos movimentos sociais, associações voluntárias, activistas cívicos e movimentos de libertação nacional, que mais tarde conduziram à resistência nacionalista, expressa através da contestação em relação à legitimidade do colonialismo ocidental que promovia a negação dos direitos de cidadania aos nativos (Lewis, 2002:581) e que trouxeram, a partir dos anos 60, a independência aos seus países (Gyimah-Boadi, 2001). Todos estes movimentos estão na origem de muitos dos partidos políticos africanos da actualidade (Makumbe, 1998:307).

Numa análise à Sociedade Civil angolana, Nelson Pestana (2003) defende que ela possui uma história antiga e uma recente. Uma história antiga, cujo primeiro instante situa-se, não no momento de proclamação da independência, nem nos anos fervilhantes do nacionalismo moderno que conduziram à luta armada de libertação nacional, mas sim na longa história do movimento associativo angolano, que tem início em meados do

⁶⁰ Na África colonial, os únicos grupos que participaram activamente na política foram aqueles que tinham entre os seus membros colonos, nomeadamente, organizações de camponeses, clubes de mulheres, associações recreativas e de desporto. Os africanos foram excluídos de todas estas organizações com base na justificação de que não eram suficientemente civilizados para participar da vida em sociedade, nem para obterem a cidadania colonial, razão também apresentada para justificar a intervenção colonial: civilizar os nativos. Em Angola, no entanto, resultado da filosofia, dos princípios e do método de colonização portuguesa, que tinha como característica especial o esforço de assimilação do africano ao europeu, coexistiam em solo angolano dois tipos de organizações sociais que, sem se ignorarem, pertenciam a esferas diferentes: por um lado, a sociedade africana original e, por outro, a sociedade euro-africana. Que em conjunto constituíam a problemática dupla estrutura social angolana. Era permitido fazer parte da sociedade euro-africana ao assimilado, que era um africano desenraizado, que tinha cortado os laços culturais com a sociedade africana original para adquirir e dominar os hábitos e os costumes dos europeus, e com isso beneficiar dos privilégios reservados à sociedade europeia, entre os quais se destaca fazer parte de grupos associativos. Para obter esse estatuto tinha de passar por um teste que, entre outras provas, incluía falar e escrever português correctamente, viver de um trabalho regular, e dispor de um certo rendimento. Contudo, a partir do século XIX surgem as primeiras “ilhas” de resistência cultural, constituídas num primeiro momento por jornalistas (nomeadamente Paixão Franco e Pereira do Nascimento) e mais tarde por contistas, que tomam a decisão de tornar conhecido o seu apego aos valores sócio-culturais africanos, ao mesmo tempo que denunciam o carácter obscurantista da política de assimilação praticada pelos portugueses. São estes jovens intelectuais que lançam as sementes da contestação pacífica num projecto cultural, que mais tarde dará origem às premissas da passagem à resistência cultural armada (Manuel Jorge, 1998).

⁶¹ Esta Sociedade Civil nascente está presente sob a forma de sindicatos, clubes de juventude e literários e de associações de melhoramentos locais. Em Angola, mais especificamente, encontram-se sob a forma de associações culturais e movimentos cooperativos e mutualistas que dão corpo à afirmação dos direitos de cidadania dos africanos (Pestana, 2003:3).

século XIX e que se prolonga por todo o século XX. A parte mais recente da história da Sociedade Civil angolana prende-se com “o renascer do movimento associativo, com a afirmação da sua autonomia e legitimidade de intervenção no espaço público, depois dos movimentos de libertação terem sonegado o espaço público criado no contexto do estado colonial, ao assumirem-se como partidos-nação” (Pestana, 2003:3).

Em suma, tomando a história e os seus legados como ponto de partida, pode-se afirmar que ao longo de todos estes anos houve sempre, e continua a haver, um envolvimento da Sociedade Civil africana na vida política, social e cultural, bem como no desenvolvimento democrático do continente (Gyimah-Boadi, 2001; Makumbe, 1998), mesmo que alguns advoguem que nos dias de hoje estamos perante o “nascimento” do termo em África, resultado do presente retorno em voga em todo o mundo ocidental, que se veio a reflectir na crescente importância destes grupos, tanto na subversão dos regimes autoritários dos primeiros trinta anos de independência, como na instalação da democracia nos seus países.

2.2 Contributos Democráticos da Sociedade Civil Angolana

Um pouco por todo o mundo, o rápido desenvolvimento económico gerou uma estrutura de classes mais complexa, assim como diversas associações e movimentos que, de forma independente, procuram induzir ou alargar a abertura política a partir de cima, num processo dialéctico e recíproco (Diamond, 1999:235). Esta visão partilhada por muitos tornou-se, na generalidade, responsável pelo facto da maioria dos estudos académicos tenderem a enfatizar o papel primordial das elites na liderança, negociação ou imposição das transições democráticas. Contudo, o modelo de transição democrática centrado nas elites compreende de forma muito deficiente e tem um potencial explicativo muito pobre sobre as dinâmicas causais mais complexas e, no entanto, mais subtis, que envolveram, e continuam a envolver, muitos dos processos no continente africano. Na sua maioria, estes processos são forjados sob a forma de novas configurações de participação e acção política, que tornam notório o papel crucial desempenhado por uma Sociedade Civil organizada e mobilizada em muitos dos casos abrangidos pela onda de liberalização política e de democratização que varreu todo o continente africano.

Segundo argumentos de Larry Diamond, as elites políticas e intelectuais são inquestionavelmente indispensáveis para a implementação e consolidação da democracia, principalmente em períodos de quebra de autoridade, de transição de regime ou de instabilidade política⁶² (Diamond, 1999:218). Contudo, numa apreciação revista da democracia torna-se premente a necessidade de rejeição da ideia que a define, de modo pouco satisfatório, como um sistema onde as elites adquirem poder para governar através de uma luta competitiva pelo voto dos eleitores, ou que a contempla de maneira simplista como uma forma de “governança por meio de eleições periódicas, de competição entre partidos, de governos de maioria e do domínio da lei” (Keane, 2001:17); não só porque “qualquer legitimidade política ganha nas urnas é um recurso escasso que facilmente se dissipa e que precisa de ser constantemente renovado” (Bratton, 1994:12), mas também porque quando se tem por objectivo alcançar um modelo de democracia “em termos desenvolvimentistas”, trata-se de um infinito processo evolutivo de constante aprofundar democrático, no qual a Sociedade Civil não só restringe o poder do Estado como também legitima a sua autoridade, desde que esta se baseie no rigoroso cumprimento da lei (Diamond, 1999:238). Este sistema político, a que John Keane (2001) chamou “especial”⁶³, emerge gradualmente, em fragmentos ou partes, com capacidade para se tornar sempre mais liberal, inclusivo, responsável, responsivo, efectivo e justo, em que a democratização se transforma não apenas no período limitado da transição de um conjunto de regras de um regime formal para outro, convertendo-se antes num processo em evolução, uma mudança perpétua, uma luta recorrente, que deve fornecer o cumprimento da lei e, de forma rigorosa, proteger o direito dos indivíduos e dos grupos

⁶² Nestes períodos, as escolhas e as alianças feitas pelo conjunto relativamente pequeno de líderes e estrategistas no governo, exército, partidos políticos, nos sindicatos e outros grupos de interesse, e nos vários tipos de organizações cívicas, têm um papel determinante na forma como a mudança de regime ocorrerá. Se de modo violento ou pacífico, gradual ou abruptamente, para a democracia ou algum novo regime autoritário ou híbrido.

⁶³ John Keane, numa avaliação à adequação das definições da democracia aos tempos modernos, sugere a adopção de uma nova interpretação que seja mais pluralista do ponto de vista filosófico e político, rejeitando a atribuição de importância universal a modos de vida particulares, como verdade última e solução definitiva; redefine-a “como um dever institucionalizado de duvidar dos apelos à veneração de grandes ideais, como a obrigação de defender um maior pluralismo, e como uma ênfase na complexidade e na responsabilidade institucionais como barreiras contra perigosas acumulações de poder...”. Considera ainda que a democracia é “um sistema político especial no qual a Sociedade Civil e o Estado tendem a funcionar como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes, como articulações internas de um sistema no qual o exercício do poder (...) está sujeito a discussão pública, a compromissos e a acordos”(Keane, 2001:17-18).

de falar, de divulgar e publicar, de se reunir ou associar, de se manifestar e de se organizar ou estruturar. Neste permanente aprofundar das liberdades dos cidadãos perante o Estado devem existir canais que permitam aos indivíduos afirmarem as suas diferenças culturais no seio da sociedade, expressar os seus interesses, preferências e opiniões, procurar influenciar as políticas, escrutinar e controlar continuamente o exercício do poder do Estado entre as eleições, bem como no decorrer das mesmas (Diamond, 1999:221).

A juntar ao facto de vivermos uma permanente actualização da definição e do âmbito da democracia, de modo a torná-la mais adequada às exigências e às dinâmicas sociais contemporâneas, hoje, fortemente embebidas das movimentações de novos actores sociais, em África existe ainda o entrave da condição das elites, que após a independência tornaram-se fortemente ligadas ao poder. Angola representa um bom exemplo desta tendência, como elucida Fernando Pacheco, já que grande parte da sua elite intelectual esteve ligada e desempenhou um papel decisivo na construção ou no reforço da “angolanidade” que impulsionou a formação dos movimentos de libertação nacional, que mais tarde deram origem à independência nacional. Hoje, fruto da cultura prevalecente durante os anos de regime de partido único, que além de desencorajar as iniciativas associativas individuais e independentes, provocou uma descaracterização gradual ou até mesmo a destruição das poucas organizações que existiam, ou ainda, a substituição das mesmas pelas pouco atractivas organizações oficiais, sociais e de massas, assiste-se a um progressivo alargar das distâncias entre as elites e a vida política e cívica, ao mesmo tempo que ocorreu, e ainda ocorre, um aprofundar das cumplicidades e das alianças entre as camadas intelectuais com o poder (Pacheco, 2001:264). Por esse motivo, um pouco por todo o continente, o “recrudescimento popular” antecedeu a concessão das elites e, tendencialmente, o ímpeto real para a mudança democrática teve origem fora dos limites dos regimes, na mobilização da Sociedade Civil, que em simultâneo com o seu processo de crescimento permitia um forte incremento do pluralismo, da autonomia, e da resistência de toda a multiplicidade de actores sociais que avançaram, a partir de fora, com a liberalização e com a mudança política ou, de forma

descontinuada, com cisões no seio do regime⁶⁴. De facto, a Sociedade Civil em África ocupou um papel crucial, se não a liderar e a produzir a transição democrática, pelo menos a tentar levar os líderes africanos a abrir as portas para a liberalização (Bratton, 1994:6; Diamond, 1999:235; Posner, 2004). Apesar de alguns autores defenderem que ela “possui qualidades quase mágicas para melhorar as performances governamentais” (Posner, 2004:237), é ponto assente que, embora seja tão necessária quanto instituições políticas fortes, ou um sistema multipartidário coerente, por si só, não é suficiente para promover a consolidação democrática, sendo também de essencial importância tomar medidas no sentido de agregar interesses, formar governos, e instituir uma política cumpridora de regras e da legislação (Green, 1999). De acordo com Daniel Posner, para cumprir com o seu papel de encorajar ou consolidar a democracia, a Sociedade Civil emprega dois mecanismos distintos, embora complementares, que variam de acordo com as diferentes fases do processo de colapso e reconstrução do Estado⁶⁵, através dos quais é possível gerar resultados sociais superiores e melhorar a performance governamental. O primeiro mecanismo é o de “defesa de causas”. É comumente conceptualizado por académicos das sociedades em desenvolvimento como o modo mais eficaz de contribuição da Sociedade Civil para a boa governação e provisão de bens públicos. Estabelece uma relação adversatorial entre a Sociedade Civil e o Estado, na qual as organizações autónomas localizadas dentro da sociedade se constituem como grupos de pressão que articulam questões de interesse social para as quais chamam a atenção dos decisores políticos. Simultaneamente, controlam o comportamento destes mesmos decisores do Estado, confrontam-nos e obrigam-nos a assumirem a responsabilidade pelo fornecimento de bens públicos e pelas suas acções, deixando claro o custo político que

⁶⁴ Esta situação foi particularmente visível nos países em que o poder era exercido de forma autoritária, decadente e altamente personalizada. As crises económicas e sociais, geradas em consequência dos sucessivos anos de má governação de Estados predatórios e incompetentes, tiveram um papel catalizador na mobilização da Sociedade Civil e da vasta panóplia de actores autónomos (estudantes, igrejas, associações profissionais, grupos de mulheres, sindicatos, organizações de direitos humanos, redes informais, etc.) que a constituem contra a ditadura. A título de exemplo pode-se citar o caso dos Camarões, Benin, Nigéria, Níger, Ghana, Quénia, África do Sul, Zâmbia, Zimbabué, Malawi (Diamond, 1999:236).

⁶⁵ Num importante contributo de Robert Rotberg (2004) para o debate sobre as causas e os indicadores do processo de colapso e reconstrução da capacidade de um Estado foram identificados 3 momentos distintos: no primeiro, “Estado fraco”, a capacidade ainda é relativamente alta mas o seu declínio é evidente; no segundo momento, o Estado está completamente “colapsado” e cessou, ou está muito perto de cessar, o controlo do uso da força fora dos limites da cidade capital e o fornecimento de serviços básicos; por fim, no terceiro momento começa o processo de reconstrução em que, apesar de ainda fraca, é já notória uma melhoria da capacidade e da autoridade do Estado (Citado em Posner, 2004:239-240).

terão caso os problemas apresentados não sejam seriamente tidos em conta. O segundo é o mecanismo de “substituição”, e consiste no contributo da Sociedade Civil para o bem-estar social através do provimento de infra-estruturas organizacionais, recursos humanos e financeiros que proporcionem ordem, e serviços públicos com a qualidade que os cidadãos desejam. Este mecanismo pode assumir duas vertentes: a complementar, na qual as actividades desempenhadas pela Sociedade Civil ocorrem em paralelo e servem de suporte directo às actividades do Estado, e a outra vertente, na qual as actividades dos grupos associativos substituem a acção do Estado, nos momentos em que a sua fraqueza ou a indiferença dos seus líderes opera de forma omissa na provisão de bens públicos (Posner, 2004:237-239).

Com o objectivo de aferir e avaliar a situação dos direitos dos cidadãos em Angola tornou-se pertinente, neste ponto, passar em revista o *índice de liberdade* construído pela *Freedom House*⁶⁶, uma vez que nas diversas definições de democracia plena, entre os muitos itens apontados, a liberdade individual é um dos parâmetros mais citados para corroborar ou demonstrar o nível de exercício de cidadania⁶⁷. O índice examina o grau de liberdade individual dos indivíduos com base numa metodologia que estabelece padrões básicos de liberdade que derivam, não de uma forma cultural de liberdade, mas em larga medida da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É traçado de acordo com uma análise feita a duas dimensões; a primeira refere-se aos direitos políticos (medidos em três subcategorias: processo eleitoral, participação e pluralismo político, e funcionamento do governo), e a segunda diz respeito às liberdades cívicas (avaliadas através de quatro subcategorias: liberdade de expressão e de crença, direitos organizacionais e de associação, cumprimento da lei e Estado de direito, e direitos individuais e autonomia pessoal sem interferência do Estado). Os valores

⁶⁶ Para o ano de 2005, a *Freedom House* considerou os dados recolhidos em 192 países e 14 territórios seleccionados durante o período compreendido entre 1 Dezembro de 2003 e 30 Novembro de 2004. A *Freedom House* entende como liberdade a oportunidade para agir espontaneamente numa variedade de campos, fora do controlo do governo ou de outros potenciais centros de dominação. A construção do índice de liberdade não visa a medição da performance governamental ou dos governantes em si, mas antes aferir, de forma global, a liberdade e os direitos reais dos cidadãos.

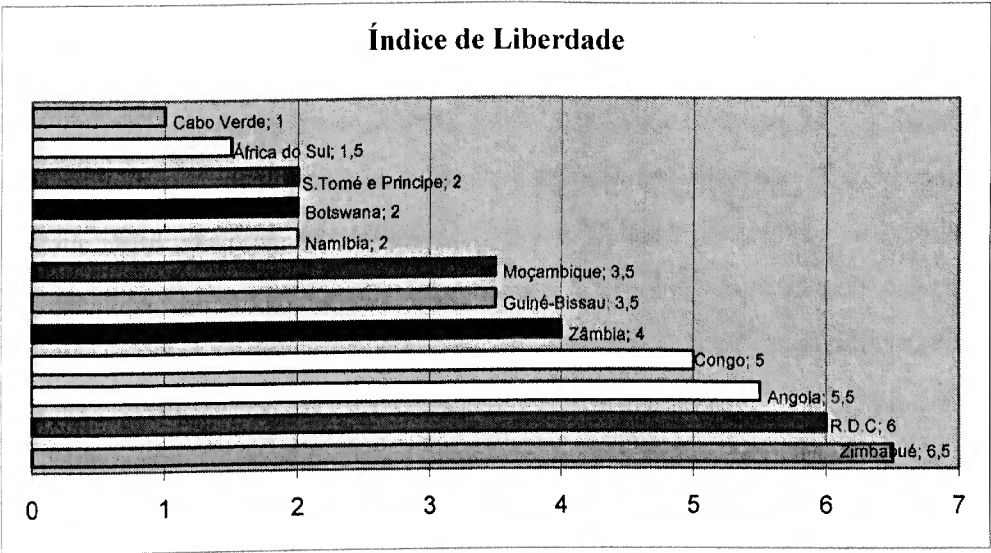
⁶⁷ Existe uma vasta oferta de estudos sobre formas e métodos distintos de examinação do grau de abertura, de desenvolvimento ou de desempenho democrático dos países, que se socorrem de diferentes medidas, objectivas e subjectivas, para avaliar o exercício da cidadania e os direitos dos cidadãos. Entre estas medidas é possível destacar a esperança de vida, a urbanização, a realização educacional, o PIB e o desenvolvimento económico, as eleições livres e justas, a competição de partidos políticos, a liberdade de imprensa e a existência e reforço das liberdades cívicas (Green, 1999).

tomados pelo índice variam entre 1 e 7, representando respectivamente o maior e o menor grau de liberdade, que concedem aos países o título de livres, não livres e parcialmente livres (FH, 2006).

O gráfico 1, apresentado em seguida, ilustra a análise comparativa feita a Angola e a um conjunto de países seleccionados da região da África Subsariana⁶⁸ e, de modo geral, oferece uma visão genérica do grau de liberdade individual nestes países.

Nos últimos anos destaca-se a evolução positiva da situação em Angola, fruto da instituição do cessar-fogo e do fim das hostilidades que permitiram o retorno a casa de milhares de civis, resultando numa notória melhoria ao nível das liberdades cívicas e no aumento dos direitos de cidadania que vem permitir o desabrochar de uma oportunidade de maior abertura política e reforço da democracia, visível na crescente separação de poderes no aparelho do Estado, no aumento do volume de informação independente e no fortalecimento da Sociedade Civil (Carvalho, 2004). Contudo, com base nos resultados apresentados no gráfico 1, o estatuto da democracia angolana continua a ser de classificação não livre, ou seja, com ausência de liberdades individuais.

Gráfico 1



Fonte: Select Data from Freedom House's Annual Global Survey of Political Rights and Civil Liberties (2006)

⁶⁸ Entre os países seleccionados, a partir do relatório anual da *Freedom House* (2006), encontram-se os países que fazem fronteira com Angola, alguns dos países membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) com quem Angola tem relações mais próximas e os restantes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

Do conjunto de países seleccionados, apenas a República Democrática do Congo (RDC) e o Zimbabué têm performances piores que Angola⁶⁹, que ocupa mesmo a pior posição entre os PALOP, onde se destacam as performances de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, países inseridos no grupo com o título de livres. Em relação aos países fronteiriços, com excepção feita à RDC, todos apresentam um certo grau de liberdade individual, destacando-se a Namíbia com a posição privilegiada de democracia livre.

Depois de quase três décadas de conflito, Angola enfrenta hoje não só os efeitos devastadores da guerra e a sua pesada herança social, mas também o enorme desafio da tripla transição: da guerra para a paz, de uma economia planificada para uma economia de mercado e de um sistema multipartidário para uma democracia efectiva. A pressão para a mudança é uma constante, e geralmente parte da Sociedade Civil. Apesar de ser muitas vezes caracterizada como fraca, pouco activa e incipiente⁷⁰, é de destacar a melhoria crescente da consciência de cidadania entre as ONG e o aumento das reivindicações destas em relação ao papel que o governo deve assumir no investimento, quer na reconstrução do país, quer num desenvolvimento inclusivo e na resolução dos problemas que foram originados pela guerra, ou ainda como garante dos direitos dos cidadãos. Na breve análise que se segue, será feita uma avaliação que apresenta como estrutura de base a lista elaborada por Larry Diamond (1999)⁷¹, sobre o cumprimento das tarefas relacionadas com a promoção, consolidação e desenvolvimento democrático do país por uma ínfima parte da Sociedade Civil angolana, a que mais facilmente se tem acesso, constituída pelas populações urbanas e pelas elites ligadas ao “poder do Estado”, em Luanda, uma vez que existe muito pouco conhecimento sobre as outras formas organizacionais e as movimentações que ocorrem em outros locais do país, com excepção dos casos isolados de trabalhos desenvolvidos por ONG, organizações internacionais e investigadores individuais.

⁶⁹ Com base nos dados da *Freedom House* (2006), Angola enquadra-se num pequeno grupo de 14 países da região da África Sub-Saariana, num total de 29%, com ausência de liberdades individuais.

⁷⁰ A Sociedade Civil angolana é reflexo de grande parte dos problemas originados pelos anos de uma das mais longas guerras civis do mundo, a que se junta a vivência num clima de autoritarismo e de défice de cultura democrática, onde a corrupção e a exclusão da maioria dos cidadãos era, e ainda é, regra; ou fruto do contexto de emergência em que muitas das suas organizações nasceram. Neste período, em que finalmente se vive em paz, é fundamental uma luta constante pelo reforço das suas capacidades.

⁷¹ Os itens utilizados para efectuar a avaliação da Sociedade Civil angolana correspondem a uma versão simplificada de uma lista de 12 funções democráticas da Sociedade Civil elaborada por Larry Diamond em 1999, na obra “*Developing Democracy Toward Consolidation*”.

Ajudar a abrir sistemas autoritários e, de modo geral, limitar o poder do Estado e pôr em causa os seus abusos de autoridade

Esta função envolve tarefas a desempenhar antes, durante e depois da transição. Consiste na existência de um conjunto de grupos cívicos e órgãos de comunicação social organizados, livres, autónomos e com capacidade de investigação, cuja actividade se baseia na função cívica de pressionar o Estado no sentido da reforma institucional, e ainda controlar, limitar e treinar o exercício de poder do Estado democrático, de modo a que a actuação do governo corresponda às expectativas públicas e às exigências de transparência e responsabilização. Quando empregue correctamente, esta função pode contribuir de forma muito positiva como entrave ao aumento da corrupção (Diamond, 1999:239).

Em Angola, desde sempre, e hoje não é diferente, que as acções e participação em movimentações de cariz cultural são consideradas um canal singular e constituem a vertente mais forte da luta política, quer contra o domínio colonial, quer contra o regime autoritário que se seguiu. São inúmeros os exemplos de contribuições cruciais de âmbito cultural de grupos angolanos, que se organizaram com a finalidade explícita de intervenção política junto do Estado⁷².

Com a proclamação da independência, a liberdade conseguida no espaço público durante a luta contra o regime colonial dissipou-se. O sistema de partido único implantado tinha uma visão totalitária que defendia a incorporação de todos os cidadãos no seu interior e sugeria que, na representação dos seus interesses, representava os interesses de todo o povo, uma vez que o povo não tinha vontade separada da vontade da direcção⁷³. Ao longo da última década de 80, as restrições cívicas duramente

⁷² Do período colonial destacam-se os agrupamentos musicais, e entre eles os N'gola Ritmos que criaram um "*esprit corps*" entre as elites urbanas, sobretudo as de Luanda, mobilizando-as. E o movimento intelectual, designado por "Vamos Descobrir Angola" que está na origem dos sentimentos nacionalistas em Angola, e que agrupava uma geração de jovens escritores, como Viriato Cruz, Agostinho Neto, Mário Andrade, António Jacinto, entre tantos outros que, ao se aperceberem do impasse em que a resistência cultural não armada se encontrava, decidem acabar com a inércia do colonialismo português à força (Marques Guedes, 2005:42; Jorge, 1998). "Para eles a luta armada de libertação nacional é um facto cultural, senão um instrumento de cultura" (Jorge, 1998:58).

⁷³ Estes dois aspectos são apresentados como resumo da forma como o poder era exercido e do grande controlo existente que oprimia a Sociedade Civil. As restrições cívicas eram de tal forma marcadas que o "Estado-partido" limitava o exercício da cidadania à existência revolucionária de cidadão-soldado e cidadão-militante, algo representado no slogan "O MPLA é o povo e o povo é o MPLA". Ainda em busca da representação dos interesses dos cidadãos, desenvolveu um conjunto de organizações para-

preconizadas e praticadas pelo Estado suscitaram um rol de acções, que foram ganhando múltiplos contornos, de resistência cívica (não armada) ao poder do Estado e de contestação pela autonomia. As primeiras movimentações foram vividas de maneira muito subtil, roçando quase a “cumplicidade”. Todos os grupos envolvidos, apesar de agirem de forma dissociada, focaram as suas acções nas tentativas de alargamento - e de algum modo até de preservação - do já de si exíguo espaço público disponível. Através de gestos ténues, todavia contundentes, buscaram permanentemente alcançar a identidade de cidadão, como forma de contestação da desautorização da existência de diversidade e em resposta à imposição de uma uniformidade na forma de pensar. A eles se deve a construção dos alicerces daquele que é hoje o espaço autónomo e a abertura cívica em Angola⁷⁴.

As exigências da crise social levaram o Estado angolano a permitir o envolvimento no plano social, num primeiro momento, de ONG ocidentais pertencentes à mesma família ideológica do regime, a que se seguiram propostas de criação de congéneres angolanas que viessem a desempenhar as mesmas tarefas no âmbito da solidariedade social e do desenvolvimento local. Contudo, foi um apelo público lançado numa “Carta Aberta aos Cidadãos” pela comissão instaladora daquela que viria a ser a Associação Cívica de Angola (ACA), onde era justificado o seu direito a existir com base na Lei Constitucional e no Código Civil, sem necessidade de recorrer ao partido para obtenção de uma autorização prévia, que deu origem ao precedente que permitiu a abertura do quadro legal que levou ao aparecimento de outras organizações independentes, como a Acção Angolana para o Desenvolvimento (AAD) e a Acção para

governamentais, ditas independentes, que englobavam as mulheres (OMA), as crianças (OPA) e os jovens (JMPLA), os trabalhadores (UNTA), os camponeses, etc., e que quase ocupavam a totalidade do espaço público (Marques Guedes, 2005:47; Pestana, 2003:6-7).

⁷⁴ Entre as múltiplas movimentações pela autonomia, segundo Nelson Pestana, é possível destacar os primeiros debates públicos semanais realizados pelo Centro Cultural Universitário, as célebres reuniões sob a designação de “*Maka à quarta-feira*” na União dos Escritores Angolanos, o Jornal mimeografado “*O Broncoscópio*” e o Grupo de Teatro (posteriormente transformado no *Elinga Teatro*) da Faculdade de Medicina, as tertúlias *Ohondanji* e *Canteiro Novo*, o movimento cultural Kiximbula do Grupo Universitário Católico, o Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA), os grupos da juventude metodista e outros clubes de reflexão (Pestana, 2003:15).

o Desenvolvimento Rural e o Ambiente (ADRA), antes da abertura democrática e da revisão constitucional de 1991 (Marques Guedes, 2005:56-57; Pestana, 2003:17)⁷⁵.

Distingue-se também o contributo da Igreja Católica que, de modo discreto, contudo muito seguro, exerceu uma forte influência na transição, quer através de demonstrações de poder e de influência sobre os cidadãos⁷⁶, quer através das Cartas Pastorais⁷⁷ que tornaram possível a existência de fluxos de informação alternativos, mais amplos, abertos e independentes, indispensáveis à disseminação da informação e formação da opinião pública contra os abusos de poder por parte do Estado. Actualmente, ela representa uma parcela poderosíssima da Sociedade Civil angolana, tendo mesmo alargado o seu campo de actuação, a partir dos anos 90, ao envolvimento político directo e indirecto com as autoridades estaduais a todos os níveis.

Monitorar as eleições e melhorar a qualidade e a credibilidade de todo o processo democrático

A segunda função democrática da Sociedade Civil está intimamente ligada à obrigação de fiscalização independente das eleições como forma de dissuadir a fraude. Devido ao profundo conhecimento e familiaridade com as condições locais, sob a responsabilidade dos grupos nacionais da Sociedade Civil, não só todo o processo eleitoral se torna muito mais amplo, uma vez que agrega os vários cenários pré-

⁷⁵ A abertura democrática foi uma das decisões que emanou das negociações políticas dos *Acordos de Bicesse*. A democratização teve início com a Lei de Revisão Constitucional n.º 12/91, “posteriormente concretizada com a aprovação, pela Assembleia do Povo a 11 de Maio de 1991, de um conjunto de leis que funcionaram como suporte infraconstitucional para a construção de um futuro Estado de Direito. Destacam-se a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 13/91); a Lei das Associações (Lei n.º 14/91); a Lei dos Partidos Políticos (Lei n.º 15/91); a Lei sobre o Direito de Reunião e de Manifestação (Lei n.º 16/91); a Lei sobre o Estado de Sítio e o Estado de Emergência (Lei n.º 17/91) e a Lei de Imprensa (Lei n.º 22/91).” (Marques Guedes, 2005:56).

⁷⁶ Segundo Marques Guedes (2005), quando nos finais dos anos 80 o “Estado-partido” vacilou na execução efectiva de uma transição democrática que já corria por toda a África, a igreja, numa clara demonstração de poder, convocou uma celebração de rua a pretexto da dedicação formal da capital de Angola a Nossa Senhora que só na cidade mobilizou meio milhão de manifestantes. O recado chegou ao Estado (Marques Guedes, 2005:58).

⁷⁷ “A partir de 1979 a Igreja Católica encetou a publicação (e publicitação) de Cartas Pastorais fortemente independentes do Estado-partido, quebrando assim, se não a hegemonia ideológica deste, pelo menos a sua hegemonia comunicacional.” (Marques Guedes, 2005:52). De modo subtil, a igreja foi plantando a crítica através da doutrina teológica, principalmente em relação à crise social e aos problemas provocados pela guerra, tendo, em Novembro de 1989, publicado uma Carta Pastoral que exigia o fim definitivo das hostilidades da guerra civil, o estabelecimento de um diálogo franco e a abertura do país ao desenvolvimento e ao progresso.

eleitorais⁷⁸, como também a condução e fiscalização das eleições no dia da votação são reconhecidas como mais credíveis. Sozinhas ou em parceria com os seus homólogos internacionais⁷⁹, as organizações da Sociedade Civil encarregam-se de encetar uma observação credível, aumentando a confidencialidade do processo eleitoral, afirmando a legitimidade do resultado e o despiste de fraude, o que resulta em eleições tomadas como mais transparentes e, assim, com resultados mais amplamente aceites (Diamond, 1999:246).

O controlo independente das eleições por uma Sociedade Civil nacional tornou-se uma característica chave das eleições em África. Em Angola, apesar da quase inexistente experiência com cenários eleitorais, assiste-se a uma crescente preocupação da Sociedade Civil em envolver-se em todas as etapas do processo eleitoral, como forma de dissuadir a repetição da amarga experiência de 1992, quando a divulgação dos resultados das eleições, apesar do elogiado grau de civismo com que elas se realizaram, originou uma escalada de violência que se alastrou por todo o país, arrastando-se por muitos anos⁸⁰. Existe hoje uma multiplicidade de actores da Sociedade Civil que exibem características de pluralismo, multiculturalidade e intervencionismo. Apesar de manifestarem muitas fragilidades ao nível da participação em processos eleitorais, é através deles que a democracia participativa se efectua e ganha expressão, não só porque eles promovem

⁷⁸ Sob o auspício das organizações nacionais, o processo eleitoral permite uma fiscalização mais eficaz e pode congrega aspectos como a igualdade no acesso aos meios de comunicação, a oportunidade de fazer campanha sem intimidação, a integridade do recenseamento eleitoral, etc..

⁷⁹ Quando trabalham em conjunto com outras organizações internacionais, os grupos locais constituem uma componente vital que tem um trabalho altamente vantajoso e complementar ao destas organizações.

⁸⁰ Durante a sua comunicação na Conferência Regional para Prevenção e Gestão dos Conflitos Eleitorais na Região da SADC, Fernando Pacheco chamou a atenção para o facto de ainda existirem muitas dúvidas, principalmente na população rural, em relação ao multipartidarismo e as eleições que para muitos angolanos são sinónimos de perturbações e guerra. Apesar da transição para paz estar a ser gerida com sucesso, o facto da sociedade estar ainda muito crispada, em resultado dos inúmeros traumas resultantes da guerra civil, os desejos de vingança (de naturezas distintas), as injustiças, a falta de equidade e chocante desigualdade entre pobres e ricos, os preconceitos etno-culturais, a debilidade da democracia e das instituições democráticas, entre outros factores, podem num clima de exaltação política ser aproveitados para o desencadear de hostilidades e conflitos (Pacheco, 2003). Com esta preocupação, a Angola 2000 (ONG angolana) lançou a campanha “Por uma Angola sem armas, segura e próspera” inserida no âmbito das iniciativas da Rede Internacional de Acção sobre Armas Ligeiras (IANSA), da qual é membro, com o objectivo de apelar às entidades governamentais e a Sociedade Civil que mobilizassem esforços junto das populações civis para que voluntariamente entreguem as suas armas às autoridades. Para o porta-voz da campanha “a disponibilidade de armas aumenta a disposição de usá-las”, por isso é necessário desarmar as mentes, devolvendo uma cultura de paz e de tolerância, fazendo com que as pessoas acreditem que é possível realizar eleições num clima de paz sem que haja espaço para retaliações armadas (Angonotícias, 2006).

espaços de participação e aprendizagem da cultura democrática, mas também porque existem em Angola numerosas extensões territoriais onde as instituições do Estado são meramente figurativas, onde todo o apoio prestado às populações é dado pela Sociedade Civil, o que permite a criação de um carácter de imparcialidade e de um ambiente de confiança nas suas entidades. Do conjunto de iniciativas que visam as eleições, é de realçar a realização da “Conferência Regional para a Prevenção e Gestão dos Conflitos Eleitorais na região da SADC” pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung (FES) e a Faculdade de Direito da Universidade Católica, em Novembro de 2003, bem como a “Conferência Nacional sobre os Princípios e os Processos Eleitorais da SADC e as suas implicações nas próximas eleições em Angola”, em 2005, promovida pela Rede Eleitoral⁸¹ em parceria com o Instituto Nacional Democrático (NDI) americano, que se propôs analisar o papel da Sociedade Civil face às eleições, a contagem dos votos e a pertinência da supervisão eleitoral com base num estudo comparativo das leis e dos sistemas eleitorais da SADC. Destaca-se também o manifesto subscrito pela Rede Eleitoral, COIEPA, Sindicato dos Jornalistas Angolanos, FONGA Cabinda, Coligação pela Transparência e Cidadania e a Cooperativa de Jornalistas da Região Sul, apresentado num encontro de auscultação dos representantes da Sociedade Civil e dos partidos políticos com e sem assento parlamentar, promovido pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que propõe alterações à futura Lei de Observação Eleitoral, de modo a permitir um processo eleitoral que abranja todas as forças activas do país e, por conseguinte, a participação desta plataforma na observação das próximas eleições gerais. Este manifesto baseia-se na clarificação do papel dos observadores nacionais e internacionais, na independência e rigoroso cumprimento da lei pelo Comissão Nacional Eleitoral (CNE), entre outros pontos. Neste encontro foram ainda levantadas questões relacionadas com a aprovação do conteúdo do pacote eleitoral que engloba os projectos de Lei Eleitoral, registo eleitoral dos partidos políticos, financiamento dos partidos políticos, sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social,

⁸¹ A Rede Eleitoral é um consórcio de 30 ONG angolanas que de forma regular tem dada um contributo saudável para o debate da problemática ligada a questão das eleições, para a produção de conhecimento e esclarecimento cívico dos cidadãos, que pretende contribuir para o processo eleitoral e a realização de eleições livres e justas no país.

do direito de antena, réplica e resposta dos partidos políticos e organizações da Sociedade Civil, de observação eleitoral e o código de conduta eleitoral.

Educar cidadãos quanto aos seus direitos e responsabilidades e construir uma cultura de tolerância e empenho cívico

De um modo geral, esta função consiste na adopção de projectos explícitos de educação para a democracia, que tenham por base não apenas controlar, criticar e resistir ao Estado, mas que vise e promova a geração de hábitos (obrigações e direitos) e capacidades democráticas nos cidadãos, como precursor do desenvolvimento, da consolidação democrática e da paz, mas também como forma de complementar e melhorar o Estado e reforçar a sua legitimidade democrática e efectividade (Diamond, 1999:243).

A Sociedade Civil oferece uma arena vital e distinta que conduz à participação organizacional e prática intensa da contestação e defesa política, capaz de inculcar não só hábitos de empenho cívico, participação e capacidade de cidadania democrática, mas também normas e valores mais profundos da cultura democrática, como a tolerância, a moderação, o compromisso e o respeito por pontos de vista diferentes⁸². As organizações envolvidas nestes projectos têm efectuado um esforço colossal na mudança do foco central dos conteúdos da educação cívica angolana, deslocando-o da tradicional ênfase na excessiva responsabilidade dos cidadãos na educação política (doutrinação) e docilidade política induzida, para uma verdadeira educação cívica com vista ao desenvolvimento da cidadania democrática. Normalmente, trata-se de entidades recentes, baseadas em classes profissionais, com formação jurídica ou não, e de movimentos que abraçam a militância de causas, que no seu interior podem gerar um tipo de cidadania mais liberal, que transcende as divisões históricas e as clivagens regionais, religiosas, étnicas, partidárias e nacionalistas⁸³. O que facilmente se explica pelo facto de que com o objectivo de

⁸² Como defende Fernando Pacheco, a Sociedade Civil deve ser, simultaneamente, “uma escola de aprendizagem democrática e uma trincheira de liberdade” (Pacheco, 2001:261) que integra uma multiplicidade de actores, que escapam ao controle dos governos, onde o cidadão aprende quais os seus direitos de cidadania, a respeitar os direitos e iniciativas dos outros e a distinguir entre o governo e a lei (Pacheco, 2001).

⁸³ São de destacar as mobilizações, mais ou menos independentes, de entidades cada vez mais activas e coesas como é o caso dos movimentos sindicais existentes, como o Sindicato dos Jornalistas e o Sindicato Nacional dos Professores (SINPROF) que, de um modo consistente, têm feito um enorme esforço quer para

perseguir os seus interesses, as pessoas envolvidas nestas organizações se disponibilizam a associar-se a outras pessoas com opiniões e interesses políticos divergentes, o que tendencialmente promove o atenuar da militância nos seus próprios pontos de vista, gera uma visão política mais sofisticada e expansiva, e encoraja a tolerância pela diferença. Num país como Angola, em que o multiculturalidade é uma característica gritante, a defesa de um sentimento de tolerância como forma de alcançar a cidadania cívica e democrática, onde não haja espaço para impulsos tacanhos etnicamente exclusivistas ou nacionalistas, torna-se essencial.

É de destacar o trabalho desenvolvido no campo da justiça pela organização cívica AJPD (Associação Justiça, Paz e Democracia), cujo principal objectivo centra-se na informação e educação dos cidadãos, e da opinião pública em geral, sobre os seus direitos constitucionais, a forma como é aplicado o direito penal e o sistema prisional, como forma de alertar para a necessidade de acabar com as prisões ilegais e excesso de prisões preventivas nas cadeias de Luanda. Também é digno de destaque o trabalho da Ordem dos Advogados, uma entidade corporativa que apesar de implantada fora do Estado, exhibe fortes ligação de proximidade com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que, tem levado a cabo a árdua tarefa de estimular a articulação em rede das numerosas organizações existentes na Sociedade Civil. Simultaneamente, procura ocupar o lugar de elo de ligação entre estas entidades e as instituições do sistema judicial, através da promoção de debates nacionais multilaterais, em torno de questões ligadas ao tema da justiça, e da prestação de apoio jurídico às muitas organizações da Sociedade Civil (Marques Guedes, 2005:59-61). Ou ainda, as várias campanhas de contestação cívica organizadas ou financiadas pela *Open Society*, em defesa dos direitos humanos, da democracia, e da paz⁸⁴, e as mobilizações em torno de questões de interesse local ou

se libertarem das amarras “castradoras” do regime, quer para paulatinamente irem conquistando patamares mais elevados de democratização interna nas suas organizações, e na própria sociedade.

⁸⁴ Como a campanha “Paz sem democracia é fantasia” ocorrida em Março de 2004, em que cerca de 30 partidos políticos (incluindo a UNITA) e associações cívicas, juntaram-se sob o patrocínio da *Open Society* – Angola, num manifesto pela democracia, que defende que “hoje (...) o exercício das liberdades e direitos apresentam-se como os maiores desafios para o povo angolano” (Vieira Lopes, 2004), e que englobava encontros e manifestações em diversas províncias do país, para além da capital, como Cabinda, Huambo e Lundas. Ainda sobre a *Open Society*, são de destacar os múltiplos relatórios elaborados, publicados e publicitados pela organização, como os que se referiam à situação dos direitos humanos nas mais recônditas províncias do país, como é o caso do relatório de 2005 “Lundas - As Pedras da Morte” divulgado em Portugal com o apoio da Fundação Mário Soares.

nacional, como a que ocorreu aquando da eminente destruição do histórico palácio de D. Ana Joaquina em Luanda. Também merece menção o conjunto de actividades na área da promoção da justiça e dos direitos humanos promovidas pelo Centro Cultural Mosaiko, cujo objectivo central começou por ser a disponibilização de recursos para reportagens sobre os direitos humanos em Angola, mas que hoje tem o seu leque de actividades alargado a áreas como a formação, uma vez que são ministrados cursos gerais de direito, não apenas os direitos humanos, destinados a populações rurais, prisionais e a forças militares, funcionando também como fórum de discussão de questões relacionadas com os direitos humanos.

Incorporar grupos marginais no processo político e melhorar as respostas aos seus interesses e necessidades sociais

Esta função tem particular importância, uma vez que possibilita a construção, fora do alcance do Estado, de uma multiplicidade de canais que permitem articular, agregar e representar interesses de grupos tradicionalmente excluídos⁸⁵. Esta preocupação surgiu, num primeiro momento, da necessidade de preencher o vazio deixado pelo Estado no cumprimento das suas tarefas de satisfação das necessidades sociais e económicas dos seus cidadãos, decorrente da ruptura dos seus tradicionais sistemas de apoio social, e em resposta às crises provocadas pelos conflitos violentos, fome e desastres naturais (Diamond, 1999:243). Em Angola, este começou por ser um espaço ocupado pelas organizações humanitárias internacionais, ao nível da ajuda alimentar, e por algumas entidades da Igreja Católica, neste caso a Caritas Angola, a quem o Estado confiou parte das suas responsabilidades em áreas tão sensíveis como a Educação e a Saúde (Marques Guedes, 2005:57). Mais tarde, devido às crescentes necessidades, e ao gradual aumento da abertura política, muitas das funções exercidas pelas agências internacionais foram delegadas a organizações angolanas.

A adopção de uma conduta de pressão organizada dá origem a oportunidade dos grupos historicamente marginalizados acederem ao poder, e atrair a atenção dos políticos para a sua difícil situação. Deste modo, procuram alcançar a igualdade política e social, a integração no processo económico, político e de reconstrução da sociedade, combater a

⁸⁵ Mulheres, crianças, minorias étnicas, trabalhadores do campo, e pobres em geral.

violência, salvaguardar os seus direitos, o aumento da qualidade dos padrões de vida, a melhoria da reacção de resposta por parte dos governos, e a legitimidade para o reforço democrático. Esta função torna-se ainda mais importante em países como Angola onde, apesar da “forte tendência integracionista”, mantém-se como “um conglomerado de minorias”, no qual, o não reconhecimento dos seus direitos cívicos e políticos torna “a democracia (...) impraticável, introduzem-se elementos de instabilidade e as maiorias podem perder a sua legitimidade” (Pacheco, 2001:265). A título explicativo, a proliferação em Angola de organizações do tipo “Naturais e Amigos de ...”, apesar de terem objectivos e capacidades questionáveis, e gozarem de escassa credibilidade, assim como da crescente pressão das autoridades tradicionais⁸⁶, os “sobas”, que exigem ocupar um papel mais activo na prossecução da paz e do desenvolvimento, são bons exemplos da intenção e crescente preocupação existente nas comunidades locais de pressionar o sistema de governação sobre as suas necessidades e interesses comuns.

Tendo em conta que o processo de democratização, inevitavelmente, ocorre de forma irregular, torna-se particularmente importante haver por parte da Sociedade Civil ao nível local, especialmente nas áreas rurais e/ou menos desenvolvidas do país, um grande esforço em prol da democracia e justiça social, promoção e reforço da cidadania e *empowerment* destas pessoas historicamente marginalizadas, quer através da organização de grupos autónomos e/ou com uma crescente ligação destes grupos a redes transnacionais de organizações congéneres⁸⁷ com prestígio, que permitam libertá-los, de forma gradual, dos limites psicológicos e estruturais do clientelismo e dos “enclaves autoritários”⁸⁸ para a cidadania plena, ao mesmo tempo que promove um significativo reforço da capacidade de defesa dos seus interesses e identidades próprias, culturas,

⁸⁶ Em Setembro de 2001, foi promovido pelo organismo coordenador das ONG angolanas (FONGA), o primeiro encontro alargado de soberanos tradicionais, com a presença, entre outros, das autoridades tradicionais do Bailundo, Ekuikui IV, e da Lunda, Muachissengue.

⁸⁷ Hoje são muitas as organizações especializadas no tratamento de questões específicas, com capacidade transnacional, que prestam apoio a organizações congéneres mais pequenas e que actuam a nível local. Normalmente agem e têm preocupações no campo dos direitos humanos, direitos de populações indígenas e autóctones, direitos das mulheres (igualdade de género) e das crianças, redução da pobreza, desenvolvimento sustentável e ambiente.

⁸⁸ É notório que ao nível local e comunitário, mesmo depois da transição democrática, as redes de clientelismo e autoritarismo, assim como os abusos de poder e de direitos humanos, persistem mais obstinadamente e, segundo Diamond (1999:244), são estas ligações que historicamente os mantêm fechados num estatuto subordinado e dependente, afastados dos outros grupos e com notória incapacidade de influência e de consenso à volta de interesses culturais e materiais comuns.

terras, ambiente e direitos humanos, e, em casos mais extremos, das suas vidas, contra abusos por parte de grandes latifundiários, agentes de desenvolvimento, mineiros, forças de segurança e outros agentes da autoridade do Estado⁸⁹. Neste campo destacam-se os trabalhos desenvolvidos pela ADRA que, numa adequada interacção entre os seus técnicos e as comunidades locais, permite o *empowerment* destas populações, alcançar a autonomia e o desenvolvimento. Nas palavras do seu director, este processo pedagógico visa ajudar as comunidades de base a fazer o percurso que leva à “transformação dos seus membros da condição de ‘povo’ para a de cidadãos” (Fernando Pacheco, 2001:273).

Dar às comunidades meios alternativos (fora do Estado) para melhorar o seu nível de desenvolvimento material

A quinta função está ligada à possibilidade de uma Sociedade Civil vigorosa ter o poder de reforçar a criação dos alicerces da democracia, mesmo quando as suas actividades se dirigem ao desenvolvimento da comunidade e não têm preocupações explícitas ou conexão directa com a democracia em si, como é o caso das actividades de desenvolvimento económico (Diamond, 1999:244).

A sucessão de regimes autoritários em Angola (o colonial e o pós-colonial com a tomada de políticas económicas planificadas geradas por um sistema de direcção central) contribuiu em grande parte para aniquilar o potencial de desenvolvimento económico da Sociedade Civil. Porém, Gyimah-Boadi (2001:120) refere que tal como em outros países de África, algum desse potencial foi restaurado, por defeito ou de propósito, depois do quase colapso do Estado africano, das suas estruturas de desenvolvimento económico e através da vaga de actividades do sector informal que o acompanhou. Aliás, em relação ao sector informal, muitos intelectuais angolanos consideram que os primórdios da

⁸⁹ A questão do direito à terra constitui um tema central no âmbito do processo de democratização e consolidação da paz, reconstrução e reconciliação nacional. Num país onde existem cerca de 4 milhões de deslocados, provenientes maioritariamente de zonas rurais, e uma substancial percentagem de populações pastoris que historicamente devem ter direito a terra, muitos são os casos de conflito que podem decorrer desta questão. Como por exemplo, o que surgiu na zona dos Gambos, na Huíla, resolvido através de longas negociações com a ALSSA (organização que defende os direitos adquiridos das populações dos Gambos) que culminaram num reordenamento, levado a cabo pelo governo da província, que permitiu a recuperação por parte das comunidades pastoris de mais de 5 mil hectares de terra para uso colectivo. É de destacar também a constituição da Rede Terra, criada para mobilizar as comunidades rurais e a sociedade civil angolana em relação ao debate da nova legislação de terras e promover a defesa do acesso a meios de vida sustentáveis por parte das populações mais pobres. A Rede Terra é integrada pela OIKOS, ADRA, NCC, ACORD, FONGA, Development Workshop (DW), Mosaiko, NDI, Caritas (Angola) e World Learning.

Sociedade Civil contemporânea em Angola podem ser explicados através do nascimento e posterior crescimento em força do sector informal, que caracteriza as novas dinâmicas de auto-organização e auto-afirmação social, económica e cultural, que surgiram consequência do processo de marginalização e exclusão do cidadão comum da vida pública e do chamado mercado oficial (Pacheco, 2001:269-270; Pestana, 2003:8). Nelson Pestana argumenta que, a formação de um sector informal da economia e de outras formas de regulação paralelas, que ele apelida de “sistema de desenrasca” (Pestana, 2003:8), será a primeira de três vias de resistências adoptadas pela sociedade angolana para resistir ao domínio do Estado⁹⁰ e a resposta à sua fraca actuação em todos os sectores da sociedade, especialmente no plano económico. O sector informal representava, assim, um meio alternativo de acumulação, uma vez que se vivia uma época de grandes dificuldades sociais, em consequência, entre outras, da desvalorização do valor real do salário. De início, o sector informal constituiu-se como um sistema de troca directa, com base no sistema de auto-consumo estabelecido por empresas públicas e algumas privadas dando, depois, origem ao sistema de mercado livre e ao nascimento de um sector privado endógeno (Pestana, 2003:8). Beneficiando da cada vez maior informalização do poder político, e das oportunidades criadas pelo sistema de auto-consumo e de privilégio instituído, as elites económicas e políticas, constituídas por dirigentes, directores, gerentes e quadros superiores de empresas públicas, levaram a cabo uma acérrima apropriação, não só dos recursos do Estado e do bem público, mas também dos recursos naturais do país.

Outro sinal dessa restauração emana da multiplicação de uma diversificada tipologia de ONG que tentam a todo custo, efectivamente, libertar ou abrandar as expectativas das comunidades no Estado. Ao mesmo tempo, procuram enfraquecer as ligações verticais de clientelismo e criar novas solidariedades horizontais que promovam a união dos membros da comunidade em torno de interesses comuns⁹¹, fomentando a

⁹⁰ Além da formação do sector informal, as outras duas vias de resistência adoptadas pela Sociedade Civil angolana apontadas por Nelson Pestana são, designadamente, o “retorno” à fé cristã e o investimento no associativismo, num primeiro momento desportivo e, mais tarde, cultural e social (Pestana, 2003:8-9).

⁹¹ Interesses esses que vão desde a luta contra a pobreza, até aos movimentos que procuram acabar com a dependência de salário, investimento agrícola e de crédito, das populações rurais e mais desfavorecidas em relação às elites locais.

cooperação e a construção do capital social. É o caso das kixikilas⁹² da periferia de Luanda, meio privilegiado pelas ONG para a canalização de serviços financeiros para as comunidades. Este é o caso, entre outros⁹³, da “Development Workshop, uma ONG canadiana que desde 1999 desenvolve um programa de micro-finanças para angolanos economicamente activos no quadro do combate e alívio da pobreza da população peri-urbana de Luanda” (Pestana, 2003:33).

Abrir e pluralizar os fluxos de informação

A emergência de meios de comunicação vibrantes, constituídos por uma imprensa pluralista e autónoma, e a existência de organizações independentes, quer sejam grupos de defesa de causas ou centros de pensamento e de investigação independentes, constitui a única maneira de fornecer ao cidadão comum informação não censurada ou notícias com perspectivas alternativas sobre as actividades dos governos e sobre a “verdade da situação do país”, sem depender da versão do governo para ter acesso a ela, mas antes de uma exaustiva e empreendedora investigação. Ao promover uma ampla disseminação de informação entre o comum dos cidadãos, esta função da Sociedade Civil ajuda a acabar com o monopólio que os governos africanos têm tido sobre a produção e disseminação da informação, mas também impulsiona a capacitação na busca colectiva de defesa dos interesses e valores individuais e comuns (Diamond, 1999:247).

Em Angola, apesar de em alguns períodos ser mais visível que noutros, desde sempre esteve presente a dedicação dos meios de comunicação social em trabalhar em benefício da democracia⁹⁴. Hoje, e depois da mudança para o sistema multipartidário, a

⁹² As kixikilas definem-se como grupos de solidariedade, geralmente constituídos por cerca de 5 a 10 mulheres pertencentes ao mesmo bairro ou à mesma actividade económica (normalmente, vendedoras nos mercados da capital), em que cada uma delas passa a contribuir regularmente com um montante fixo, que é disponibilizado rotativamente a cada uma das mulheres de acordo com um esquema de entregas pré-definido. O montante recebido serve de complemento ao orçamento familiar (melhoria da dieta alimentar ou do nível educacional das crianças, compra de vestuário e material escolar), da vida social (óbitos, habitação, etc.) e destina-se, quando é o caso, a arranjar o capital inicial para começar no mercado paralelo (Ennes Ferreira e Ducados, 1998).

⁹³ É digna de destaque a RASME (Rede de Apoio ao Sector Micro Empresarial em Angola) uma rede constituída por um conjunto de ONG angolanas e estrangeiras, a ADRA, CARE, DW, OIKOS e SNV, com o objectivo de influenciar as políticas públicas com relevância para o desenvolvimento do sector micro-empresarial e para a capacitação e reforço institucional das organizações que actuam na área do desenvolvimento das micro-finanças e das micro-empresas.

⁹⁴ Desde o período colonial que existem exemplos de tentativas de subversão do sistema político levadas a cabo através dos órgãos de comunicação social. O programa “Angola Combatente” transmitido pelo MPLA

comunicação social angolana vive um período de transição. Os longos anos de silêncio imposto ou consentido estão ainda reflectidos na qualidade do jornalismo angolano. Os casos de censura e controlo editorial, repressão e perseguição de jornalistas⁹⁵ continuam a existir, embora hoje numa dimensão muito mais reduzida. Apesar de ainda insuficientes para apagar totalmente as marcas da experiência de instrumentalização governamental, as melhorias são notórias. Os esforços desenvolvidos na defesa de causas e a promoção da sua comunicação, quer para conquistar o coração e a mente do público, quer quando se dirigem à comunidade política, como forma de enriquecer a base informativa da política pública, têm sido decisivos para a multiplicação dos canais de informação. A comunicação social, através das rádios e jornais nacionais, mas principalmente através dos órgãos de cariz regional e comunitário ou pelos programas televisivos, torna possível levar a democracia e “o desenvolvimento aos mais recônditos pontos do país e criar pontes entre as várias entidades culturais que compõem a emergente nação angolana” (Mateus, 2004). Outro aspecto a sublinhar é o facto da Lei de Imprensa estar em revisão, sendo já ponto de consenso que da nova lei constará a permissão da televisão privada.

A pluralização das fontes de informação demonstrada através da disseminação de informação especializada, disponibilizada nos muitos congressos, conferências, seminários e *workshops* ou, até mesmo, através dos relatórios que daí resultam, organizados pelas diversas organizações da Sociedade Civil⁹⁶, e a emergência de uma imprensa escrita cada vez mais activa denotam uma clara vitalidade da Sociedade Civil

a partir de Brazzaville e, na altura, ouvido secretamente em vários locais de Angola é disso exemplo (Mateus, 2004).

⁹⁵ O caso de Rafael Marques cujo julgamento foi marcado por inúmeras irregularidades é, sem dúvida, o mais conhecido. O jornalista foi detido ilegalmente sob a acusação de difamação do Presidente da República, tendo provocado uma onda de protesto e publicidade internacional que pressionou o governo angolano a adoptar uma postura menos rígida em relação a este e a outros profissionais da classe. Actualmente, o jornalista ocupa a posição de representante máximo da Fundação *Open Society* em Angola, uma ONG com raízes na Fundação Soros, que assumiu no contexto angolano um papel de particular importância como financiador de muitas das actividades do movimento cívico e pacifista angolano e grande parte da imprensa independente.

⁹⁶ As organizações da Sociedade Civil têm procurado aumentar a densidade, coerência e complexidade da sua agenda, bem como o impacto das suas actividades, promovendo encontros e debates com a presença de um vasto número de actores nacionais e estrangeiros que procuram discutir, alertar e informar o público sobre questões consideradas relevantes para a sociedade. À guisa de exemplo refere-se a conferência sobre democracia da Universidade Católica de Angola com a presença do actual presidente da república portuguesa, Cavaco Silva, e aquele que, na minha opinião foi o mais importante congresso realizado até à data em Angola, o Congresso *Pro Pace*, realizado pela Igreja Católica com o apoio do Vaticano e que assinalou uma mudança progressiva nos modos de actuação dos diversos actores da Sociedade Civil que compõe o movimento de paz e de reconciliação.

angolana. Neste momento existem, além do Jornal de Angola (de propriedade estatal), mais oito semanários independentes que, num esforço verdadeiramente notável, procuram ultrapassar os gigantescos entraves económicos e logísticos semanais para colocar nas ruas os seus exemplares. Os seus conteúdos são constituídos, maioritariamente, por crónicas e colunas de análise e de opinião, onde procuram divulgar casos de alegada corrupção, injustiça e abusos de poder, denominadas por alguns de “intriga política”, produto da exacerbada politização que envolve e existe nestas publicações⁹⁷. A imprensa regional é praticamente inexistente e pouco expressiva com excepção do boletim comunitário Ondaka, editado pela DW, no Huambo, com impressões em português e em umbundo. Ao nível das rádios privadas existem, neste momento, cinco rádios tecnicamente independentes cuja programação, com excepção da Rádio Ecclésia, evita ter conteúdos que de forma mais directa critique o governo, e que, por esse motivo, não oferecem uma alternativa efectiva à pluralização e à liberdade de expressão⁹⁸.

Construir um eleitorado para as reformas políticas e económicas

Embora em situações de crise, por um lado, as políticas de estabilização económica são, e/ou devem ser, rápida e fortemente implementadas pelo executivo, sem necessidade de ampla consulta à população; Por outro lado, as reformas económicas estruturais, como as privatizações e a liberalização financeira e do comércio, são mais

⁹⁷ Grande parte das dificuldades que o sector enfrenta resultam do facto de não existir no país uma indústria de papel, apenas uma gráfica faz a impressão de todos os jornais privados, além da falta de financiamento interno e enorme dependência em relação aos patrocinadores externos. Como resultado promove-se o encarecimento do preço de capa, como forma de tentar equilibrar os custos de produção, o que impede a evolução para imprensa diária. Compõem o conjunto de semanários, os jornais: Actual, Agora, A Capital, Folha 8, Angolense, Semanário Angolense, Independente e Jornal dos Desportos, a que se junta também o jornal quinzenal Terra Angolana, de publicação irregular, ligado ao maior partido da oposição, a UNITA. A tiragem de cada jornal raramente ultrapassa as 5 mil unidades e a circulação está praticamente restringida à cidade de Luanda.

⁹⁸ O banir de conteúdos que de forma directa reprovem a actuação do governo está ligado à origem da criação das rádios privadas, nomeadamente a LAC (Luanda Antena Comercial), a Rádio Morena em Benguela, a Rádio 2000 no Lubango e a Rádio Comercial em Cabinda, que foram montadas pouco antes das eleições de 1992 com a discreta ajuda financeira de fontes internas do MPLA com o intuito de o ajudarem durante a campanha eleitoral. A Rádio Ecclésia, a única que visa realmente a independência, cujas instalações foram devolvidas 20 anos depois de terem sido, em 1977, nacionalizadas à Igreja Católica, vê dificultada a sua tarefa de expandir a transmissão do sistema de radiodifusão para todo país, por consignar um espaço aberto a uma vasta gama de opiniões, desde políticos à Sociedade Civil, ao mesmo tempo que promove a denúncia de acções controversas que incluam violência e abusos de poder.

sustentáveis e duráveis se precedidas pelo processo democrático que no essencial envolva suporte legislativo e apoio de coligações políticas e/ou de entidades civis da sociedade na mobilização, análise, compreensão, esclarecimento e difusão da nova informação (Diamond, 1999:247-248).

Tendo em conta a actual conjuntura e ambiente económico do país, assim como o facto de Angola representar um exemplo de um PED excepcionalmente dotado de recursos naturais⁹⁹, a função da Sociedade Civil, hoje e a este nível, passa por exigir das autoridades uma gestão mais eficaz dos recursos naturais do país. O que consiste em reivindicar uma melhor utilização dos crescentes recursos disponíveis que beneficie todos os angolanos¹⁰⁰ e a sua consequente canalização para o desenvolvimento de sectores não mineiros da economia, como forma de criar emprego e fontes de rendimento, para a luta contra a pobreza e a desigualdade social. Esta tarefa levanta questões relacionadas com as prioridades das despesas orçamentais definidas pelo governo, que deveriam ser reorientadas do sector da defesa para as despesas sociais, com vista à melhoria das condições de saúde e educação, redução da pobreza e aumento do bem-estar social (acesso a água potável, etc.), criação de emprego, e reconstrução e recuperação de infra-estruturas (estradas, pontes, hospitais, etc.). Num segundo ponto, a tarefa da Sociedade Civil passa por dotar a sociedade de informação e maior consciência da natureza dos problemas políticos que os países ricos em recursos enfrentam, bem como mobilizar apoio para reformar e/ou neutralizar possíveis resistências em relação às políticas de

⁹⁹ Angola atravessa um momento único na sua história em que a possibilidade de efectivamente consolidar a paz é hoje maior e mais presente do que nunca; é o segundo maior produtor subsariano de petróleo e o quarto maior produtor mundial de diamantes, o que se traduz numa oportunidade sem precedentes para o país ultrapassar a pesada herança da guerra e na existência de condições excepcionalmente favoráveis para se dar passos largos em direcção à reconstrução, desenvolvimento e redução da pobreza. Contudo, esta tarefa não se adivinha fácil, tendo pela frente o enorme desafio da “maldição dos recursos”, apontado por alguns autores como sendo, se não a origem, pelo menos uma das causas do conflito, aliada à má governação e à existência de instituições frágeis com fraca imunidade aos poderes corrosivos da corrupção e das contendas desencadeadas pelas tentativas de controlo e apropriação das rendas do Estado, dependentes da tributação do petróleo e/ou outras actividades mineiras. Os anos continuados de conflito interno geraram um esbanjamento maciço dos recursos petrolíferos e limitaram gravemente o uso efectivo da maior parte dos outros recursos, uma vez que as exportações de minério fazem subir o valor da moeda local e embaratecem as importações, tendo como consequência uma crescente debilitação da competitividade dos outros sectores da economia como a agricultura e a indústria (Hodges, 2004).

¹⁰⁰ Os benefícios directos da indústria petrolífera para a grande maioria dos angolanos são, até ao momento, muito limitados. Sendo esta uma indústria de capital-intensivo emprega uma parcela muito pequena da população, do mesmo modo que, as ligações do sector a montante e a juzante com as indústrias consumidoras de petróleo ou refinarias domésticas, são bastante fracas, o que resulta numa função, quase exclusiva, de gerador de receitas fiscais para o Estado (Hodges, 2004).

reforma económica¹⁰¹. Esta função tem sido substancialmente cumprida com a contribuição imprescindível de ONG, associações empresariais, jornalistas e colaboradores dos órgãos de comunicação social com formação académica em economia, que procuram transpor as barreiras da informação e organização¹⁰², e exercer uma pressão crescente para a adopção das políticas reformativas, pelo governo e pelas grandes empresas, que visem não apenas o crescimento económico, mas também o aumento das normas de responsabilidade social empresarial. Quanto a responsabilidade social, grande parte das maiores empresas em Angola tem tentado desenvolver no seu interior uma cultura de envolvimento em acções filantrópicas. Esta preocupação é visível ao nível das empresas do sector petrolífero que canalizam um montante para um fundo, com a denominação de “Bónus social”, gerido pela Sonangol, ou pelo financiamento de projectos levados a cabo por ONG e agências da Organização das Nações Unidas (ONU), no âmbito, entre outros, da desminagem e do desenvolvimento comunitário¹⁰³ (Hodges, 2004). A terceira tarefa é crucial para impedir o desvio ilícito de recursos. Consiste em pressionar no sentido da instauração de um quadro institucional caracterizado por uma maior e total transparência nas transacções das receitas, despesas e dívida. Deve incluir rigorosos sistemas de controlo do Tesouro, contas públicas, encomendas públicas e auditoria, o efectivo escrutínio das finanças públicas pela Assembleia Nacional e um sistema judicial independente, como forma de travar a criação de condições propícias ao crescimento da corrupção. A falta de transparência na gestão das finanças públicas permite que não se conheça com clareza o valor das receitas recebidas pelo governo, nem de que forma estes “dinheiros públicos” são gastos. Em grande parte, este problema é

¹⁰¹ Esta tarefa passa por consciencializar a sociedade sobre os interesses privados e/ou rivalidades que possam surgir no seio da elite em torno de questões como o acesso às receitas do petróleo e outras oportunidades derivadas da abertura económica, como as privatizações. Os velhos interesses estabelecidos nas redes do Estado tendem a perder com a reforma económica; assim, procuram de alguma forma organizar-se dentro das empresas do Estado que gerem, de modo a manter alguns dos benefícios, ou a adquiri-las quando estas passam pelo processo de privatização.

¹⁰² Entre os muitos colaboradores de jornais independentes, com formação em economia, que procuram esclarecer o público sobre as muitas questões levantadas pela implementação de políticas de reforma económica, destacam-se Vicente Pinto de Andrade e Filomeno Vieira Lopes, não só pela contínua contribuição ao nível do conhecimento, mas também pela influência, não menos importante, que podem exercer nas organizações civis e/ou partidos políticos com que têm ligações.

¹⁰³ Em entrevista ao programa da SIC Notícias “Expresso da meia-noite” (08/04/2006), Emídio Pinheiro, responsável máximo do Banco Fomento de Angola (BFA), entidade bancária que detém uma cota de mercado superior a 25%, sendo o líder na actividade de banca comercial em Angola, refere que a entidade que representa dedica, e continuará a fazê-lo pelos próximos 5 anos, uma percentagem de 5% dos lucros efectuados para obras de carácter social.

produto da forma como são feitos os pagamentos dos impostos das companhias petrolíferas que, com alguma frequência, passam por contas *off-shore* detidas pela companhia petrolífera estatal - a Sonangol - em vez de serem pagos directamente ao Tesouro (Hodges, 2004). Foi exactamente por causa dos inúmeros problemas que provoca à causa do desenvolvimento e por fomentar a corrupção que, um conjunto de actores internacionais tem levado a cabo várias campanhas, entre elas a campanha *Publish What You Pay*, que defende a divulgação integral, estabelecida num quadro internacional de obrigações ou com base num programa voluntário, dos contributos fiscais e *royalties* das companhias petrolíferas e mineiras nos países em vias de desenvolvimento¹⁰⁴. A falta de transparência reinante ergue-se como um entrave à tarefa do governo de mobilizar apoio internacional destinado à reconstrução, e dificulta o estabelecimento de contactos com o Clube de Paris para a negociação da reestruturação da grande dívida externa de Angola.

2.3 Pontos Fracos da Sociedade Civil Africana

Apesar das muitas conquistas e da massiva proliferação, o potencial da Sociedade Civil em África continua a ser gravemente prejudicado pelas várias fraquezas, limitações e constrangimentos que enfrenta todos os dias, e que propiciam um ambiente envolvente favorável às críticas que afirmam que a Sociedade Civil em África é inexistente ou muito pouco significativa (Gyimah-Boadi, 2001:124; Makumbe, 1998:310).

Em África, a Sociedade Civil está, de facto, sujeita a constrangimentos multifacetados com origens várias, que vão desde o ambiente cultural, financeiro, organizacional e operacional, até mesmo ao ambiente envolvente, que resultam na criação de um solo pouco fértil para estimular e alimentar a Sociedade Civil, e fazem com que ela tenha sérias dificuldades em representar, promover e proteger efectivamente os direitos e interesses dos cidadãos¹⁰⁵.

¹⁰⁴ Quando em 2001, a British Petroleum (BP) aderiu à campanha numa tentativa de contribuir para a melhoria da transparência das contas das finanças públicas, e decidiu, unilateralmente, contrariando a actuação de todas as outras empresas concorrentes, fazer uma divulgação voluntária do valor dos impostos pagos ao governo angolano, a Sonangol acusou a companhia de quebrar cláusulas de confidencialidade nos seus acordos e ameaçou terminar os contratos (Hodges, 2002:165).

¹⁰⁵ Apesar das fragilidades que afligem a Sociedade Civil africana serem comuns à angolana, para uma perspectiva mais virada para o conjunto de debilidades que envolvem o contexto angolano, ver o contributo

Alguns dos constrangimentos, que passaremos a analisar, hoje encarados pela Sociedade Civil africana foram gerados pela própria história de África. Quer através dos esforços extremos levados a cabo pelos regimes coloniais para assegurar que não emergiriam grupos cívicos nas colónias, ou por aqueles que substituíram as regras coloniais pensando proteger o seu próprio estatuto, poder e privilégios ao recorrer ao anacronismo dos sistemas políticos de partido único; outros ainda resultam da presente condição política, social e cultural do continente¹⁰⁶. Por esse motivo, John Makumbe argumenta que esperar da Sociedade Civil africana um comportamento tão dinâmico e vibrante quanto o de muitas organizações de países desenvolvidos depois de um período tão curto - visto que o desenvolvimento e a capacidade do sector foi gravemente circunscrita e restringida pelos regimes autoritários que prevaleceram durante os primeiros 30 anos de independência - é, segundo o autor, ser “grosseiramente imprudente” (Makumbe, 1998:310).

Outro factor, desta feita apresentado por Larry Diamond (1997)¹⁰⁷ para justificar esta falta de dinamismo são as circunstâncias da Sociedade Civil em África encarada como uma arena de conflitos de natureza social, económica e étnica, organizados por organizações que são “frequentemente enfraquecidas pelo flagelo da sociedade em geral, por problemas de pobreza, corrupção, nepotismo, oportunismo, etnicismo, falta de liberdade, estreiteza de espírito e complacência para ser cooptado” (Diamond citado em Makumbe, 1998:311).

Fortes Carências de Recursos Materiais - Reflectindo a pobreza que estrangula todo o continente, as organizações cívicas em África estão condicionadas por uma base material extremamente fraca, que se traduz no facto de poucas possuírem activos

de Fernando Pacheco para o relatório do Chr. Michelsen Institute “Key Development Issues and Aid in a Context of Peace”, editado por Inge Tvedten em 2002.

¹⁰⁶ Muitos países africanos, e Angola é disso exemplo, estão agora a acalmar de longos períodos de guerra ou de crises económicas de longo prazo caracterizadas pela contracção do rendimento *per capita*, crescimento do endividamento, e queda do nível dos padrões de vida. Nestes momentos, as pessoas estão preocupadas com as suas necessidades diárias de sobrevivência económica e com o bem-estar da família, por isso, não têm inclinação nem estão dispostas a despendar do seu tempo para se dedicarem aos assuntos cívicos e às questões comunitárias. Na verdade, sob condições de privação económica massiva e de grandes desigualdades sociais é difícil construir um ambiente favorável que propicie ou gere o desabrochar de normas de reciprocidade e participação que estão na base da Sociedade Civil. São disso exemplo as sociedades estruturalmente despedaçadas e divididas por amplos e crescentes hiatos entre ricos e pobres.

¹⁰⁷ Diamond, Larry (1997) *Prospects for Democratic Development in Africa*, Stanford: Hoover Institution. Citado em Makumbe.

organizacionais, terem sempre poucos colaboradores e operarem com orçamentos minúsculos. Acresce o facto de praticamente não se poder falar da existência de um sector filantrópico local em África, o que torna muito difícil conseguir mobilizar contribuições financeiras através de patrocínios de grupos e corporações ou do pagamento de cotas de usuários e coloca as organizações diante de difíceis opções de financiamento, uma vez que apenas são capazes de se auto-sustentar por muito pouco tempo sem a ajuda do Estado ou de doadores internacionais. Com esta dependência de financiamento extra-organizacional, a autonomia e a independência das organizações da Sociedade Civil fica desde o princípio seriamente comprometida¹⁰⁸.

Os grupos cívicos que dependem da bondade do Estado para a obtenção de espaço e recursos normalmente têm que se submeter a regras por ele determinadas, regras estas que, obviamente, restringem a actuação destes grupos apenas às áreas de operação que o Estado se sente confortável em delegar-lhes (Diamond, 1997)¹⁰⁹, além de ajudar a distorcer a responsabilização e de os tornar altamente susceptíveis de cooptação pelos regimes à procura de hegemonia (Gyimah-Boadi, 2001:124). De igual modo, a dependência de apoio externo tem inúmeras consequências patológicas para o desenvolvimento da Sociedade Civil. A recepção de recursos está sujeita à condicionalidade dos programas económicos, políticos e sociais próprios destas organizações cívicas serem, ou não (e quando não são, têm de ser preteridos em favor de outros que sejam), consistentes com o dos seus benfeitores reduzindo, assim, estas organizações a meros executores das agendas dos doadores estrangeiros, agravado pelo

¹⁰⁸ Este facto é ainda agravado pela debilidade institucional e falta de experiência em termos de gestão, capacidade logística, e experiência prática no acesso às fontes de financiamento, de modo a permitir a sua diversificação, assim como na concepção e implementação de programas. Estes factores muitas vezes resultam na protelação dos fundos em favor das organizações internacionais. A este respeito, Tony Hodges cita um estudo efectuado em Angola pelo PNUD e pelo Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), no ano de 1996, a 124 ONG que operavam no país, sendo 64 nacionais e 60 internacionais. “Concluiu que as ONG internacionais eram responsáveis por 93% do total das despesas, um montante na ordem dos 157 milhões de dólares (MINARS e PNUD, 1997). O orçamento anual médio das ONG internacionais (2,4 milhões de dólares) era mais de 14 vezes superior ao das ONG nacionais (que não chegava a 170 000 dólares). Num outro estudo, realizado três anos mais tarde, constatou-se que 47% das ONG nacionais tinham um orçamento anual inferior a 50 000 dólares e que 67% dispunham de orçamentos inferiores a 250 000 dólares. Ao invés, no caso das ONG internacionais, 80% tinham orçamentos superiores a 250 000 dólares e 48% orçamentos superiores a 1 milhão de dólares (PNUD, 1999c)” (Hodges, 2002:129).

¹⁰⁹ Citado em Makumbe (1998)

facto destas organizações terem pouca, se alguma, raiz na sociedade rural onde o grosso da população africana reside.

Baixo Nível de Desenvolvimento Institucional - Outro ponto que limita o impacto da Sociedade Civil em África é a cultura política iliberal que algumas organizações cívicas tendem a incorporar e a reproduzir (Bratton, 1994:9), tanto nas suas estruturas organizacionais como nas suas operações. Staffan Darnolf (1997)¹¹⁰, ao caracterizar estes grupos, refere-se a eles como “Sociedade Civil subdesenvolvida”, uma vez que apresentam comportamentos não democráticos por parte da liderança, falta de debate das questões e problemas que dizem respeito às operações, estruturas organizacionais hierarquizadas e falta de sistemas democráticos de transferência de poder, autoridade e responsabilidade para novos líderes (Darnolf citado em Makumbe, 1998).

A prática deste tipo de comportamento “subdesenvolvido”, segundo John Makumbe, inibe as organizações da Sociedade Civil de efectivamente desafiarem e impulsionarem as instituições do Estado à serem democráticas e, em consequência, correm o risco de serem meras legitimadoras de comportamentos semelhantes por parte de agentes estatais (Makumbe, 1998:312). O estabelecimento de uma democracia no interior das próprias organizações cívicas é, por isso, um importante pré-requisito para o aumento efectivo da eficiência destas organizações no reforço da responsabilidade política do Estado (Bratton, 1994:9) e da capacidade para influenciar e promover mudanças progressivas no comportamento dos cidadãos dos países africanos.

Falta de Conhecimento e de Informação - Esta é uma das maiores inibições à eficiência da Sociedade Civil em África. Para que as várias organizações da Sociedade Civil cumpram com sucesso a sua missão de salvaguardar os interesses e direitos dos cidadãos contra o governo precisam de reunir a maior quantidade de informação possível e adquirir um profundo conhecimento sobre os trabalhos do aparato do Estado, entender como os departamentos do governo trabalham, de que forma as políticas são feitas, e quais as completas implicações destas políticas sobre as populações ou sobre os seus próprios membros.

¹¹⁰ Darnolf, Staffan (1997), *Democratic Electioneering in Southern Africa: the contrasting cases of Botswana and Zimbabwe*, Goteborg: Goteborg University Press.

Esta situação é exacerbada pelo facto de nos países africanos haver uma séria carência de informação sobre as diversas situações e desenvolvimentos nacionais, uma vez que muitos governos africanos egoistamente guardam para si este recurso tão vital que é a informação, pela óbvia razão que o seu monopólio capacita-os do efectivo controlo do comportamento dos cidadãos e das suas actividades¹¹¹.

Os Media como Parte da Sociedade Civil - Apesar de recentemente terem surgido novos e promissores desenvolvimentos no sector da comunicação social, com a emergência de empresas de informação privadas que lentamente estão a revolucionar o sector da informação em muitas partes do continente, e de constituírem uma base que pode de forma positiva contribuir para o fortalecimento da Sociedade Civil, a verdade é que continua a existir censura interna em alguns destes meios de comunicação privados, sobretudo devido à forma, mais ou menos vinculada, com que eles assumem uma posição anti-estadista, ou não, nos comentários, análises, notícias e reportagens de cobertura de eventos nacionais.

O clima de insegurança sentido por muitos editores e homens da informação é normalmente explicado como sendo resquícios do passado que se viveu em muitos Estados africanos, onde existia um apertado domínio sobre os meios de comunicação, em que, tanto os que faziam parte como os que estavam fora das redes nacionais de televisão e rádio, jornais nacionais diários e semanários, e até mesmo as mais populares revistas mensais, foram adquiridos, controlados e requeridos para proteger e promover os interesses do Estado e da elite dirigente¹¹².

Outro problema com que se defronta a Sociedade Civil em África, em relação ao apoio da comunicação social, é a falta de recursos financeiros e materiais suplementares adequados, com repercussões na disseminação da informação para a maioria da

¹¹¹ Sobre este assunto pode ainda acrescentar-se que os diferentes governos africanos, como consequência da gritante limitação de recursos, sofrem de uma enorme falta de capacidade para sustentar os investimentos em educação e alfabetização de adultos que tornam possível o estabelecimento e a preservação de redes de comunicação pública entre cidadãos bem informados. Um pré-requisito crucial para o bom desenvolvimento democrático (Keane, 2001).

¹¹² Para o efeito, através da nacionalização ou confisco promoveram-se formas de rigoroso controlo das formas e dos conteúdos, e pressões editoriais formais e também informais, estas, contudo, mais difíceis de demonstrar.

população, particularmente a das áreas rurais, correspondente a cerca de 70% da população africana¹¹³.

Apoio Empresarial à Sociedade Civil - Em muitos países africanos, tanto as empresas locais como as estrangeiras, tornaram-se na mesma medida extremamente relutantes em desenvolver actividades de fortalecimento da Sociedade Civil. Isto porque sendo o seu objectivo primário é a obtenção e a maximização do lucro, as actividades como o apoio aberto aos grupos cívicos podem facilmente ser mal interpretadas como actos hostis em relação ao governo, o que justificaria a negação de oportunidades de negócio aos empresários que os praticam.

Regra geral, as empresas locais são de pequena dimensão e com poucos recursos. Apesar do Estado ter a responsabilidade de criar um ambiente positivo condutivo a operações que favoreçam os negócios e a iniciativa privada, muitas dessas empresas apenas podem operar lucrativamente quando trabalham em estreita cooperação com o Estado. Normalmente, esta cooperação baseia-se na oferta de bens e prestação de serviços às instituições do Estado, tornando-as dependentes na preservação de uma boa relação com os representantes oficiais do governo que, através de um sistema inventado fazem as devidas recompensas “às empresas mais cooperantes”, em detrimento de outras que apresentam um comportamento distinto, com base na distribuição de licenças, contratos com o governo e outros prémios bastante lucrativos¹¹⁴.

¹¹³ Em Angola, devido à grande importância das audiências de rádio e televisão, que representam uma fatia maior do que aquela que as estatísticas referentes à posse destes aparelhos deixa antever, em parte, explicado pelo acesso aos aparelhos dos vizinhos (em 1996, segundo um estudo do Instituto Nacional de Estatísticas, 33% das famílias, quase todas nas áreas urbanas, dispunha de um rádio e 9% de um televisor), as restrições legais incidiram de forma mais veemente sobre estes dois sectores (Hodges, 2002:132). Até hoje ainda não foi promulgada a lei que permite a televisão privada e a única estação de rádio que tem um carácter mais independente em relação ao regime, a Rádio Ecclésia, tem sido impedida de expandir o seu sinal, apesar dos repetidores de frequência estarem montados desde 2003 em cerca de dez províncias do país. Na imprensa escrita existe uma abertura relativamente maior, o que pode ser explicado não só pelo facto de apenas algumas dezenas de milhar de Angolanos os lerem, mas também pelo elevado índice de analfabetismo, falta de hábitos de leitura, custo elevado, bem como a circulação quase exclusiva na capital. O único diário do país, o Jornal de Angola, é escrito em português e de propriedade estatal sendo, por isso, encarado como um óptimo veículo de propaganda governamental. Apesar de ser o único diário e o único formalmente disponível em todo o país, raramente ultrapassa o perímetro da cidade de Luanda, ou quando chega às províncias, principalmente às do interior, normalmente fã-lo com dias de atraso (Human Rights Watch [HRW], 2004).

¹¹⁴ Outro dos problemas que frequentemente é apontado às elites económicas no apoio à Sociedade Civil decorre do facto das relações sociais, assim como o sistema sócio-político africano, serem fortemente enraizadas em redes clientelistas e primordiais, baseadas inevitavelmente em fronteiras personalizadas de reciprocidade de benefícios. Frequentemente, a procura destas redes força os benfeitores a agir contra os

Em relação às empresas estrangeiras e multinacionais a operar em África, passa-se exactamente o mesmo. Elas procuram passar aos governos africanos a imagem de “bons parceiros”, visto que o apoio e colaboração com grupos sociais que procuram promover a mudança em nome da democracia e da boa governação são interpretados como actos “subversivos” com tendência para destabilizar o Estado. Este facto poria, muito provavelmente, em causa a posição de parceria com o governo que estas empresas tão ansiosamente procuram assegurar, bem como a probabilidade de maximizar as suas hipóteses de obter ganhos e assegurar contratos para os seus negócios¹¹⁵.

O Papel dos Doadores Estrangeiros - As inúmeras guerras civis e a adopção dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) em muitos países africanos tiveram como resultado um retrato de agravamento dos problemas sociais, criando espaço para as operações das agências de doadores internacionais. A maioria destas agências têm como objectivo alcançar o reforço das ONG locais ou da própria Sociedade Civil. Normalmente, esta tarefa é alcançada através do imprescindível fornecimento¹¹⁶ de recursos financeiros e técnicos, que visam capacitá-las e, eventualmente, torná-las independentes e membros efectivos da Sociedade Civil, capazes de operar de forma autónoma do Estado, ao mesmo tempo que procuram obter e demarcar um espaço político próprio (Diamond, 1997)¹¹⁷.

seus próprios interesses económicos mais imediatos, como por exemplo investir nos seus negócios, de modo a cumprir com obrigações das quais depende a sua posição social e autoridade política. Os interesses de longo prazo estão, por isso, frequentemente em conflito com o seu potencial de curto ou mesmo médio prazo, como homem de negócios. É por essa razão que há em África uma contradição inerente entre a pressão política das elites económicas e os requisitos do crescimento económico e desenvolvimento (Chabal e Daloz, 1999:29).

¹¹⁵ Muitas empresas multinacionais executam medidas a que chamam “programas sociais”, através dos quais, argumentam, procuram fazer o retorno para a comunidade de parte dos ganhos que aí alcançaram. De acordo com John Makumbe, estes programas envolvem, na maioria dos casos, uma incongruente doação anual de presentes e donativos a organizações de caridade previamente seleccionadas na presença de meios de comunicação e de oficiais do Estado. Por razões óbvias, não são incluídos em tais actos de beneficência, nem grupos de direitos humanos, nem sindicatos ou estudantes (Makumbe, 1998:314).

¹¹⁶ Às ONG locais.

¹¹⁷ Diamond citado em Makumbe (1998:314). Segundo Chabal e Daloz, a explosão do número de organizações cívicas em África não é consequência do florescimento da Sociedade Civil africana ou resultado de uma melhoria do seu peso político como muitos advogam, mas sim reflexo de uma adaptação de sucesso às complexas mudanças na agenda da ajuda internacional e das condições ditadas pelos doadores estrangeiros, em que a canalização de grande parte dos recursos passou a ser feita através das estruturas desburocratizadas e absolutamente mais flexíveis das ONG. Neste sentido, as ONG apresentam-se como novas estruturas, onde os locais podem adoptar uma posição instrumentalmente lucrativa dentro do sistema neo-patrimonial existente e onde é possível obter recursos por canais diferentes daqueles que emanam do Estado. O uso dos recursos das ONG pode hoje servir tão bem os interesses estratégicos do

Contudo, Makumbe (1998) demonstra existirem muitos problemas que constroem este nobre esforço das agências estrangeiras:

ii) Muitas agências estrangeiras não sentem, para com as comunidades locais com quem trabalham, qualquer obrigação de responsabilidade. A sua responsabilidade, se alguma, é para com os governos, comunidades e empresários dos seus países de origem, o que provoca sobre a comunidade local um devastador sentimento de impotência e de não pertença, explicado no facto da comunidade de acolhimento não ser um agente activo, “mas sim, um recipiente passivo de caridade. Não se vê a si própria com direitos sobre os recursos, portanto, nunca poderá questionar o serviço (...o que) não ajuda a favorecer uma cultura de transparência, respeito mútuo e de igualdade genuína.” (Abdul-Raheem, 1997)¹¹⁸.

ii) A dependência das ONG locais em relação às agências estrangeiras força-as a adequarem as suas agendas políticas, sociais e cívicas em função das prioridades e preocupações existentes nas agendas dos seus benfeitores. Com esta harmonização de conteúdos, as organizações locais perdem a sua identidade inicial e tornam-se meras extensões das agências de doadores estrangeiros. Consequentemente, podem perder o apoio local e esmorecer na sua verdadeira missão cívica, assim como falhar no lançamento da melhoria dos padrões de vida dos seus membros e da sociedade em geral.

iii) O terceiro constrangimento refere-se ao síndrome de dependência que existe também entre os locais. A perpetuação deste síndrome assegurará que a Sociedade Civil em África seja permanentemente atrofiada, ineficiente e incapaz de se desenvolver por longos anos.

A estes constrangimentos junta-se ainda a frustração de existirem poucas agências estrangeiras solícitas a apoiar actividades que estejam directamente envolvidas no

homem clássico empresarial, como o acesso aos cofres do Estado fez no passado. Os autores consideram ainda que a proliferação das actividades das ONG, aliada ao colapso dos recursos do Estado, é eminentemente muito mais favorável à instrumentalização da desordem do que a emergência de uma Sociedade Civil ao estilo ocidental. Onde as ONG se tornaram um dos principais recursos para a obtenção de ajuda estrangeira, verifica-se que este facto esteve na origem de um rol de efeitos perversos como, por exemplo, encorajar alguns políticos africanos (detentores do poder do Estado) a assegurarem-se de que ganham o acesso a estes recursos externos, mesmo que isso signifique explorar cinicamente a imagem de África como um continente abandonado e miserável ou mesmo publicitar o sofrimento da sua população de forma a induzir um envolvimento imediato e contínuo das ONG nos seus países, das quais esperam a atribuição de fundos e assistência (Chabal e Daloz, ANO:22-23).

¹¹⁸ Tajudeen Abdul-Raheem (1997) “is Africa being recolonised?”, *Southern African Political and Economic Monthly*, 15 May-15 June. Citado em Makumbe (1998).

activismo político ou de direitos humanos, que justificam com o facto de os “programas democráticos” não constarem dos seus portfolios, ou por o apoio a grupos de activistas ser muito arriscado, desde que possa resultar na expulsão da agência do país onde sentem que são necessários¹¹⁹.

2.4 Sugestões para Quebrar este Ciclo Vicioso (quadro trágico)

Com o intuito de quebrar o lado vicioso da Sociedade Civil e originar um novo ciclo que seja capaz de acentuar o seu lado positivo e de promover o desenvolvimento democrático, autores como Diamond (1997)¹²⁰ e Gyimah-Boadi (2001:129-133) estruturaram uma série de recomendações que, segundo argumentos por eles apresentados, devem ser adoptadas pelos diferentes grupos cívicos em África uma vez que possibilitam a sustentação do sector:

i) Aumento do número e da qualidade institucional das diferentes organizações da Sociedade Civil que possibilite a criação de uma vasta rede não estatal nacional, se possível também regional, capaz de promover um ambiente de vigilância anti-hegemónica e que, ao fazê-lo, assuma um papel moderador entre a sociedade e o Estado, uma vez que a densidade crescente e a natureza transversal do sector como um todo, são consideradas positivas para o desenvolvimento democrático;

ii) Desenvolver a independência e a autonomia, bem como as capacidades organizativas, visando colocar-se numa posição mais forte para empreender as várias actividades promotoras do enriquecimento e bem-estar da sociedade, resistindo à

¹¹⁹ Referindo-se a esta questão Jean-Pierre Olivier de Sardan propõe uma abordagem onde argumenta que os projectos de desenvolvimento são vistos como um fenómeno social que envolve múltiplos actores sociais; de um lado, os agentes de desenvolvimento (developers) e, do outro, as populações sobre as quais incide o projecto. Desta complexa interacção resulta uma arena social de encontro e luta entre diferentes interesses, que se fundem num permanente processo de negociação entre distintos grupos estratégicos. Este conflito de interesses explica o temor, por parte dos doadores, de expulsão do país receptor de ajuda. O autor acrescenta ainda que apesar do conjunto de práticas das agências de desenvolvimento terem como primeiro princípio orientador o paradigma altruísta de procurar o bem-estar dos outros, o facto é que o desenvolvimento é também um mercado a que Patrick Chabal e Jean Pascal Daloz se referiram como “mercado internacional da ajuda” (Chabal e Daloz, 1999:23), que não é apenas económico, mas também simbólico, onde circulam privilégios sob a forma de bens materiais (equipamentos sofisticados e caros, carros todo-o-terreno), carreiras profissionais (elevadas taxas de empregabilidade para quadros e profissionais qualificados, os chamados peritos em desenvolvimento que auferem salários altíssimos), prestígio, poder e competências, importantes de preservar e que não podem ser postos em causa devido a envolvimento com grupos tidos como anti-governamentais (de Sardan, 1990:189-192).

¹²⁰ Citado em Makumbe (1998).

cooptação e contrariando as orientações monopolísticas e hegemónicas do Estado. Um passo importante a ser dado na incessante busca do aumento da qualidade organizativa do sector passa também por atrair indivíduos nacionais talentosos, presentes a tempo inteiro, com o intuito de renovar energias, e aumentar o dinamismo, a eficiência e o profissionalismo do sector;

iii) Promover a transparência, a responsabilização e a democracia interna, bem como a adesão às regras de governação institucional entre as organizações da Sociedade Civil como forma de mais profundamente interiorizar e difundir estes mesmos valores para a sociedade em geral. Um meio de o conseguir poderá ser através da entrada activa em rede das organizações da Sociedade Civil, uma vez que não só melhora a auto-consciência do sector, mas também concede valiosas oportunidades de partilha de experiências e práticas de sucesso;

iv) Desenvolver a mentalidade pública, o sacrifício pela comunidade e a consciência cívica, como forma de garantir uma Sociedade Civil virtuosa;

v) Estabelecer e proteger um quadro legal e constitucional que garanta efectivamente os direitos humanos e as liberdades fundamentais, especialmente a liberdade de associação. Isto também exige um quadro regulador que não seja predador e permita que as organizações da Sociedade Civil floresçam;

vi) Introduzir reformas constitucionais e legais que permitam a criação de uma estrutura para os fundos de base, através da adopção de critérios que façam crescer mais os fundos angariados em ambiente local e estimulem o desenvolvimento dum sector filantrópico endógeno moderno. Além disso, os doadores internacionais devem adoptar um procedimento de “concessão de empréstimos” mais competitivo, que encoraje e permita que novos grupos possam concorrer pelos mesmos apoios.

*

Depois de revisitar as múltiplas interpretações teóricas existentes sobre a Sociedade Civil em África, tornou-se possível depreender que o poder do conceito de Sociedade Civil depende menos da sua definição abstracta, e mais da sua extensão e influência nas experiências actuais de todo o mundo, na medida em que envolve as

realidades e os significados locais criados em torno do conceito, como parte de uma crescente negociação universal entre cidadãos, Estados e mercados. O facto do conceito poder adquirir múltiplos significados permitiu que ele passasse a ser usado de distintas formas por pessoas diferentes, quer em contexto ocidental, quer em contexto não ocidental, como resultado da grande variedade de culturas, histórias e políticas existentes. Deste modo, o conceito apresenta-se como tendo uma indiscutível relevância de aplicabilidade e utilidade analítica da recente realidade empírica social e política angolana. A nova dinâmica que configura os actuais modos de participação e de acção políticas dos múltiplos actores que compõem o mosaico social angolano assume-se como sendo a característica chave do processo de democratização. Apesar das muitas fragilidades já apontadas, esta multiplicidade de entidades tem feito um enorme esforço no sentido da unificação e melhoria do impacto das suas acções, estratégias, dinâmicas, formas organizacionais e níveis de participação que, no presente contexto de paz assumem-se como tendo um importante papel a cumprir na reconstrução do tecido humano, social, institucional e democrático. Pois, citando Larry Diamond, quanto mais activa, pluralista, dotada de recursos, institucionalizada e internamente democrática ela for, mais efectivamente equilibra as tensões nas relações que estabelece com o Estado (entre a autonomia e a cooperação, a vigilância e a lealdade, o cepticismo e a confiança, a segurança e a civilidade), aumenta a habilidade do Estado para governar e para comandar a obediência voluntária dos seus cidadãos e, conseqüentemente, permite a emergência de uma maior e duradoura democracia.

Capítulo 3

A Sociedade Civil Angolana na Resolução do Conflito e na Construção da Paz

No desenvolvimento deste programa de pesquisa, que se quer coerente, tornou-se premente analisar e descrever o significado da paz, não só como forma de colaborar na análise da questão da paz em Angola, mas também com o intuito de contribuir para a difusão e a acumulação de saber nesta área.

A preocupação com a abordagem do conceito justifica-se com o tremendo progresso observado durante a última metade do século XX no âmbito dos estudos de paz, comprovado pela evolução do paradigma que hoje não só inclui a vertente de paz negativa, mas que adquiriu também uma perspectiva mais global que abrange questões de bem-estar económico e social, direitos humanos e de ambiente que se traduzem no conceito de paz positiva. Este novo conceito de paz deriva da análise teórica das condições estruturais e comportamentais que reduzem a probabilidade de ocorrerem conflitos violentos, bem como da observação de que a realização da paz é afectada por um quadro complexo que toca inúmeros aspectos da vida nunca antes abrangidos, entre eles a igualdade, a justiça, a assimetria de poder e, por último, o encorajamento de um estilo de vida baseado na não-violência e na vida comunitária.

Em suma, um conhecimento mais profundo do conceito permitirá cumprir a tarefa a que este capítulo se propõe, num primeiro momento, direccionado para a avaliação das causas e das consequências da guerra civil angolana que estão na origem daqueles que são os modos de actuação correspondentes do movimento pacifista angolano, que sempre procurou diferenciar “o fim da guerra” da “paz”¹²¹ que, num sentido mais amplo, assumiam corresponder, entre outros objectivos, à criação de uma sociedade mais justa e equitativa que conduziria a geração de estruturas políticas abertas a todos e de um governo transparente e responsável, ao desenvolvimento social e económico, à liberdade de opinião e de associação, à salvaguarda dos direitos humanos, e à elaboração de uma

¹²¹ Apesar de, evidentemente, assumirem que a paz também implicava o fim da guerra.

constituição representativa do todo nacional. Esta abordagem mais abrangente adoptada pelo movimento continua a ser tão válida e urgente hoje, depois do fim das hostilidades, como era na altura de maior intensidade do conflito. Por outro lado, tendo em conta o complexo processo de transição que o país atravessa, um amplo conhecimento do conceito de paz positiva permitirá também que esta dissertação seja uma contribuição mais valiosa para o árduo estudo do processo de construção e consolidação da paz social.

3.1 Paz Militar versus Paz Social

Os estudos de paz tornaram-se institucionalizados no final da década de 1950 como um produto óbvio da guerra-fria (Galtung, 1996:268). Num primeiro momento tinham como foco principal o estudo de aspectos relacionados com o controlo de armas, e a gestão e prevenção de conflitos armados (Jeong, 2000:41), e a paz era simplesmente entendida como “a ausência de guerra” (Barash, 1991:7). Esta era uma definição, como alerta Johan Galtung (1996:9), orientada para a violência na qual a paz sintetizava-se à sua negação, sendo que qualquer necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre a paz implica aprofundar os conhecimentos sobre a violência.

A definição tradicional de paz, a paz negativa, tem como foco principal a prevenção e eliminação do uso de violência directa, geralmente manifestada sob a forma de guerra. Por esse motivo, as suas políticas visam medidas de curto prazo com resultados no presente ou futuro próximo. As suas abordagens variam desde a resolução de diferendos através da negociação ou mediação sem recorrer à força física, às políticas de total desarmamento como forma de redução da probabilidade de existirem futuros conflitos armados, e ao cultivo da interdependência social e económica visando desencorajar o uso da força em situações de conflito, através da utilização de meios não violentos que encorajam o banir da violência física directa¹²² (Jeong, 2000:24).

A crescente incompatibilidade da definição tradicional de paz com a realidade e com as exigências da vida moderna levaram a uma reconceptualização e alargamento do conceito para além das suas tradicionais preocupações exclusivamente militares, para

¹²² Contudo, a ausência de violência directa (designadamente, as injúrias físicas e a inflicção de dor, ou abusos verbais e psicológicos) pode derivar de uma estrutura de intimidação radicada no militarismo, no qual a ordem e estabilidade podem ser mantidas através de um sistema opressivo extremamente compatível com o uso da violência estrutural, e que deve ser alterado com o objectivo de se construir uma nova ordem social e mundial mais humana (Jeong, 2000:24).

incluir situações de cariz mais abrangente que garantam o bem-estar social e a segurança humana em todas as suas dimensões: económica, alimentar, saúde e ambiental, pessoal, comunitária, cultural, política, física, e que, simultaneamente, previnam a perda de vidas e de capacidade humana.

A evolução e a complexificação dos estudos das questões de paz permitiu a identificação de novos desafios, desde a guerra intra e inter estadual, até aos vários tipos de conflito baseados na identidade, no nível de degradação ambiental e na disparidade económica, que estão na origem de outras formas de violência também elas implicadas na ausência de paz. A violência estrutural e a violência cultural são hoje responsabilizadas por gradualmente provocarem mais mortes, danos psicológicos, opressão cultural e incapacidades humanas do que situações de guerra, além de terem uma forte componente obstrutiva da dignidade humana (Jeong, 2000:22).

Convém, por isso, deixar aqui a definição destes dois tipos de violência. A violência estrutural é de natureza indirecta, geralmente actua lentamente sobre a erosão dos valores humanos e na diminuição da esperança de vida. Segundo Johan Galtung (1969)¹²³, ela é tipicamente construída no interior de muitas das estruturas da sociedade e de instituições culturais. Caracteriza-se por promover situações que, de um modo indirecto, afectam a qualidade de vida das pessoas ou que são causadoras de miséria humana. Podem tomar a forma de repressão política - expressa na debilidade em matéria de governação democrática e na instabilidade dos sistemas políticos, na negação da liberdade de discurso, de expressão ou de associação, na discriminação em função da filiação política e na desigualdade do poder de participação política, entre outros; na repressão económica - revelada na desigual distribuição dos recursos e poder de decisão, na pobreza, fome, alienação social e miséria humana; e na repressão social pela negação das oportunidades educacionais, de saúde e sanitárias¹²⁴. Estas situações são apoiadas por

¹²³ Citado em Ho-Won Jeong (2000:20).

¹²⁴ De acordo com Fisher (1993), a perda de vidas humanas atribuídas à má nutrição e à fome ou à falta de cuidados de saúde geralmente excede o número de pessoas mortas durante a guerra (Fisher citado em Jeong, 2000:21). Em sociedades recém saídas da situação de conflito é frequente ver instalado um desmesurado ambiente de injustiça social (numa combinação de diferentes formas de violência estrutural) representada no enorme fosso que separa a maioria da população e os poucos que beneficiam da estabilidade social, da ordem, e do fornecimento de meios de subsistência. Nestes casos, a maioria da população é marginalizada pelas próprias instituições políticas, que impedem o seu acesso a educação decente, casa, oportunidade de trabalho e liberdade de expressão, dando origem a sociedades com uma profunda fragmentação social em resultado de uma notória falta de liberdade e de igualdade. Normalmente,

práticas discriminatórias de desigualdade, fragmentação e marginalização. A violência estrutural, sob a forma de opressão política e disparidade económica, está muitas vezes na base daquelas que são as mais profundas causas de conflitos (Jeong, 2000).

A violência cultural compreende o uso de todos os aspectos culturais que formam “a esfera simbólica da nossa existência” (Galtung, 1996:196), entre a religião e a ideologia, a língua, a arte ou a ciência, com o fim último de instigar o ódio, a suspeita e o medo, e deste modo justificar ou legitimar a existência e a utilização de violência directa ou estrutural sobre indivíduos ou grupos de pessoas que sejam consideradas diferentes¹²⁵ (Jeong, 2000:22; Galtung, 1996:196).

Assim, o conceito de paz positiva surge com a percepção de que a definição de paz como sendo “a ausência da guerra”, além de simples, era também simplista em relação à complexa e inaceitável ordem social, e notoriamente cada vez menos satisfatória. Como refere Gerard Conac, tratar a paz com referência exclusiva à guerra poderia levar a um descrédito da paz como um “estado pacífico” (Conac, 2001:199), e tornaria ainda mais árdua a tarefa, já de si difícil, de encontrar uma definição definitiva para paz, cujo vocábulo se encontra em todas as línguas¹²⁶ (Conac, 2001: 197-199), contudo, à volta do qual vão surgindo sempre muitas polémicas e desacordos frequentemente originados pela influência sobre a definição de aspectos específicos da história, direito, moral e sistemas de valores de culturas ou sociedades particulares. Neste sentido, a definição de paz é um processo que nunca está terminado (Galtung, 1996: 197), é uma criação contínua, com reflexão incessante e informação permanente, para inventar e reinventar, procurando criar valores, progressos técnicos e intelectuais, bem-estar,

nestas sociedades a violência estrutural permanece durante muito tempo sem ser questionada, devido à forma de governação baseada na instituição do medo e da repressão, mas quando mais tarde o são, frequentemente originam ondas de grande violência física directa.

¹²⁵ Em muitas sociedades, a violência cultural é impulsionada pela utilização de símbolos religiosos, militares ou nacionalistas, como cruzes e estrelas, bandeiras, hinos e paradas militares, ou discursos inflamados e fotografias de líderes, com o objectivo de induzir certos grupos de pessoas a infligir danos físicos, ou não, sobre pessoas pertencentes aos grupos discriminados. De acordo com Johan Galtung, a violência cultural tem um efeito psicológico sobre as pessoas que “torna a violência estrutural e a violência directa parecer certa ou pelo menos não errada” (Galtung, 1996:196).

¹²⁶ David Barash parece corroborar este argumento quando refere que “todos nós pensamos saber o significado de paz, mas a verdade é que diferentes pessoas têm frequentemente diferentes concepções desta palavra aparentemente simples. Apesar de muitos de nós concordarmos que algumas formas de paz são desejáveis (seja lá o que for que isso significa), há com frequência vigorosos desacordos (muitas vezes violentos) sobre como obtê-la” (Barash, 1991:5), e conclui que “a paz é um valor universal, contudo, não existe uma melhor maneira universal de alcançá-la” (Barash, 1991:5).

satisfação individual e colectiva (Conac, 2001:200). Ela “exige da humanidade um esforço constante de adaptação e de inovação” (Conac, 2001:198). Daqueles que trabalham pela paz é exigido que produzam, absorvam e guardem conhecimento, não apenas multidisciplinar, com recurso aos dados complexos que formam o mundo contemporâneo, mas holístico, e não apenas transnacional mas global. Contudo, este conhecimento deve ser realista para ser adequado (Galtung, 1996:266), mas sem perder a sua vertente de idealismo, pois “é preciso conciliar o idealismo e o realismo” (Conac, 2001:197) para se ser eficaz a construir a paz.

De acordo com Ho-Won Jeong, o conceito de paz positiva implica não só a redução, ausência ou manifesto controlo da violência directa, mas também a eliminação de todas as formas de violência e de situações que possam perpetuar tensões (Jeong, 2000: 25). Este conceito é baseado num largo entendimento das condições sociais, estabelecendo, por isso, como objectivo maior a mudança da condição humana, através da impulsão de práticas que promovam o desenvolvimento social, económico, político, cultural e ambiental. Neste sentido, a paz é considerada uma tese “revolucionária”. Para a qual “não basta enunciar os princípios; é preciso ainda imbuir as mentalidades e guiar os comportamentos. É preciso, pois, conceber e difundir uma cultura de paz” (Conac, 2001: 196) e, ao mesmo tempo, criar também uma “estrutura de paz” (Galtung, 1996: 266) que sustente as decisões tomadas e as políticas de paz adoptadas na sua larga maioria pelas elites, todavia “melhoradas pelas pessoas que fazem as suas próprias políticas de paz: a nível micro, no interior das famílias e pessoal (onde há sempre muito a fazer); ao nível meso da sociedade; e a nível macro, no conflito inter-social e até mesmo regional” (Galtung, 1996: vii). Isto, porque ninguém detém o monopólio da definição dos objectivos ou políticas de paz e de desenvolvimento. Eles devem ser traçados com base numa cooperação colectiva que permita a participação e o envolvimento de todos no processo, e não exclusivamente a elite (Galtung, 1998:56)¹²⁷.

A paz positiva vai abordar as inúmeras questões que influenciam os mais distintos pontos da nossa qualidade de vida, entre eles o crescimento pessoal, a liberdade, a igualdade social, a equidade económica, a solidariedade, a autonomia e a participação

¹²⁷ Citado em Ennes Ferreira (2005:513).

(Galtung, 1973)¹²⁸. Para a sua instituição é necessário o desenvolvimento de condições justas e equitativas que permitam a todos os cidadãos acesso igualitário aos benefícios económicos da sociedade, e oportunidades idênticas que possibilitem às pessoas desenvolver os seus talentos e capacidades, articuladas com medidas de eliminação da repressão, da pobreza, da desigualdade, das estruturas sociais, e a eliminação das várias formas de discriminação baseadas na classe, etnia, tribo, idade, religião e sexo, para que todos possam participar e usufruir dos vários aspectos do desenvolvimento (Jeong, 2000: 25).

Em suma, de acordo com as Nações Unidas a paz permitirá gozar na sua plenitude “de justiça social e económica, igualdade e do inteiro leque de direitos humanos e liberdades fundamentais dentro da sociedade” (United Nations, 1996)¹²⁹.

Contudo, é necessário referir que existe um movimento de crítica em relação ao conceito de paz positiva. Segundo refere Ho-Won Jeong, este movimento defende que a ênfase dada pela definição à justiça social pode conduzir a questões de carácter dúbio, relacionadas com a idealização da sociedade (Jeong, 2000:26), uma vez que “a justiça é ao mesmo tempo uma instituição, uma virtude, um ideal” (Conac, 2001:197), além de que, tendo em conta a natureza humana e a actual estrutura de poder político e económico mundial, é considerado bastante irrealista e, portanto, sem significado, equiparar paz e justiça social, ou o alcance da mudança social através da promoção da justiça como sendo um meio apropriado para a construção da paz. Para os seus críticos, “um foco limitado no controlo dos sintomas da violência tem efeitos mais tangíveis do que lutar pelo aumento da qualidade de vida” (Jeong, 2000:26). Contudo, não se pode rejeitar o facto de que em sociedades onde existe justiça não há necessidade do uso de violência, e que a prevenção do uso de violência física e directa tem mais sucesso sobre certas condições sociais estruturais. Justifica-se, por esta razão, que a construção da paz positiva seja complementada com a prática da paz negativa, ou seja, a cessação da violência deve ser acompanhada por transformações sociais e culturais que visem a construção efectiva da paz (Jeong, 2000:28).

¹²⁸ Citado em Ho-Won Jeong (2000:25).

¹²⁹ Citado em Ho-Won Jeong (2000:25).

3.1 Causas e Consequências da Guerra Civil Angolana

3.2.1 As Causas

Apesar da análise das causas não ser considerada o ponto de discussão mais relevante deste capítulo, o seu conhecimento apresenta-se como um aspecto incontornável para a compreensão da origem e das dinâmicas assumidas por muitos dos problemas que assolam a sociedade angolana e os angolanos em geral, e indispensável para a resolução destes problemas e para a coordenação dos esforços de reconciliação e construção da paz.

Partindo do princípio que o conhecimento das causas do conflito pode determinar a qualidade da construção da paz, ser-lhe-á atribuído algum relevo com o objectivo de, ao nível das ideias, se contribuir para o aumento do potencial de construção da paz por toda a sociedade e para a edificação de estratégias de paz efectiva.

Origem do conflito - Na origem do conflito estão factores ligados sobretudo à natureza do colonialismo português gerido com pulso forte por Salazar, que mantinha um regime político autoritário na metrópole e nas colónias africanas, não permitindo nem a preparação de uma transição estável para a independência, nem a existência de uma tradição democrática antes da súbita desagregação do império. Ao que se acresce o desenvolvimento de movimentos nacionalistas com raízes em grupos etno-linguísticos diferentes¹³⁰ que numa exacerbada luta pela conquista absoluta do poder, nunca conseguiram manter uma frente unida contra Portugal, tornando-se rivais e encetando lutas entre si (Hodges, 2002:24), apoiados por patronagens externas que catalizaram o conflito e competiram entre si (Howen, 2001:19). A luta entre os movimentos nacionalistas foi conduzida pela ambição pessoal e catalizada por uma “profunda desconfiança” entre as partes e uma forte suspeita de que a parte adversária tinha a

¹³⁰ A UNITA tem fundamentalmente a sua base de apoio no maior grupo étnico de Angola, os Ovimbundo (falantes de umbundo), grupo que corresponde a cerca de um terço da população de Angola, oriundos da região do planalto central, fundamentalmente, das províncias do Huambo e Bié. O MPLA tem as suas raízes e principal base de apoio no segundo maior grupo étnico de Angola, os M'bundos (falantes de kimbundu), correspondentes a quase um quarto da população, cuja origem regional está concentrada na área de Luanda e províncias circundantes do Bengo, Kwanza Norte, Malange e Kwanza Sul. A Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) contava com o apoio do terceiro maior grupo étnico, os bakongo (falantes de Kikongo) concentrados no noroeste e províncias fronteiriças como Uíge, Zaire e Cabinda. Havia ainda um quarto movimento de libertação mais pequeno, a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), cujo objectivo principal era a independência de Cabinda, um enclave separado do resto do país por uma estreita faixa de território que proporcionava à RDC uma passagem para o mar (Howen, 2001:20-21; Hodges, 2002:24-25).

intenção de “deter o poder absoluto” (Hodges, 2002:37-8). A “profunda desconfiança” entre as partes é muitas vezes apontada como sendo responsável pelo facto do conflito se ter estendido por mais de uma geração e pela existência de dois processos de paz falhados (Howen, 2001:19).

A Intervenção Externa – De acordo com Nicholas Howen, a intervenção externa teve um papel decisivo em tornar o conflito angolano tão destrutivo e prolongado, determinando não só que movimentos nacionalistas sobreviveriam, mas também de que forma a UNITA passaria a uma guerrilha efectiva e a uma força militar semi-convencional capaz de capturar e de ocupar largas faixas de território (Howen, 2001: 19). Esta intervenção externa assumiu um carácter de catalizador do conflito motivado não pela concorrência do controlo dos recursos naturais de Angola mas, pelo contrário, foi determinado pelas rivalidades geopolíticas da Guerra-Fria¹³¹, pela determinação do regime da África do Sul em impedir o apoio angolano aos nacionalistas da Namíbia (Hodges, 2002:26) e em assegurar em território angolano, fruto de um acordo com os EUA, o cumprimento de uma política de estratégia global americana “que visava minar os recursos do bloco soviético, alimentando rebeliões contra ‘Estados clientes’ da URSS no terceiro mundo” (Hodges, 2002:28).

Com as mudanças radicais ocorridas no final da década de 1980 que levaram ao desmoronar do bloco soviético e da própria URSS, as relações estratégicas do MPLA com os seus aliados históricos ficaram seriamente comprometidas. Este facto, aliado ao crescente reconhecimento da impossibilidade de uma vitória militar sobre a UNITA, encorajou o MPLA a rever as suas opções ideológicas e a desencadear algumas reformas políticas que possibilitariam o compromisso e a reconciliação (Hodges, 2002:29), que mais tarde viriam a proporcionar a criação de um ambiente favorável para as primeiras negociações de paz sérias entre o governo e a UNITA (Hodges, 2002:30).

Passada uma década do final da Guerra-Fria, as duas partes do conflito continuaram a receber apoio e assistência externa, embora esta assistência tivesse assumido agora um cariz diferente¹³².

¹³¹ Que opunha os Estados Unidos da América (EUA) à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

¹³² A assistência externa tomou uma importância crucial para a UNITA. Isto porque as estratégias de isolamento da UNITA, quer a nível militar, quer a nível diplomático, através das sanções impostas pelo

A Riqueza em Recursos Naturais – A enorme riqueza mineral do solo angolano não é considerada uma das causas primárias do conflito angolano. Contudo, é frequentemente apontada como sendo uma das forças dirigivas do conflito, uma vez que, tanto a UNITA como o governo, procuraram compensar a perda de auxílio militar externo com a exploração e controlo de recursos naturais. A UNITA fê-lo através do controlo que detinha sobre importantes zonas diamantíferas¹³³, do estabelecimento de linhas de reabastecimento ao longo da fronteira do Zaire, possíveis devido ao estreito relacionamento com Mobutu, e a constituição de rotas de comércio ilícito de mercadorias e recursos naturais que geravam receitas elevadíssimas que, não só permitiam a compra de armamento sofisticado no mercado internacional (Hodges, 2002:33), mas também a sustentação da instabilidade e a viabilidade financeira do grupo rebelde (Collier, 2000)¹³⁴. De igual modo, o governo compensou a falta de apoio com o aumento da produção de petróleo e, consequentemente, das receitas por ele geradas (Hodges, 2002:33).

Na dura luta que encetaram, as duas partes procuraram incessantemente obter o controlo do aparato do Estado, com prosaicos interesses materiais, uma vez que este não só dá acesso aos enormes recursos públicos gerados pelo petróleo e pelos diamantes¹³⁵, como também origina óptimas oportunidades de patronagem (Howen, 2001:20), que servem perfeitamente as estratégias e os interesses de acumulação (Steve Kibble,

Concelho de Segurança da ONU confirmaram o envolvimento de alguns governos africanos no apoio àquela organização na subversão das sanções, na venda de diamantes, na compra de armas e mercadorias (Howen, 2001:20), demonstrando que a paz angolana tinha óbvias implicações para a estabilidade nacional e regional (Kibble, 2002:20). O facto das sanções impostas pelo Conselho de Segurança da ONU, como a Resolução 864, de 15 de Setembro de 1993, que proíbe a venda de armas e combustíveis aos rebeldes, terem tido poucos efeitos práticos, quer ao nível da intensidade do conflito, quer ao nível do seu prolongamento, levou a ONU a impôr novas e mais rígidas sanções contra a organização. A 18 de Agosto de 1997, a resolução 1127, obriga ao encerramento das delegações no exterior, proíbe as viagens ao exterior dos mais importantes membros da UNITA e a circulação de qualquer avião de e para todas as zonas controladas pela UNITA. A 12 de Junho de 1998, numa tentativa de diminuir os meios disponíveis para a guerra, a resolução 1173, proíbe a compra de diamantes angolanos não acompanhados de um certificado de origem passado pelo governo e ordena o congelamento de todas as contas bancárias da UNITA (Hodges, 2002:33-34). Apesar das sanções não terem tido as consequências previstas, o crescente desequilíbrio no acesso aos recursos tornou cada vez mais difícil o abastecimento de armas, munições, combustíveis e outros materiais, fazendo também subir os custos de transacção para a UNITA.

¹³³ Segundo Steve Kibble, as vendas dos diamantes de sangue permitiram à UNITA garantir as suas crescentes despesas militares e ganhar entre 1994 e 1998 uma quantia estimada em cerca de 1,7 mil milhões de dólares (Kibble, 2002:19)

¹³⁴ Citado em Howen (2001:20)

¹³⁵ Este aspecto pode explicar a razão pela qual a UNITA nunca pediu a separação do território ovimbundo de Angola, e a única vez que o fez pediu a independência do Sul, com base numa divisão que abrangia também o nordeste de Angola, a zona das Lundas.

2002:18) e enriquecimento pessoal da elite, uma vez que as oportunidades para o efeito parecem ser muito maiores por intermédio dos mecanismos arbitrários e não transparentes do Estado, do que através do mercado (Hodges, 2002:39).

O Carácter de Jonas Savimbi - Diversos autores referem a personalidade do líder da UNITA, Jonas Savimbi, como factor decisivo para o prolongar do conflito angolano¹³⁶ (Hodges, 2002:39; Howen, 2001:20). Para estes autores, Jonas Savimbi lutou durante três décadas pelo poder absoluto, sem se importar com reveses ou contrariedades, o que não seria motivo de crítica se não se tratasse de uma luta unicamente com recurso a meios violentos. Durante todo o conflito, exerceu o poder de forma singular ao qual não escaparam sequer os colaboradores mais próximos, aspecto que dificultou bastante o alcance de soluções pacíficas para o conflito, uma vez que estas baseiam-se no “compromisso” e confiança mútua, ou no “desempenho de um papel secundário num regime dirigido por outrém” (Hodges, 2002:38).

Lealdades Étnicas e Regionais – Apesar dos três maiores partidos terem historicamente raízes em distintos grupos étnico-regionais, com objectivos nacionalistas, na realidade, muitos observadores concordam que “Angola não é essencialmente um conflito inter-étnico ou inter-regional” (Howen, 2001:20; Carvalho, 2004), o que se reflecte na quase inexistência de casos significativos de violência inter-étnica nos últimos anos do conflito, e na falta de uma “base social real, nem mesmo em termos de etnicidade, nem motivações ideológicas consistentes, pelo menos até ao abandono do marxismo-leninismo pelo MPLA (...) (altura em que) deixou de ser alimentada por interesses estratégicos externos” (Hodges, 2002:38). Pelo contrário, a motivação principal do conflito angolano tornou-se a exacerbada ambição pessoal, a suspeição mútua e o objectivo de tomar ou manter o controlo do Estado e dos recursos a que ele dá acesso (Hodges, 2002:38).

Soma-se a isto, o facto da própria natureza das políticas adoptadas e as dinâmicas do conflito em Angola, quebrarem tendencialmente as divisões étnicas principalmente nas áreas controladas pelo governo. A deslocação das populações e crescente movimento migratório, o aumento da urbanização e o serviço militar obrigatório tiveram um efeito

¹³⁶ Para Tony Hodges, a sua actuação foi tão determinante que ao mencionar o facto, refere: “O seu papel no conflito angolano (o de Jonas Savimbi) reafirma a importância do indivíduo na História, a sua morte abriu rapidamente novas perspectivas de resolução do conflito” (Hodges, 2002:39)

unificador, de diluição e erosão das barreiras étnicas e regionais. Outro dos efeitos, foi o forte aumento da percentagem de falantes de português em detrimento das línguas africanas, aspecto não verificado em mais nenhum outro país africano, com o objectivo de fornecer a pessoas de diferentes grupos étnicos uma identidade e uma língua comum (Howen, 2001:21; Hodges, 2002:46-48). Todavia, a complexidade da realidade angolana demonstra que, apesar da fluidez de movimentos populacionais, o entusiasmo com o alívio das tensões étnicas não deve ser exagerado. Isto porque muitos dos laços comunitários mantêm-se fortes e reproduzem-se nas afiliações a grupos e nas redes verticais patrimoniais e clientelistas, nas lealdades regionais e religiosas, e nas relações de consanguinidade, que facilmente podem ser inflamadas e usadas por líderes políticos menos escrupulosos com objectivos de violência (Howen, 2001:21), o que leva alguns autores a sugerirem a descentralização como uma questão incontornável e de grande importância para o equilíbrio do acesso ao poder e aos recursos, quer a nível provincial ou local, quer como estratégia de reconciliação e de construção efectiva da paz (Howen, 2001:22).

3.2.2 As Consequências

As longas décadas de conflito em Angola deixaram uma pesada herança impossível de ser ignorada, e que durante muito tempo ainda influenciará a vida dos angolanos. É do domínio do senso comum que, ao contrário das causas, a avaliação dos custos numa guerra civil tão longa como a angolana não é uma tarefa fácil de concluir, pois para além dos custos directos e mais imediatos, como a agressão, estropiação e perda de vidas humanas, existem sequelas indirectas mais difíceis de traduzir em números, como o colapso da economia e dos sistemas alimentares, a degradação dos serviços de saúde e de educação, intensos movimentos populacionais para zonas de assentamento sobrelotadas, perda de rendimento, e traumas e tensões psicológicas¹³⁷.

A preocupação em analisar os efeitos da guerra deve-se, em grande parte, à concordância de que o conhecimento e análise das consequências não apenas permitirá a tomada de consciência dos erros cometidos por alguns no passado, todavia, com

¹³⁷ Normalmente, os estudos estatísticos que de alguma forma tentam avaliar a totalidade dos custos não o conseguem, mas mesmo quando avançam com números ficam muitas vezes abaixo dos reais valores (PNUD, 2005:154).

consequências mais ou menos gravosas na qualidade de vida, dignidade e segurança de todos quase sem excepção, mas também porque, ao serem alvo de debate, permitirão a exorcização dos traumas, a reconciliação e a união em torno daquelas que são as dores comuns de um povo sofrido, a fim de trilhar um novo caminho “comum” e construído com o esforço de todos.

Uma das consequências mais evidentes da guerra civil angolana foi a perda de mais de um milhão de vidas humanas (Shannon, 2003:39), bem como o estabelecimento de uma “cultura de abuso”¹³⁸ dos direitos humanos como estratégia de guerra. Esta estratégia lesou milhões de angolanos, principalmente nas zonas rurais, que veriam negado o seu direito de integridade física e segurança pessoal, tornando-se vítimas directas de violações grosseiras dos direitos humanos, incluindo ataques a alvos civis, tortura e massacre de civis, violação e rapto de mulheres e crianças, pilhagem das reservas alimentares e dos bens familiares, queimada de habitações, entre outros crimes (Howen, 2001:18; UN Angola, 2002:8).

Existem cerca de 105 mil ex-combatentes, cada um com cerca de seis dependentes, que exigem do governo a implementação de programas eficazes de desmobilização, reintegração e reinserção na sociedade de homens que, frequentemente, não conhecem outro ofício além do da guerra.

Outra consequência importante da guerra é o legado das minas. “Angola é um dos países mais minados do mundo” (UN Angola, 2002:11), e estas assumem-se como um entrave crucial à recuperação económica e social, e ao reassentamento populacional.

Alguns autores defendem que, de futuro, a remoção de minas será a prova mais significativa a ser enfrenta pelo país (ICG, 2003:9), não apenas devido ao elevado número de minas terrestres, cujo valor se estima próximo dos 15 milhões¹³⁹, espalhadas por estradas, caminhos e terras aráveis, mas sim porque desfazer a contaminação dos terrenos minados acarreta enormíssimos e morosos custos de tempo e dinheiro¹⁴⁰. Da

¹³⁸ Howen (2001:18).

¹³⁹ Segundo Hartley, a tarefa em Angola é ainda mais dificultada pela existência de mais de 76 tipos distintos de minas, oriundas de 22 países diferentes (citado em ICG, 2003:9).

¹⁴⁰ A remoção, destruição e limpeza de minas deve ser encarada como uma prioridade para a construção da paz, devido aos seus efeitos mais directos ou colaterais sobre outros sectores da segurança humana, nomeadamente na reabilitação económica e social das comunidades, e principalmente ao nível da criação da segurança alimentar. Em Angola, apesar das actividades de guerra estenderem-se por quase todo o país, as acções mais intensas concentraram-se na zona do planalto central e nas províncias circundantes; por este

utilização exacerbada de minas terrestres em Angola resultaram também mais de 70 mil mutilados e deficientes físicos, um em cada 415 Angolanos (ICG, 2003:10).

De acordo com Nicholas Howen, “Angola apresenta a segunda maior taxa de deslocados internos do mundo” (Howen, 2001:17). As estratégias militares adoptadas pelas duas partes nos últimos anos do conflito são, em larga medida, responsáveis pelo elevado número de deslocados internos, cujo valor ultrapassou os quatro milhões, a que se juntam os mais de 470 mil refugiados acolhidos para lá das fronteiras de Angola, principalmente na Zâmbia, na RDC e na Namíbia, correspondentes a cerca de 40 por cento da população numa situação de desalojamento e com necessidades especiais ao nível da assistência de emergência¹⁴¹ (Norwegian Refugee Council/Global IDG Project, 2005). Não obstante, a execução da tarefa de assistência a uma parte considerável destas populações tem enfrentado enormes obstáculos. Isto porque quer o governo, quer as organizações humanitárias, têm sentido sérias dificuldades em chegar até estas populações, que se encontram assentadas em áreas muito remotas e de muito difícil acesso, nas chamadas zonas cinzentas (zonas fora das áreas anteriormente controladas pela UNITA ou pelo MPLA), factor que é agravado pela presença de minas nos campos e nas vias de comunicação, e pela condição das infra-estruturas extremamente destruídas, forçando a que a assistência e a distribuição alimentar seja feita com recurso a aviões cargueiros, o que aumenta profundamente os custos e limita a amplitude da distribuição, deixando que populações extremamente vulneráveis sejam deixadas sem apoio alimentar durante longos períodos de tempo¹⁴² (Guha-Sapir e Gómez, 2006:9).

As várias vagas de deslocamento populacional provocadas pelo recrudescimento da situação de conflito são apontadas como um dos principais factores que estão na

motivo, o Huambo, o Bié, a Huíla, Benguela, Cuando-Cubango, Malange e Moxico, são as províncias mais afectadas e mais fortemente minadas. No seu conjunto, estas províncias correspondem às zonas de maior densidade populacional de Angola, são as áreas de maior concentração da população deslocada e refugiada, e a zona de origem da maioria dos soldados desmobilizados e das suas famílias. Reúnem também aquelas que são as regiões mais férteis de Angola (ICG, 2003:11; Guha-Sapir e Gómez, 2006:9).

Por conseguinte, às actividades de desminagem dos terrenos, devem ainda juntar-se programas de consciencialização dos perigos das minas, criação de capacidade de assistência às vítimas, de remoção e de destruição.

¹⁴¹ Segundo o Conselho de Segurança das Nações Unidas, cerca de 2,5 milhões de Angolanos irão requerer assistência alimentar (citado em ICG, 2003:8).

¹⁴² O facto destas populações serem deixadas à mercê da insegurança ao nível alimentar e da saúde, justifica o facto de a prevalência de má nutrição e de mortalidade ser ainda mais alta nestas zonas do que noutras áreas do país.

origem da rápida urbanização em Angola (UN Angola 2002:9) e da actual crise urbana. O total da população que vive nas áreas urbanas, passou de apenas 14 por cento em 1970 para um valor actual acima dos 60 por cento (Hodges, 2002:31). Este aumento foi ainda mais marcante na cidade de Luanda, que hoje alberga perto de um terço da população total de Angola (Howen, 2001:17).

Ao contrário do que se pensava, a paz não trouxe uma diminuição dos fluxos de migração das populações rurais para as já sobrelotadas áreas urbanas e semi-urbanas, facto que se justifica com a busca de segurança, integridade física, e de melhores condições de vida por parte destas populações. Contudo, o rápido aumento da população nas zonas urbanas não foi acompanhado por um movimento similar no sentido de promover uma melhoria da qualidade de vida ou de facilitar o acesso aos serviços de saúde e de educação. Por esta razão, as populações que se mudam para as cidades e vilas deparam-se com condições de pobreza extrema e com imensos entraves resultantes da falta de funcionamento dos serviços governamentais e das infra-estruturas administrativas, agravado pelas inúmeras dificuldades em garantir os meios de subsistência, uma vez que não têm acesso a terra para cultivar, tornando-se dependentes da assistência de organizações humanitárias (Guha-Sapir e Gómez, 2006:9).

Um estudo sobre a pobreza urbana levado a cabo em 1996 mostra que 60 por cento dos agregados nas áreas urbanas vivem abaixo a linha da pobreza (Howen, 2001:17). O acesso a água nos bairros periféricos de Luanda, os musseques, é feito a partir da compra a vendedores privados, com um custo de cerca de 25 dólares por metro cúbico, um valor 100 vezes superior ao praticado nas zonas mais ricas (Howen, 2001:17). Em 2002, a situação era muito semelhante, apenas 50 por cento da população tinha acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e 30 por cento a saneamento melhorado (PNUD, 2005), o que justifica o facto de a taxa de incidência de diarreias nestes bairros ser 30 vezes maior do que nas outras zonas (Howen, 2001:17).

Apesar de ser considerado um país com um enorme potencial de crescimento, devido à enorme riqueza que detém em recursos naturais, entre eles, petróleo, diamantes, outros minérios e importantes recursos hidroeléctricos, o facto é que a nível económico e social Angola tem experimentado níveis muito baixos de desenvolvimento. Dum total de 177 países, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH) de 2005, no ano de

2003, Angola situava-se entre os valores mais baixos do Índice de Desenvolvimento Humano ocupando a 160ª posição do ranking (PNUD, 2005). Este aspecto reflecte-se no elevado grau de desigualdade e nos níveis crescentes de pobreza absoluta que, de acordo com dados do FMI, atinge mais de 70 por cento da população (FMI, 2000)¹⁴³. Ao contrário do resto da população, a parcela de 10 por cento da população mais rica viu a sua percentagem no total dos rendimentos das famílias crescer e passar de 31,5 por cento em 1995 para 42,2 por cento em 2000/01 (Hodges, 2002:32).

Outra consequência desencorajadora do conflito é a esperança de vida, que em 2003 situava-se pouco acima dos 40 anos, nos 40,8 mais exactamente, sendo uma das mais baixas do mundo. O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2005 mostra ainda que, apesar das melhorias alcançadas, em 2003 a taxa de mortalidade de menores de cinco anos continua a ser das piores do mundo, com 260 mortes por cada 1000 nados-vivos, e a taxa de mortalidade infantil, também para o ano de 2003, com 154 mortes por cada 1000 nados-vivos. Também a taxa de mortalidade materna é muito elevada. Para o ano de 2000, situava-se em 1700 mortes por cada 100 mil partos de nados-vivos (PNUD, 2005).

Do mesmo modo, também a educação e a saúde sofreram consequências adversas em resultado do conflito. A taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior, para o ano lectivo 2002/03, foi de 30 por cento. A taxa de alfabetização de adultos (com 15 anos ou mais) para o ano de 2003 situava-se nos 66,8 por cento. Ao nível da saúde, o RDH de 2005 mostra que existe uma forte carência de médicos e técnicos de saúde. Para cada 100.000 pessoas, no período entre 1990 e 2004, existiam apenas 8 médicos, e no período entre 1995 e 2003, apenas 45 por cento dos partos foram assistidos por técnicos de saúde (PNUD, 2005).

Os conflitos armados também têm tido um papel preponderante na propagação da pandemia do IVH/SIDA (PNUD, 2005:160). Contudo, a taxa de prevalência de 3,9 por cento¹⁴⁴ em Angola continua a ser considerada relativamente baixa quando comparada com os países da região, que em média apresentam taxas acima dos 20 por cento (PNUD, 2005). O isolamento causado pela guerra é um dos factores apontados para explicar este

¹⁴³ Citado em Howen (2001:16).

¹⁴⁴ Dados relativos ao final do ano de 2003, em adultos entre os 15 e os 49 anos.

aspecto (ICG, 2003:9), bem como a pouca integração de Angola, ao nível dos transportes, comércio e migrações, na economia regional (UN Angola, 2002:26).

Contudo, se não houver a implementação de um programa sério nos esforços de reconstrução de Angola, com medidas de combate à epidemia eficazes, esta poderá transformar-se numa questão de insustentabilidade da segurança nacional visto que, de acordo com Ada Williams e Veronika Martin¹⁴⁵ (2002), cerca de 40 por cento dos soldados angolanos são seropositivos, e com a paz assiste-se a um aumento do movimento das tropas pelo país e pelos países vizinhos, onde as taxas de prevalência são muito altas. De igual modo, o retorno dos antigos combatentes às suas vilas de origem poderá provocar um aumento das taxas de infecção e agravar a fragmentação social quando a saúde destes soldados se deteriorar. São também importantes factores de propagação: o aumento do comércio, das migrações e viagens, o deslocamento das populações internamente e entre países da região, e a rápida urbanização¹⁴⁶.

Em resultado de tantos anos de guerra assistiu-se igualmente ao colapso do sistema de saúde, que não só tornou muito difícil o acesso aos cuidados essenciais e a disseminação da informação para controlo da exposição ao vírus da SIDA, como também provocou uma interrupção do controlo das tendências epidemiológicas desta e de muitas outras doenças, que podem ser a razão pela qual as estatísticas continuam tão baixas (ICG, 2003:9; PNUD, 2005:160).

A violência do conflito trouxe graves prejuízos e um abrandando gradual da economia do país, e implantou um clima de instabilidade e incerteza que desincentivava ao investimento, nacional e estrangeiro, e incentivava à fuga de capitais (PNUD, 2005:155). Paul Collier e outros (2003)¹⁴⁷, num estudo para o Banco Mundial, referem que uma guerra civil produz em média uma diminuição anual da taxa de crescimento da economia no valor de 2,2 por cento, uma vez que provoca não apenas a diminuição dos valores do investimento, mas também a perda de “anos de desenvolvimento através da destruição de grande parte do capital físico” (PNUD, 2005:156) do país, desde

¹⁴⁵ Citados em ICG (2003: 9).

¹⁴⁶ A rápida urbanização é aqui citada porque as situações de pobreza extrema e desigualdade social dela resultantes muitas vezes promovem práticas de poligamia, uso da violação como arma, cultura de abusos e de exploração sexual, principalmente de adolescentes e jovens mulheres economicamente vulneráveis, que usam o sexo como moeda de troca para obter dinheiro, comida e protecção (UN Angola, 2002:27; PNUD, 2005:160).

¹⁴⁷ Citado em PNUD (2005:155).

plantações, equipamentos, infra-estruturas, especialmente instalações petrolíferas e eléctricas, estradas, pontes e aeroportos, e outros recursos produtivos propriedade individual, de empresários ou do próprio país.

3.3 Movimento Pacifista Angolano: Contributos para a Paz

A assinatura dos Acordos de Bicesse, em Maio de 1991, a reforma democrática e a relativa abertura do espaço público a que deu origem, marcaram o despertar e o reinício de actividade do movimento cívico e associativo em Angola. Ao longo de toda a década de 1990, foram surgindo grupos da Sociedade Civil que, de forma mais ou menos tímida, procuraram promover iniciativas de cidadania e construção da paz. Num contexto extremamente polarizado como o angolano, cuja a arena política é dominada pelas duas forças beligerantes, o MPLA e a UNITA, o surgimento coordenado destes movimentos cívicos e associativos possibilitou “a criação de uma terceira voz nacional” (Comerford, 2004:1) que veio permitir a crescente mobilização de massas fora destas estruturas políticas e, à medida que foram alcançando visibilidade procuraram influenciar a tomada de decisão.

Perto do final da década, perante o recrudescimento da situação de conflito no país, pela primeira vez de forma veemente, as vozes da Sociedade Civil levantaram-se e demonstraram publicamente a sua indignação contra a situação de violência, cultura de ódio e de corrupção, e contra a amplitude dos prejuízos humanos e materiais causados pela retoma das hostilidades, num movimento que defendia a rejeição total da interminável situação de guerra e a fragilidade humana que dela resultava. Conscientes de que era necessário o envolvimento dos próprios angolanos na mediação e resolução do conflito e tendo como objectivo o reforço dos efeitos produzidos pelas iniciativas até ao momento tomadas de forma individual, as múltiplas forças da Sociedade Civil de cariz secular ou religioso, político ou cívico, aliaram-se e, de modo progressivamente organizado, formularam estratégias comuns para formar uma força nacional que coagisse as duas partes a procurarem uma solução pacífica para o conflito, e que permitisse a criação de mecanismos de representação e de envolvimento dos cidadãos nas negociações

de paz, fosse como negociadores ou como observadores¹⁴⁸ (Lachartre, 2002:190; Comerford, 2004:4). A partir desta altura, o movimento pacifista tornou-se o braço mais forte da Sociedade Civil angolana, não só porque no contexto de guerra foi dada prioridade à questão da resolução e término do conflito, mas também porque apesar dos Acordos de Bicesse assegurarem a abertura política, o processo de criação de uma verdadeira democracia participativa foi muito pobremente implementado sob a justificação de que esta era uma consequência natural do conflito armado que obrigava o governo a adoptar um conjunto de atitudes e medidas ditas “excepcionais”¹⁴⁹ (Vieira Lopes:2004). A vivência deste clima de contenção democrática induziu à edificação de um consenso entre os cidadãos angolanos de que teria de ser dada prioridade à paz como forma de quebrar a situação de bloqueio democrático, mas também porque esta era uma variável indispensável para a emergência da democracia¹⁵⁰ (Vieira Lopes, 2004). Contudo, é necessário destacar como aspecto positivo do movimento cívico angolano a preocupação, que desde sempre existiu no seu seio, em tornar público em que medida procuravam alcançar a paz, bem como a definição de paz adoptada pelo movimento que, apesar de implicar também o “fim da guerra” não se esgotava unicamente neste ponto. No seu sentido mais amplo, este conceito de paz era entendido como a criação de uma sociedade justa e equitativa, que deve “conduzir à criação de estruturas políticas abertas a todos e de um governo transparente e responsável, ao desenvolvimento social e económico, à liberdade de opinião e de associação, à salvaguarda de direitos humanos, e à elaboração de uma constituição representativa do todo nacional e assim por diante”

¹⁴⁸ Com isso, os movimentos da Sociedade Civil pela paz procuravam que a sua presença, quer como mediadores e negociadores, quer como observadores, permitisse evitar a repetição dos erros cometidos nos acordos de paz precedentes, onde o envolvimento de uma indispensável perspectiva “doméstica” angolana poderia ter ajudado a monitorar os acordos e servir como uma influência moderadora que teria sido benéfica ao processo de construção de um consenso mais amplo (Comerford, 2004:4).

¹⁴⁹ Estas atitudes e medidas do governo classificadas como “excepcionais” envolviam uma série de restrições de direitos humanos e cívicos, e de situações de abuso do poder que não só dificultavam o aprofundar do regime democrático e a capacidade do governo de implementar instituições constitucionais e legais, ligadas à defesa fundamental dos direitos dos cidadãos, ou de órgãos ligados ao estabelecimento de um maior equilíbrio político-social, como por exemplo o Tribunal de Contas (só implementado em 2002), o Tribunal Constitucional, a Procuradoria-Geral da República, o Provedor de Justiça e a Alta Autoridade Contra a Corrupção, mas também promoviam a submissão do poder judicial ao comando único do governo sob pretexto da situação de guerra (Vieira Lopes, 2004:1-3).

¹⁵⁰ Ainda com base em argumentos de Filomeno Vieira Lopes, a democracia em Angola resume-se a pouco mais que a mera existência de um conjunto de leis formais, um parlamento multipartidário e de alguns títulos de jornais independentes, bem como a emergência tímida de algumas associações de carácter cívico (Vieira Lopes, 2004: 3).

(Comerford, 2004:1). A adopção desta abordagem mais ampla e abrangente do conceito de paz, além de ter permitido a composição da ideia de construção da paz como solução para a guerra civil, serviu também de base de orientação para a actuação destes movimentos, continuando a ser igualmente válida e urgente hoje, depois do fim das hostilidades.

As igrejas angolanas¹⁵¹, definitivamente, constituem o braço mais forte e importante da Sociedade Civil angolana, e desempenharam um papel crucial na vanguarda do movimento de paz. Muitos autores consideram que elas constituem a rede para a paz e para a mudança mais organizada, e que goza de maior grau de legitimidade e autoridade numa Angola amplamente fragmentada (Ferreira, 2002:1). Ao contrario da maioria das outras organizações da Sociedade Civil, cuja influência é geralmente maior entre assalariados e quadros das áreas urbanas, a legitimidade e autoridade das igrejas, reflexo das suas preocupações humanitárias, foi construída através de um posicionamento constante junto da população civil mesmo nos momentos de maior dificuldade, prestando apoio alimentar e distribuindo serviços sociais, que posteriormente veio permitir a solidificação de uma posição de preponderância igualmente forte nas áreas rurais e urbanas, e que facilmente abrange todos os horizontes culturais, étnicos e sociais da sociedade¹⁵² (Comerford, 2004: 2). Outro ponto digno de realce é o facto das igrejas serem encaradas como actores imparciais pela população em geral, mas principalmente pelos dois beligerantes, o que lhes dá acesso a uma posição de importância reforçada no impulsionar da manifestação da vontade de paz e do descontentamento pelo monopólio que MPLA e UNITA reivindicam para si no processo (Ferreira, 2002:1). Este facto ganha

¹⁵¹ Católica e protestantes.

¹⁵² Desde a época colonial que se estabeleceu um vínculo de forte proximidade entre as igrejas e as populações civis, das comunidades rurais até às urbanas, reflectido no crescente número de membros da Igreja Católica que, de acordo com Collelo (1990) e Tvedten (1997), em 1980 eram estimados em cerca de 40 a 68 por cento da população, e das igrejas protestantes, com cerca de 10 a 20% (citados em Howen, 2001: 29). Frequentemente, padres e pastores são as únicas entidades a permanecerem junto das populações cercadas “pelo fogo cruzado” nas aldeias e comunidades mais remotas, numa tentativa de prestar algum auxílio, protecção e conforto espiritual, ou ao tentar minimizar os muitos problemas do quotidiano através da prestação de cuidados básicos na área da saúde e do ensino, como é possível depreender das palavras do reverendo Inocêncio de Sousa: “lá onde não chega o Estado está presente uma igreja, ao lado do povo minimizando os problemas quotidianos, construindo postos médicos e escolas” (PNUD Angola, 2005:90). Na área da educação destaca-se o papel bastante determinante desempenhado na formação e educação de muitos dos líderes políticos dos movimentos da luta de libertação nacional, grande parte educados nas escolas missionárias protestantes (Howen, 2001:29).

ainda maior importância se tivermos em conta as tensões e as rivalidades históricas¹⁵³ que existem entre elas, e que durante tanto tempo foram a justificação para a falta de uma abordagem ecuménica para a resolução do conflito. Esta actuação conjunta em favor da construção da paz surgiu apenas no final da década de 1990, em resposta à situação de impasse e ao agravar da situação social em consequência do arrastar do conflito (Lachartre, 2002:195; Howen, 2001: 29; Comerford, 2004: 2-3).

Desde 1989 que as várias igrejas em Angola¹⁵⁴ procuraram de forma individual e independente, através das suas organizações eclesiais¹⁵⁵, chamar a atenção dos decisores políticos para a necessidade de se pôr um fim à guerra, à pobreza que assola a maior parte da população e às atrocidades cometidas aos direitos humanos. A Igreja Católica demarca-se pela contribuição discreta, contudo decisiva, feita a partir de 1975, num primeiro momento através de Cartas Pastorais que embora estivessem inscritas num contexto litúrgico, numa altura de controlos tão rígidos, proporcionavam aos seus membros, e não só, fluxos de informação mais amplos, alternativos e independentes dos canais do Estado, onde era permitida a crítica em relação à crise social, política e económica que resultava da guerra. Uma das mais importantes foi publicada a 11 de Novembro de 1989, por ocasião do 12º aniversário da independência de Angola, com o título “Mensagem aos responsáveis políticos do MPLA-PT e da UNITA, a todo o povo de Deus e aos Homens de boa vontade”, na qual se decifrava um apelo ao fim das hostilidades, ao estabelecimento de um diálogo franco, à implementação da democracia, do progresso e do desenvolvimento. Esta, tal como todas as outras cartas, foi crucial para

¹⁵³ Historicamente, a Igreja Católica foi durante toda a época colonial bastante próxima da população urbana e dos portugueses, e as igrejas protestantes, que se estabeleceram apenas nos finais do século XIX, mais próximas das populações rurais, tendo mesmo num esforço de integração e inserção promovido a aprendizagem de muitas das línguas locais. Schubert (2000), na obra “*A Guerra e as Igrejas: Angola 1961-1991*”, refere que é também possível evocar identidades político-religiosas ou mesmo étnicas, baseadas nas fortes ligações entre bakongos, baptistas e a FNLA; entre os Kimbundos, metodistas e o MPLA; e entre Ovimbundus, congregacionistas e a UNITA (Schubert citado em Lachartre, 2002:195).

¹⁵⁴ Principalmente, a católica e as protestantes.

¹⁵⁵ A Igreja Católica é representada pela Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). Em representação das principais igrejas protestantes são citadas as duas organizações mais importantes: o Conselho das Igrejas Cristãs de Angola (CICA) e a Aliança Evangélica de Angola (AEA). Devido à pertença das igrejas protestantes a conjuntos de igrejas internacionais (congregacional, baptista, metodista, adventista do sétimo dia, etc.) ou de cariz africano (kimbanguista, etc.) a actuação destas organizações é considerada mais difusa, e muitas vezes são questionadas sobre a sua real representatividade da visão comum dos seus membros (Howen, 2001:30).

a formação da opinião pública contra os abusos de poder por parte do Estado e a situação de guerra civil, bem como responsável pela disseminação da informação.

A partir de 1998, com o recrudescimento da situação de guerra civil, o envolvimento da Igreja Católica torna-se mais arrojado e incisivo com a multiplicação de declarações e Cartas Pastorais, e a realização de apelos e iniciativas para a paz que visavam demonstrar um claro distanciamento entre a vontade popular que procurava evitar o ressurgimento da guerra e acabar com as violações dos direitos humanos, e os interesses dos beligerantes. Estes esforços foram reunidos na fundação do Movimento Pro Pace, que se esforçava por fazer ouvir os seus apelos a negociação entre ambas as partes do conflito. Criado pela CEAST e presidido pelo bispo do Uíge, Dom Francisco da Mata Mourisca, foi responsável pela organização em Julho de 2000 do Congresso Pro Pace, o primeiro sobre Angola a ser realizado no país, cuja participação, com cerca de trezentos participantes dos mais diferentes quadrantes da sociedade¹⁵⁶, e impacto, foram considerados os maiores de sempre.

Realizado com o apoio do Vaticano, este congresso veio dar voz ao pedido cada vez mais insistente de paz entre o povo angolano e demonstrar que o anseio cada vez mais forte de reconciliação e de participação colectiva na construção da paz é um legítimo desejo dos angolanos fustigados por uma longa e inútil guerra civil (João Paulo II, 2001:11). A reivindicação de um cessar-fogo imediato e o estabelecimento de uma plataforma de diálogo nacional para a demanda da paz, com a participação efectiva de todas as partes da sociedade, sustentada num discurso de defesa do Estado de direito e da democracia, teve um expressivo impacto psicológico sobre a política do país e assinalou uma mudança, que se verificou progressiva, nos modos de produção do político com a ruptura da monopolização e bipolarização da iniciativa política, e nos modos de actuação

¹⁵⁶ Este congresso marca uma viragem decisiva no contexto político angolano, pois conseguiu o feito inédito de reunir numa mesma sala mais de 300 participantes pertencentes a diferentes quadrantes e defensoras de diferentes perspectivas sobre a questão da paz e a resolução do conflito. Para além dos bispos, arcebispos e representantes de todas as dioceses de Angola, estiveram também presentes representantes do governo angolano e da UNITA, parlamentares dos partidos políticos da oposição, diplomatas, representantes de outras 22 igrejas, ONG nacionais e internacionais, jornalistas e agências da Organização das Nações Unidas (ONU). O presidente Eduardo dos Santos fez-se representar pelo ministro da Educação e Cultura, Carlos Burity. Foi também lida uma mensagem enviada pelo Santo Padre, João Paulo II.

dos diversos actores da Sociedade Civil, ou não, que compõem o movimento de paz e reconciliação (Pestana, 2003:40; Howen, 2001:30).

Vozes críticas ao evento argumentam que ele não suscitou grandes reacções ou mudanças nas partes envolvidas no conflito. Contudo, a sua realização significou um passo decisivo no sentido do aprofundar democrático que permitiu a emergência de uma nova entidade política com grande capacidade de influência da opinião pública e, segundo Michael Comerford, veio contribuir para “quebrar a regra do silêncio” (Comerford, 2004:4) que não permitia qualquer menção à construção da paz através do diálogo sem ser encarada como uma afronta directa às políticas do governo angolano, criando, pela primeira vez, a oportunidade para a instituição de um debate mais amplo e sofisticado sobre a forma como devia ser conduzido o processo de paz. Outro facto ainda a destacar foi a presença de importantes individualidades internacionais que permitiram a legitimação da existência dos movimentos de paz e da pressão sobre o governo para a implementação de políticas mais eficazes na busca da paz o que, colateralmente, deu origem a uma necessidade de construção de uma aparência de maior flexibilidade por parte do governo, permitindo a preparação do caminho para posteriores iniciativas de paz (Howen, 2001:30), como é o caso do Comité Inter Ecclésial para a Paz em Angola (COIEPA) cuja fundação, na última metade de 1999, assinala o esforço de agregação de todas as iniciativas católicas e protestantes num mesmo movimento ecuménico para a paz.

O COIEPA serve de órgão de coordenação a nível nacional da contribuição das igrejas na figura de uma aliança entre CEAST, CICA e AEA para o processo de paz. Apela à necessidade de se adoptar uma transformação mais profunda do que o simples cessar-fogo e as eleições, que defendem não constituírem o caminho que trará a paz, mas antes caracteriza-os como ferramentas para a consolidação da paz. Procura trazer toda a Sociedade Civil para o seio do debate nacional¹⁵⁷ como forma de tornar o processo inclusivo, condição indispensável para o alcance de uma paz duradoura, para assegurar a

¹⁵⁷ Esta tarefa é alcançada através de consultas periódicas a todas as organizações da sociedade angolana, partidos políticos, governo, organizações sociais e da Sociedade Civil, instituições nacionais e internacionais com interesse no restabelecimento da paz em Angola. Essas consultas visam estimular o debate nacional e a preparação do processo e das condições que permitem a descoberta de possíveis soluções para o conflito, tais como a realização de uma série de fóruns de paz, o treino de activistas de direitos humanos, a educação das pessoas sobre as causas do conflito e a identificação dos pontos internacionais de influência para a paz (Howen:30-31).

mudança da cultura de violência para uma cultura de respeito pelos direitos humanos, e para o estabelecimento de uma governação verdadeiramente democrática com uma equitativa distribuição da riqueza.

Apesar de ser considerada uma iniciativa frágil e sujeita a fortes pressões políticas, é muito activa em promover a construção da paz e a participação da Sociedade Civil (Howen, 2001:31), tendo-se tornado na principal ponte de diálogo com a comunidade internacional e na mais poderosa e reconhecida organização do movimento pacifista angolano fora do país (Comerford, 2004:3). O forte empenho demonstrado na internacionalização do movimento angolano pela paz, culminou com a atribuição pelo Parlamento Europeu, onde foram realizadas diversas missões de sensibilização, do Prémio Sakharov de Direitos Humanos, ao seu presidente - o arcebispo D. Zacarias Kamwenho - que, na altura, disse aceitar a honra em nome de todos os angolanos que trabalham pela paz. Todavia, o sucesso alcançado internacionalmente não teve correspondência a nível nacional, já que as igrejas não conseguiram criar um perfil nacional para a organização¹⁵⁸ (Comerford, 2004:3). Numa tentativa de reverter a situação, a organização criou a Rede da Paz¹⁵⁹ cuja linha de intervenção estratégica e código de conduta é delineado pelo esforço de análise do conflito e de promoção da paz a nível interno,¹⁶⁰ através da aceitação do princípio do “diálogo aberto a todos” como opção preferencial para o término da guerra, e como forma de possibilitar a conquista de um espaço de intervenção próprio dos actores domésticos, com estreita cooperação nas tarefas de reflexão sobre as soluções para o conflito, gestão e monitorização do processo

¹⁵⁸ Muito tempo depois da sua constituição, muitos angolanos continuavam sem conhecer a organização, nem as suas actividades.

¹⁵⁹ Reunia um conjunto de 54 entidades, entre igrejas, organizações da Sociedade Civil, chefes tradicionais e anciões, etc., das quais oito têm responsabilidades acrescidas de coordenação das actividades da rede. A Jubileu 2000 coordena as actividades na área da paz e economia, a MPD na área da paz e tragédia humanitária, o GARP na área da paz, reconciliação e cultura, o COIEPA na área da paz e religião, o FONGA na área da paz e democracia, a AJPD na área da paz e justiça, a Angola 2000 na área da paz, segurança e desarmamento, e a ALSSA na área das questões relacionadas com a paz e terra.

¹⁶⁰ Nos seus esforços de análise, as igrejas apontavam como causa do conflito as profundas rivalidades e divisões históricas internas entre os movimentos nacionalistas angolanos que precederam a formação das alianças internacionais. Assim sendo, justificam que a única solução viável para alcançar uma paz duradoura seria através de um diálogo aberto. Para o efeito, num decalque do processo moçambicano, por diversas ocasiões ofereceram-se como mediadores: em 1986, a CEAST; em 2000, o COIEPA e em 2001 a mediação das igrejas, propostas nunca realmente aceites por qualquer das partes beligerantes (Comerford, 2004:3), ou mesmo pela ONU que sempre deixou claro preferir que as igrejas assumissem um papel de facilitadores do diálogo, uma vez que existiam mediadores institucionalizados.

de paz, bem como o estatuto de mediador interno do conflito envolvendo o apoio da sociedade angolana e possivelmente da comunidade internacional (Comerford, 2004:3).

De acordo com Michael Comerford, o aspecto mais marcante da mudança democrática dos últimos anos em Angola foi o “crescimento e a visibilidade das organizações e associações cívicas” (Comerford, 2004:5) no país. Depois da reforma política que permitiu a promulgação da lei de liberdade cívica registaram-se mais de 300 organizações angolanas independentes (Howen, 2001:31) que procuraram adaptar o seu modo de operação às alterações circunstanciais da situação de conflito no país. Depois de um longo período de estagnação em que o crescimento e/ou desempenho de qualquer actividade foi severamente restringido, devido à situação de conflito de baixa intensidade que depois de 1992 se alastrou a todo o país, o ano de 1998, com a retoma do conflito de larga escala, marcou uma época de frustração, desacordo e de forte crítica que está na origem do nascimento do “movimento angolano pela paz”. Este movimento caracteriza-se pela ampla aliança de entidades da Sociedade Civil em torno de questões, até este momento pouco consensuais, como a renovação do diálogo e da negociação durante o resto do conflito, e a promoção de outros temas inseridos no amplo quadro de entendimento da noção de construção da paz, contribuindo para o enraizamento de uma consciência cívica e para a criação de uma nova mentalidade que valoriza a paz como um bem essencial, servindo também para permitir um reforço crescente do empenho e influência da Sociedade Civil sobre outros assuntos directa e reciprocamente relacionados com a paz, como a democracia e a nova constituição angolana, os direitos humanos, o direito à terra, a questão da situação de Cabinda, entre tantos outros assuntos internos mal resolvidos.

O prolongar e a exacerbação do conflito tiveram como efeito o alargamento do movimento de paz a outros quadrantes da sociedade, fazendo surgir inúmeras alianças entre diferentes entidades da Sociedade Civil que se propuseram a contribuir e a produzir com regularidade reflexões e manifestações públicas de desagrado ao reinício da guerra.

A constituição, por um grupo eclético de representantes da sociedade angolana, do Grupo Angolano de Reflexão para a Paz (GARP)¹⁶¹ resulta exactamente desta

¹⁶¹Constituído a 2 de Abril de 1999 pelo reverendo Daniel Ntoni Nzinga (pastor evangélico, coordenador do grupo e secretário executivo do COIEPA), Filomeno Vieira Lopes (economista de formação, académico,

predisposição dos angolanos de se imiscuírem na resolução do conflito que há tantos anos os lesava, e eleva-se com a publicação de uma carta aberta, “Paz pela Via do Diálogo”, publicada em quatro jornais independentes, que fala de uma total ausência de argumentos políticos e ideológicos cabais que justifiquem a perpetuação do conflito sem ter em conta a vontade e o sofrimento de todo o povo angolano (Comerford, 2004:5). Mais tarde lançaram uma petição apelando ao cessar-fogo imediato e ao estabelecimento de negociações entre o governo, UNITA e FLEC. Do mesmo modo, outra iniciativa foi lançada por cerca de 60 ONG¹⁶² e membros de várias igrejas reunidas no Grupo Angolano para a Promoção da Cultura da Paz (GAP) que resultou num apelo à constituição de uma comissão de mediação que negociasse o fim da guerra civil (Ferreira, 2002:2)¹⁶³.

Em 2001, as actividades intensificaram-se com o objectivo de forjar uma “unidade de pensamento”, um consenso nos mais diversos sectores da sociedade que pressionasse os beligerantes a alterar a sua atitude de intransigência, que está na origem da formação do Amplo Movimento dos Cidadãos (AMC), que reúne cerca de duas centenas de personalidades dos mais variados quadrantes e profissões numa plataforma de entendimento, sem fins partidários, relativamente a questões essenciais para a edificação da paz em Angola, simbolizando um exemplo de unidade sem precedentes no contexto social e político angolano. Este movimento defende uma nova perspectiva para a resolução do conflito, tanto no que respeita à forma de abordagem, quanto às soluções práticas, situando a questão da cidadania como elemento central do esforço de “pensar Angola” e de todas as reformas necessárias.

Num contexto de actuação mais individualizada, e no âmbito da educação cívica e de direitos humanos como objectivo de promoção da cultura de paz e de criação de condições mais favoráveis a uma reconciliação nacional, destacam-se, entre outras, a ADRA e o centro cultural MOSAIKO, que promovem e organizam seminários e encontros, mesmo nos locais mais remotos das províncias do interior, sobre justiça, leis e

activista e político com ligação ao FpD, partido da oposição), Francisco Tunga Alberto (do FONGA), Rafael Marques (jornalista e Open Society) e Carlinhos Zassala.

¹⁶² Ligadas ao FONGA.

¹⁶³ Apesar de serem consideradas iniciativas pouco influentes, o GARP e o GAP, constituíram um importante desafio público contra o tabu do apelo ao cessar-fogo e ao estabelecimento de negociações, o que serviu para abrir e pavimentar o caminho para o COIEPA.

direitos humanos, educação cívica, prevenção e resolução pacífica de conflitos que acreditam ser a melhor forma de prevenir a existência de futuros abusos e de criar uma rede local de solidariedade e de confiança. De igual modo, ao apostarem na educação, estas organizações, ajudam os angolanos a deslocarem-se do simples patamar de educação para o de exercício dos seus direitos, numa tentativa de reverter a visão bastante generalizada de que apenas os partidos, quer sejam únicos ou armados, estão habilitados e são capazes de tomar a iniciativa da mudança ou da acção. Esta situação caracterizada pelo medo de se organizar e de agir representa, segundo Brigitte Lachartre “sequelas de uma década e meia de totalitarismo” (Lachartre, 2002:191-6). Outras iniciativas foram tomadas por organizações angolanas e internacionais, principalmente a Development Workshop e a Fundação Freidrich Ebert Stiftung (FES), que procuraram contribuir para o alcance e construção da paz através do fomento de discussões e debates públicos sobre questões relacionadas com o futuro de Angola, de forma a desafiar as decisões do governo e a estimular as necessárias reformas legislativas, tais como a democracia, a autoridade do Estado e a autoridade tradicional, a lei de imprensa, o direito à terra e os direitos das crianças (Howen, 2001: 31-3).

Também os órgãos de comunicação social independentes, rádios e imprensa, tiveram e continuam a ter um papel preponderante como veículos de difusão, informação e apoio ao movimento de paz. Os jornais independentes e rádios privadas, fundamentalmente a rádio Ecclésia, estão ligados ao início de uma nova dinâmica social que permitiu a criação e o estabelecimento de novos canais de comunicação e arenas de debate público que, de forma muito enérgica e atraente, possibilitaram a participação directa dos cidadãos e a expressão da sua opinião sobre questões que estavam principalmente relacionadas com a construção da paz, a resolução do conflito e com as consequências sociais, económicas e políticas que aí tinham a sua origem.

A coragem individual de alguns jornalistas angolanos¹⁶⁴ que, em momentos decisivos da história de Angola, ousaram enfrentar o “Estado-partido”, sem medo de

¹⁶⁴ Entre os muitos nomes que tiveram um papel preponderante na construção do processo de jornalismo de intervenção e de paz encontram-se Ricardo Mello, gerente e editor chefe do *Imparcial Fax*, William Tonet director do Jornal Folha 8, Rafael Marques, inúmeros jornalistas e entidades ligadas à rádio Ecclésia, entre outros ligados a todos os outros órgãos de informação, porque a luta pela instauração de uma democracia efectiva, e pela concretização da liberdade de expressão, de associação, liberdades cívicas e políticas é também equivalente à luta pela constituição de uma cultura de paz.

possíveis represálias, censura, prisões ou ataques, foi determinante para abrir caminhos e criar oportunidades que passo a passo contribuíram para precipitar a tomada de decisões que originaram uma maior abertura, onde é possível usufruir de alguns direitos e liberdades. Isto porque apesar de todos os progressos positivos até agora alcançados, “existe ainda um enorme abismo entre as liberdades prometidas pela constituição angolana e tratados internacionais que Angola ratificou, e a concretização dessas liberdades pelos angolanos” (HRW, 2004).

Ainda hoje é possível auscultar vozes de um forte movimento crítico sobre o facto das várias iniciativas do movimento de paz não terem resultado em mudanças concretas no programa político do governo ou da UNITA ou por também não terem conseguido cumprir com o objectivo a que se propuseram, de alcançar a paz através de um “processo pacífico e inclusivo”¹⁶⁵ que permitisse a implementação de um cessar-fogo e a realização de negociações entre o governo e a UNITA com o apoio, mediação ou até mesmo a presença da Sociedade Civil no papel de observadores, e em representação de todo o povo angolano, de maneira a evitar erros cometidos no passado ou até mesmo a promover um sentimento de participação, comprometimento e posse de todo o processo, fundamentalmente, por todos os angolanos e interessados em Angola. Contudo, a verdade é que estas iniciativas de paz foram fundamentais na criação de um espírito crítico e de uma nova mentalidade que valoriza “a paz como um bem público essencial”, na formação da opinião pública, na partilha e disseminação da informação e na pressão sobre os beligerantes, mesmo que nem sempre muito acutilante ou incisiva, numa esclarecedora demonstração de desagrado, quer a nível interno, quer a nível externo, em relação à continuação da guerra. Segundo Michael Comerford, as actividades e os debates promovidos por estas entidades, no seu todo, desempenharam um papel da maior importância na abertura de um novo “espaço” público no qual o próprio movimento pela paz se desenvolveu (Comerford, 2004:2).

¹⁶⁵ Uma vez que a guerra foi resolvida militarmente, com o domínio de uma parte sobre a outra, resultando na morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, e posteriormente na assinatura de um memorando de entendimento, o *Memorando de Luena* que deu lugar, parafraseando Filomeno Vieira Lopes, “à paz dos bravos” (Vieira Lopes, 2004) com total exclusão do processo de negociação dos sectores pacifistas da Sociedade Civil e dos partidos políticos democráticos.

3.4 Depois da Guerra - a Construção da Paz

A história do conflito angolano é muitas vezes apontada como sendo a representação perfeita de uma guerra civil demasiado longa e complexa, em que se agregaram todos aqueles que são “os piores ingredientes possíveis”¹⁶⁶ (Ennes Ferreira, 2005:516) de um conflito. A forma particular como, finalmente, se conheceu o fim da guerra e as características específicas adquiridas por todo o processo levantam questões impossíveis de tratar de forma simples ou linear, relacionadas com a presente situação de pós-conflito e com as tarefas que compõem o quadro de construção de uma paz genuína, apenas possível com recurso a um processo multifacetado.

Depois de uma longa campanha militar com gravíssimos resultados em termos económicos, sociais e humanitários, a paz que se vive no país é demasiado frágil, uma vez que a criação da paz militar ou paz negativa, assim como os dividendos que daí advêm, não são suficientes para gerar estabilidade social e económica ou o desenvolvimento que qualquer país almeja¹⁶⁷. Impõe-se, por isso, a Angola, o enorme desafio de sustentação e consolidação desta paz, através de um elaborado processo de

¹⁶⁶ Desde a existência de movimentos nacionalistas rivais, ao apoio directo ou indirecto de países estrangeiros, à grande diversidade étnica e a riqueza em recursos naturais (petróleo e diamantes), os graves problemas de corrupção e falta de transparência na governação, e a forma como o conflito afectou indiscriminadamente cidades e regiões do interior (Ennes Ferreira, 2005:516).

¹⁶⁷ A ideia de que a paz (no sentido de ausência de guerra) é a “panaceia” para todos os problemas que assolam os países que emergem de situações de conflito é extremamente popular. Os autores e governos que defendem esta tese assumem que a transição de uma situação de guerra para uma situação de paz dá origem a taxas de crescimento (apenas para citar uma entre muitas variáveis económicas) acima das verificadas durante o conflito e, por isso, acarretam uma recuperação económica imediata, a que chamam dividendos da paz. Estes dividendos advêm do facto da transição implicar uma diminuição ou poupança nas despesas militares, obtida a partir da implementação de um programa de desmobilização e reinserção dos militares, que permitirá uma reestruturação dos gastos governamentais e consequente libertação de recursos para outros sectores da sociedade com prioridades sociais e económicas, e, a nível micro, possibilitará a libertação de recursos humanos para a inserção no mercado de trabalho e na esfera civil da sociedade que terá, entre outros efeitos, o aumento da taxa de emprego (Colletta et al., 1996:39). Contudo, ao contrário do que muitos autores sustentam, a realidade pós-conflito demonstra que “a paz não traz recuperação económica imediata” (Colletta et al., 1996:40), do mesmo modo que não existe garantia nenhuma da obtenção de dividendos de paz, uma vez que estes “dependem de uma série de factores multi-dimensionais” (Ennes Ferreira, 2005:509) que não se esgotam simplesmente nos factores económicos que resultam da reestruturação das despesas militares e das políticas de desarmamento. Pelo contrário, englobam uma melhoria geral da qualidade de vida, produto “da utilização alternativa dos recursos militares” ou, como explica o relatório do PNUD (1994:58), “reduzir as despesas militares é apenas metade da tarefa. Uma melhoria autêntica para a segurança humana exige que os recursos (salvo, os dividendos da paz) sejam totalmente aproveitados para o desenvolvimento humano”. Em Angola, a concretização dos dividendos da paz tem sido ainda mais difícil, uma vez que a redução das despesas militares não tem sido encarada como uma prioridade das políticas de investimento e despesa pública inseridas no Orçamento Geral do Estado. As despesas militares para o ano de 2003 cifraram-se em 4,7 por cento do valor do PIB, muito acima dos 2,8 e 2,1 por cento destinadas ao sector da educação e saúde, respectivamente (PNUD, 2005).

construção da paz que prime por uma abordagem flexível e holística que consiga combinar, muitas vezes ao mesmo tempo e no mesmo lugar, diferentes tarefas desempenhadas pelo governo, partidos políticos de oposição e Sociedade Civil, que se complementam umas às outras, na criação de melhores condições de vida, na reconstrução do país, na promoção da justiça e da reconciliação nacionais, na democratização e renovação políticas, no crescimento e recuperação económicos, materializando-se num desenvolvimento duradouro e numa paz efectiva que envolva no seu interior todos os angolanos e não apenas alguns¹⁶⁸.

Em suma, a “Construção da paz” designa a acção empreendida no final de um conflito civil com o objectivo de identificar e apoiar as estruturas que tendem a reforçar e consolidar a paz, e a prevenir um relapso ao conflito armado (Paris, 2006:38; de Klerk, 2004). Geralmente, períodos de conflito dão origem a situações de grande volatilidade e fragilidade dos Estados, o que cria a necessidade de se proceder, durante a evolução de todo o processo de construção da paz, com base num amplo entendimento e identificação das condições locais, para alívio ou enfraquecimento daquelas que são as fontes de conflito dentro da sociedade. A estratégia de construção da paz implica o cumprimento de uma série de funções militares e não militares que deverão criar condições de longo prazo para uma transição tranquila, sujeita ao menor número de riscos possível com vista a permitir a concepção de uma paz estável e de um desenvolvimento duradouro. Esta estratégia está assente em três pilares fundamentais¹⁶⁹, o primeiro inserido no âmbito da segurança nacional e, os outros dois, no âmbito da segurança humana (OCDE, 2005:2-4).

Pilar da segurança nacional: diz respeito à segurança do país e à segurança pessoal dos seus habitantes. Envolve funções como:

¹⁶⁸ O que se pretende com este complexo processo de construção da paz não é apenas acabar com a guerra que, como refere o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, “é o pior inimigo do desenvolvimento” (Annan, 2000:2), mas principalmente procura prevenir a incidência de novos conflitos através da redução das causas subjacentes, quer seja a pobreza ou a desigualdade horizontal, quer através da edificação de instituições legítimas que encorajem a democracia inclusiva e simultaneamente através da melhoria dos serviços públicos, especialmente os de segurança pública.

¹⁶⁹ Contudo, obviamente não é possível desenvolver uma abordagem, ou conjunto de tarefas, que cubra todas as situações, pois cada conflito é uma situação única, com uma complexidade própria e com características específicas que raramente vemos repetidas na íntegra em outros contextos. As tarefas deverão variar sempre de acordo com a situação. É, pois, obrigação daqueles que trabalham para a paz escolher para integrar o programa de construção da paz, de entre o conjunto de tarefas que formam os três pilares, os elementos que melhor se adaptem à situação, à ordem e à intensidade com que as medidas devem ser implementadas, bem como o seu tempo útil (OCDE, 2005:4).

i) a implementação de programas de desmobilização e reintegração de ex-combatentes nas comunidades locais. Estes programas visam a redução do número de homens efectivos do exército e a sua adequação à defesa nacional em contexto de paz, bem como a reintegração dos antigos combatentes e das suas famílias, em média cerca de seis dependentes, na vida social e na economia;

ii) desminagem e desarmamento, que inclui a limpeza de terrenos minados, a destruição de stocks, a implementação de programas de apoio às vítimas e de cura dos efeitos psicológicos, culturais e físicos da guerra. Depois de décadas com elevados níveis de recrutamento e de distribuição de armamento à população civil, impõe-se agora o desafio de desmilitarização da sociedade através do aumento do controlo de armamento e de armas de pequeno porte, com a execução de medidas de prevenção de tráfico ilegal de armas, combate à criminalidade, e de programas de consciencialização e de incentivo à entrega de armas pela população civil;

iii) reforma do sistema de segurança por forma a desenvolver instituições de segurança imparciais e efectivas, capazes de conferir importância real ao controlo civil, à transparência e à responsabilização dos serviços de justiça, penal, policial e militar, porque onde há impunidade não há desenvolvimento.

Este pilar inclui ainda o redireccionar das despesas militares para outros sectores, acompanhado de uma diminuição progressiva do peso do sector de defesa e segurança no Orçamento Geral do Estado, e da desmilitarização da sociedade, ou seja, a ocupação de um papel secundário pela instituição das forças armadas na sociedade. Todavia, esta tarefa nem sempre é facilmente cumprida, principalmente em países como Angola onde, além dos militares terem ocupado sempre posições de liderança (Ennes Ferreira, 2005:518), o que lhes confere uma capacidade negocial e de influência bastante grande, assiste-se hoje a uma outra dinâmica que é a ocupação, por estes militares, de lugares reservados à Sociedade Civil, em áreas como a empresarial, de informação e cultural, e até mesmo do sector das ONG e de cidadania. Acresce ainda o facto de se viver um período de grande instabilidade regional em que, tanto o governo angolano como a comunidade internacional estão interessados em assegurar que Angola ocupe uma posição de destaque e de liderança (Ennes Ferreira, 2005:518).

O segundo pilar engloba a **dimensão política e de boa governação**. Ao despoletar de muitos conflitos estão associadas a existência de instituições fracas e ilegítimas, a corrupção, o desrespeito pelos direitos humanos, a falta de boa governação e a percepção de que os canais administrativos e políticos não são adequados ou são inacessíveis, num agravar das desigualdades horizontais. Consequentemente, este segundo pilar envolve funções que visem anular este tipo de situações, como:

i) reconstrução e reforço da capacidade de administração civil do governo e das instituições do Estado, para que possam desempenhar responsabilmente funções de soberania efectiva. Em Angola, ao longo dos anos assistiu-se à degradação da competência e da capacidade da administração pública, agravada na década de 1990 com a liberalização do mercado e com o declínio do valor real dos salários, promovendo o enfraquecimento da motivação e da produtividade, a generalização da pequena corrupção sob a forma de “gasosa”, encorajando também a maioria dos empregados públicos melhor qualificados a deixar de trabalhar para o Estado e a transferirem-se para o sector privado, debilitando ainda mais a já frágil capacidade da administração pública¹⁷⁰. Nos últimos tempos, o governo tem tentado superar esta situação com a recuperação do valor real dos salários e com a atribuição de benefícios não salariais, como carros oficiais, residência, acesso a evacuação médica e a bolsas de estudo. Contudo, a tarefa de atracção de pessoal qualificado para os quadros da função pública continua a ser muito difícil, pois num mercado onde existe uma enorme escassez de pessoas qualificadas e com competências técnicas, a procura é extremamente elevada e a competição renhida, com o governo a não conseguir competir com os valores salariais e regalias praticados pelas empresas do sector privado, principalmente pelas petrolíferas, organizações internacionais e algumas ONG angolanas e internacionais (UN Angola, 2002:75-76).

Este ponto inclui também tarefas como: a descentralização, com o objectivo de melhorar a capacidade efectiva e a transparência das instituições do Estado e de diminuir o fosso entre o Estado e as comunidades que supostamente deve servir¹⁷¹ (Colletta et all,

¹⁷⁰ Uma análise à qualificação educacional dos empregados da função pública, em 1998, revelou que apenas 3 por cento dos funcionários tinham formação universitária, somente 16 por cento possuíam o ensino secundário completo (ensino médio ou PUNIV) e quase 17 por cento tinham menos de 4 anos de educação primária (UN Angola, 2002:76).

¹⁷¹ A descentralização em Angola impõe-se como uma questão fundamental, não só para o sucesso do processo de construção da paz e de desenvolvimento, mas também para a coesão social e a unidade

2000:172), ou ainda, como forma de atribuição aos diferentes grupos étnicos de uma maior oportunidade de participação política em questões públicas, de diminuição das redes de patronagem e clientelismo que favorecem as elites urbanas, principalmente as de Luanda em detrimento do resto da população, maior independência financeira e poder político, tornando os poderes provinciais mais transparentes e responsáveis, e dando às suas comunidades um acesso crescente à riqueza da nação (Howen, 2001:22); inclui também, o apoio e reforço da capacidade democrática dos partidos políticos, que pela primeira vez encaram os desafios da construção da paz democrática e das primeiras eleições após o conflito. Esta tarefa implica a reforma e a transformação dos beligerantes em partidos políticos moderados, ou em oposições efectivas, bem como a prossecução de uma reforma interna que adeque a sua missão, propósitos e funções a todo o país e não apenas à sua região ou etnia, e o seu papel na sociedade em função das necessidades e desafios que compõem o contexto actual. É necessário que os partidos políticos no seu conjunto efectivamente promovam a democracia interna e a soberania pessoal, para que as pessoas saibam que podem e têm o dever de reivindicar e exigir dos políticos uma actuação de excelência e de resolução efectiva dos seus problemas, e que participem activamente na formação de um novo governo que realmente facilite e contribua para a construção da paz e para a democratização (de Klerk, 2004). A sua contribuição passa também pela criação de regras eleitorais que premeiem a moderação em vez do extremismo e de mecanismos que assegurem a aceitação dos resultados estabelecidos pelas eleições (Paris, 2006:188);

ii) reconciliação social e promoção da resolução “pacífica” de conflitos a todos os níveis da sociedade, como forma de alcançar o comprometimento por parte dos líderes políticos e promover a aceitação social da paz por parte de toda população. A verdadeira

nacional. Recorrendo a argumentos de João Milando (2003:259), este facto pode ser facilmente justificado pois, apesar de “Angola apresentar-se como um espaço territorial e político constitucionalmente bem delimitado e reconhecido internacionalmente”, é todavia composto por “realidades sociais, políticas e culturais, que sendo contíguas, se distinguem entre si, quer do ponto de vista da sua gestão ou não pelo Governo, quer do ponto de vista de racionalidades e de mecanismos de produção e reprodução sociais predominantes”. Milando prossegue designando os quatro espaços distintos: Angola governamental, Angola Ad Hoc, Angola Linhageira e Angola constitucional ou Angola projecto. Assim sendo, a descentralização apresenta-se como um meio de unificação destes espaços, na medida em que permite a melhoria da eficiência, das competências e da responsabilização do sector público, o aumento da estabilidade macroeconómica e da coesão social. Além disso, pode ser também um valioso instrumento de realização dos objectivos de desenvolvimento se conseguir responder às necessidades das comunidades locais e proporcionar o reforço dos mecanismos de participação e de cidadania.

reconciliação nacional apenas será possível com a implementação de políticas que promovam a participação generalizada e a inclusão de todos os angolanos, independentemente da sua origem étnica ou geográfica, ou da sua filiação política (UN Angola, 2002:48);

iii) democratização, promoção da boa governação, dos direitos humanos e do respeito pelas liberdades civis. Nesta função deve ser dada especial atenção às medidas que asseguram a inclusão dos grupos marginalizados e informais no processo político, de modo a promover uma cultura de paz. De acordo com o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas Boutros-Ghali (1996)¹⁷² “a prática da democracia é, cada vez mais, considerada essencial para o progresso num amplo conjunto de preocupações humanas e para a protecção dos direitos humanos”. Preocupações estas que incluem a paz intra e inter-estadual, o desenvolvimento económico, o enriquecimento cultural, o controlo do crime e da corrupção e a protecção do ambiente (Paris, 2006:36);

iv) apoiar e encorajar o desenvolvimento de organizações da Sociedade Civil, inclusive dos media, que transponham as linhas de conflito social, que favoreçam a formação de capital social e que sejam orientadas para a paz, ao mesmo tempo que desincentiva aquelas que advogam ou incitam ao exercício da violência. Deve-se, igualmente, estimular a responsabilização e a regulamentação dos “discursos de ódio”¹⁷³ (Paris, 2006:188);

¹⁷² Citado em Paris (2006:36).

¹⁷³ Todos os cidadãos e organizações devem sentir-se comprometidos com o sucesso da missão de construção da paz e cooperar para a criação de uma sociedade pacífica. Ao proporcionar uma arena de debate de questões públicas, e de análise e crítica das políticas de governo, a liberdade de imprensa converteu-se num ponto crucial para o funcionamento da democracia e, por conseguinte, num dos objectivos centrais da construção da paz. Contudo, apesar de todas as vantagens que se reconhece advirem da sua liberalização, o exercício da liberdade de imprensa e de livre expressão, quando praticado de forma pouco responsável, pode dar origem à proliferação de notícias que não beneficiam o crescimento de uma cultura de paz.

Esta forma de “jornalismo pouco responsável” caracteriza-se pela veiculação de notícias sem apuramento da verdade e pelo tratamento e abordagem de temas que facilmente podem incitar ao ódio, à desconfiança, à falta de tolerância, às animosidades mútuas e aos ressentimentos e, consequentemente, dar origem a conflitos étnicos e sociais ou a violência contra grupos específicos (Paris, 2006:196). Em Angola, esta situação é bastante notória. Apesar do enorme esforço para aumentar a qualidade do jornalismo e da crescente denúncia de casos de corrupção e má governação, a imprensa angolana também injecta temas de cariz perigosamente discriminatórios relacionados com a cor da pele, etnias e “autenticidade”. A título de exemplo, cita-se o recente artigo de Aguiar dos Santos, publicado pelo semanário *Agora*, datado de 25/03/2006, com o título de capa “Os mulatos do Zé Du”, e no interior “Os latons da corte eduardista”, “os mestiços e o poder”, entre outros de cariz mais tribalista e etnocentrista que de forma irresponsável tendem a inflamar rivalidades e conflitos sociais.

v) constituição de comissões de verdade e de acção legal que estabeleçam um equilíbrio entre verdade, justiça, punição, reconciliação e impunidade.

O terceiro pilar engloba a **dimensão económica, social e ambiental**. As funções que compõem este pilar procuram dissolver toda as formas de violência estrutural, principalmente a mais popular, a pobreza, que se encontra na origem de muitos conflitos e que resulta da perpetuação de diferenças socioeconómicas, da marginalização de grupos ou regiões geográficas vulneráveis, da distribuição desigual dos benefícios, da competição pela posse de recursos naturais disponíveis facilmente comercializáveis, tais como diamantes, petróleo e metais, ou pela posse de recursos limitados, como a água e a terra arável. Ultrapassar e reduzir os elevados níveis de pobreza é o mais importante objectivo de desenvolvimento e de construção da paz, para o qual é necessária uma abordagem holística e intersectorial, que consiga quebrar o ciclo vicioso de falta de oportunidades e de recursos, de formação e de informação em que vivem as populações mais vulneráveis. Diz respeito a tarefas como:

- i) o repatriamento e a reintegração dos refugiados e deslocados internos;
- ii) execução de projectos com impacto a curto prazo, como a construção e reconstrução de infra-estruturas que permitam ao governo o cumprimento das suas funções sociais e económicas e a livre circulação de pessoas e bens;

- iii) execução de programas e medidas de longo prazo que visem o desenvolvimento duradouro no âmbito da educação e da saúde pública. “A educação é uma das pedras angulares do desenvolvimento humano. Não é apenas um direito básico, mas uma base para o progresso noutras áreas, incluindo saúde, alimentação, desenvolvimento das instituições e da democracia” (PNUD, 2005:159). Assim sendo, em larga medida, o desenvolvimento nacional alcançado por Angola dependerá do sucesso das políticas aplicadas que visem não só o aumento dos níveis de acesso à educação e à promoção da alfabetização de adultos, numa tentativa de recuperar as conquistas do passado, mas também impulsionar a excelência da qualidade de ensino e a capacidade de investigação das escolas e universidades públicas e privadas - cuja lógica, na maior parte dos casos, pauta-se apenas pela procura do lucro - aumentando não só a percentagem de população literata, assim como a sua capacidade funcional e competências técnicas. Uma vez que “As oportunidades perdidas para a educação transmitem-se entre gerações na

forma de analfabetismo e de perspectivas reduzidas de escapar à pobreza” (PNUD, 2005:161). Tal como a educação, a saúde é determinante para o desenvolvimento humano, e consequentemente para a paz, uma vez que “a longo prazo, o impacto do conflito violento na saúde ceifa mais vidas que as balas” (PNUD, 2005:159). No âmbito da saúde deve-se ter em especial atenção a melhoria dos cuidados básicos de saúde e do sistema de saúde do Estado, tornando-o acessível a todos, bem como o aperfeiçoamento das condições sanitárias que provocam a vulnerabilidade da saúde geral e a disseminação de doenças facilmente evitáveis ou controláveis¹⁷⁴, principalmente entre deslocados, refugiados e grupos mais desfavorecidos da sociedade;

iv) promover reformas económicas e legais que estimulem o desenvolvimento do sector produtivo e a diversificação da economia, com o objectivo de criar emprego e de moderar as tensões sociais. Ao longo dos anos de conflito, assistiu-se a um movimento de rápida expansão do sector petrolífero na economia angolana combinado com o colapso, declínio ou estagnação dos sectores não petrolíferos. A aposta no sector petrolífero tem como ponto positivo a geração de elevados rendimentos necessários à reconstrução das infra-estruturas físicas, ao investimento em capital humano, e à recuperação e desenvolvimento de outros sectores da economia. No entanto, sendo uma indústria de capital intensivo, tem uma baixa taxa de geração directa de empregos¹⁷⁵, e os rendimentos gerados em Angola foram basicamente utilizados para o esforço de guerra. Hoje impõe-se o desafio de uma reorientação das políticas económicas no sentido da adopção e aplicação de programas e políticas de fomento ao comércio e ao investimento, a cooperação institucional e técnica, e que, fundamentalmente, também passem pela fomentação e restauração da agricultura e da economia rural, como estratégia de integração das populações rurais, de criação de emprego e de reversão da situação de dependência da ajuda e da importação de alimentos, uma vez que o país possui uma grande abundância de terra arável e um amplo leque de zonas climáticas que potenciam

¹⁷⁴ Estas condições abrangem a fraca qualidade da água, a falta de limpeza e de sanidade ambiental, os baixos rendimentos e a insegurança alimentar, a falta de conhecimento e de práticas de higiene e de saúde, que agravam as taxas de incidência de doenças, designadamente as doenças diarreicas, infecções respiratórias, malária e a epidemia do IVH/SIDA, entre outras (UN Angola, 2002:24 – 36).

¹⁷⁵ Segundo um estudo do Ministério dos Petróleos, no ano 2000 estimava-se que o número de pessoas directamente empregadas era de 10562, sendo que uma importante porção correspondia a pessoas expatriadas (citado em UN Angola, 2002:60)

a possibilidade do país se tornar novamente auto-suficiente numa ampla diversidade de produtos (UN Angola, 2002: 52-54);

v) construção e expansão da capacidade nacional para a gestão ambiental e de recursos sustentáveis. Em termos ambientais, também os desafios para Angola não são poucos, destacando-se: os problemas de desflorestação, empobrecimento e erosão do solo, a desertificação das regiões costeiras de sudoeste, a grande dependência das famílias em relação às fontes de energia tradicionais, a ruptura dos stocks de peixe, a poluição provocada pela indústria petrolífera, nomeadamente através da queima de gás e do derrame de petróleo, e a perda da diversidade biológica (UN Angola, 2002:18).

*

Em sumário, as linhas de força deste capítulo foram delimitadas pelo facto da complexidade da guerra angolana explicar o dinamismo do conjunto de factores que compõe as causas do conflito angolano, e a capacidade de mutação e adaptação das causas aos novos cenários externos regionais e internacionais, apesar de nos últimos anos as principais dinâmicas terem sido basicamente internas e específicas de Angola, marcadas por exacerbada ambição pessoal, e catalizadas pela “profunda desconfiança” entre as partes e pela intenção de “deter o poder absoluto”. Foi esta complexidade que determinou os modos de actuação adoptados pelo movimento pacifista angolano que, não só procurou fazer com que as duas partes resolvessem o conflito sem recurso a armas, através de um processo pacífico e inclusivo que permitisse a implementação de um cessar-fogo imediato com negociações e de um processo de reconciliação nacional, como também procurou disseminar a necessidade de adopção da paz positiva como conceito orientador para a construção de uma sociedade com um desenvolvimento justo e equitativo.

Apesar de não ter tido influência suficiente para que a resolução da guerra civil fosse pela via pacífica, o que suscitou muitas críticas por parte de quem procura desacreditá-la, o facto é que a Sociedade Civil angolana em geral, e o seu movimento pacifista em particular, deu uma contribuição extremamente positiva que serviu para criar uma terceira voz nacional num contexto político extremamente polarizado como o

angolano, e também para a criação de uma arena de participação e debate público que foi determinante na geração de uma consciência nacional crítica e na formação da opinião pública.

Hoje, o país atravessa uma tripla transição e a tarefa de construção da paz exige de todos (governo, oposição e Sociedade Civil) contributos positivos, seriedade, e comprometimento, num conjunto de tarefas que, não sendo as mesmas, se complementam na resolução das sequelas de um conflito que durou décadas, e cujas consequências demorarão anos a ser resolvidas, facilitando o amplo e holístico processo de construção da paz, reforço da democracia e desenvolvimento.

Capítulo 4

Sociedade Civil e Desenvolvimento

Durante mais de trinta anos o debate sobre o desenvolvimento teve como foco principal as forças dirigivas do Estado e do mercado como promotoras do progresso de cada país. Contudo, ao longo de toda década de 1990 testemunhámos uma vincada reorientação do discurso académico e político de desenvolvimento no sentido de uma nova abordagem multidisciplinar que realçava a importância da relação positiva entre democracia, paz e desenvolvimento, para o sucesso da qual é de fundamental relevância o contributo e a existência, não só do Estado e do mercado, mas também da Sociedade Civil.

Neste quarto e último capítulo pretende-se abordar a questão da intersecção e adopção do conceito de Sociedade Civil pelo paradigma de desenvolvimento, e a forma como este se tornou numa importante e reinventada ferramenta conceptual, quer pelos praticantes de desenvolvimento nas instituições financeiras e de desenvolvimento dominantes, quer pelos movimentos e ONG de desenvolvimento, que encontraram no conceito uma forma de criticar e contestar a lógica em que estas instituições estão envolvidas, tal como descobriram uma aparente solução para realçar e resolver os problemas que fundamentalmente residem na sociedade.

De igual modo, tendo em conta o importante processo de transição que Angola atravessa, com implicações práticas ao nível dos enormes desafios sociais, económicos e humanitários que tem de enfrentar, pretende-se destacar a importância da adopção de uma nova maneira de pensar o desenvolvimento, na qual a democracia e a paz são, não apenas importantes “ferramentas” para o alcance do desenvolvimento, mas simultaneamente fins últimos do desenvolvimento. Para se ultrapassar estes desafios colossais exige-se o envolvimento de todos os actores da sociedade, incluindo a Sociedade Civil, que é frequentemente identificada como tendo um papel fundamental a desempenhar na promoção da participação pública e na mudança, e como garante da consolidação da paz. Neste sentido, também será elaborada uma perspetivação dos contributos e dinâmicas futuras das organizações da Sociedade Civil angolana.

4.1 A Nova Trindade do Desenvolvimento: Estado, Mercado e Sociedade Civil

Ao longo de todo o século XX o paradigma de desenvolvimento foi aparecendo associado aos mais diversos conceitos que, de um modo geral, ajudaram a dar corpo à sua abordagem ou pensamento contemporâneo. Por conseguinte, assistiu-se a inúmeras mudanças no discurso dos estudos de desenvolvimento, que ao longo dos tempos procuraram reflectir a busca de uma abordagem cada vez mais multidisciplinar, bem como de uma permanente adaptação às exigências, preocupações e dinâmicas da vida moderna. O mesmo sucedeu com o conceito de Sociedade Civil que a partir da década de 1980 foi gradualmente ganhando importância dentro do paradigma de desenvolvimento. A forma como isto aconteceu, é o que se procura analisar neste ponto.

A adopção do conceito de Sociedade Civil pelo paradigma de desenvolvimento ocorre num momento em que os estudos de desenvolvimento se encontravam num “impasse”¹⁷⁶.

Desde 1970 que era bastante notória a crescente desilusão com a actuação do Estado, a quem foi atribuído o papel crucial de impulsionador de todo o processo de desenvolvimento. Intervencionista, ao mesmo tempo que defendia a centralidade da unidade territorial e política, o Estado assumia-se como o agente de acumulação e de redistribuição económica que tanto procurava facilitar o movimento de forças que podem acelerar ou com capacidade de influência sobre o processo de desenvolvimento - como por exemplo o investimento estrangeiro - como procurava regular estas mesmas forças, de modo a proteger a capacidade industrial nacional. Com a crise da dívida e a grave recessão internacional, o papel do Estado como condutor do processo de desenvolvimento foi seriamente posto em causa, tendo mesmo passado a ser visto “como um problema, não como uma solução para o processo de desenvolvimento” (Howell e Pearce, 2001:14). As falhas gritantes em muitos países do Sul, especialmente da África Subsaariana, em cumprir com os objectivos de desenvolvimento e de crescimento sustentável, bem como a falta de responsabilidade, a corrupção crónica, o militarismo e autoritarismo, as despesas e investimentos perdulários, protecçãoismo, distorção das

¹⁷⁶ Expressão utilizada por Schurmann (1996) para designar a falta de novos contributos teóricos para a teoria do desenvolvimento (citado em Howell e Pearce, 2001:14).

forças do mercado, e a criação de uma indústria nacional não competitiva e de monopólios de larga escala, foram cruciais para o descrédito do processo de desenvolvimento liderado pelo Estado, quer na variante socialista, quer na keynesiana (Howell e Pearce, 2001:64). Isto porque a actuação do Estado foi igualmente criticada nos países da Europa ocidental, numa censura aos custos crescentes do Estado-providência e às suas enormes deficiências na implementação de políticas de bem-estar, e na Europa do Leste, devido à opressão política, à escassez, ao desperdício e à estagnação económica que caracterizava estes países.

O final da Guerra Fria trouxe consigo uma alteração da orientação ideológica que passou a ser no sentido da celebração do mercado. Henry Bernstein refere que, em termos conceptuais, o mercado procurou preencher as lacunas deixadas pelo Estado-providência, nomeadamente ao nível da perda de emprego formal e da deterioração do fornecimento de bens públicos estratégicos como os cuidados de saúde e a educação (Bernstein, 2005:116), e “na esfera política a liberdade de mercado foi consumada na liberdade dos cidadãos na democracia liberal”, reivindicada como sendo a única e desejável forma de organização política (Howell e Pearce, 2001:4). Estas proposições deram forma à ideologia neo-liberal que sustenta que a redução do papel do Estado, com a consequente adopção da democracia de estilo ocidental, e a liberdade de actuação do sistema de mercado, produzirá “o melhor bem para o maior número de indivíduos”, cuja distribuição seria garantida por combinações flexíveis entre actores institucionais governamentais, não governamentais e privados.

Não obstante o mercado ser bastante eficiente a estimular a troca, a evidência empírica veio a demonstrar que a sua aplicabilidade em áreas fora do campo da economia revela-se extremamente problemática. Ao confrontar o mercado e a família, ficou claro que o altruísmo voluntário, a dedicação de grupo e as relações de confiança e preocupação com o próximo são difíceis de conciliar com a busca individualista do interesse privado. Igualmente, o impacto socioeconómico sobre a vida dos grupos mais vulneráveis, decorrente da implementação do paradigma de expansão do mercado, foi problemático e criou problemas muito semelhantes aos da expansão do Estado.

Tradicionalmente, quer a actuação do mercado, quer a actuação do Estado têm criado inúmeras insatisfações que, de acordo com Albert Hirschman¹⁷⁷ (1970), levam as sociedades a ciclos, nos quais a defesa do mercado é alternada com a defesa do Estado, em que as culpas e falhas de um transformam-se nas vantagens do outro. Augusto de Franco (2002: 72) referiu-se a esta situação como “fuga para trás”, uma vez que ao longo dos anos ela foi-se repetindo, sem no entanto trazer grandes mudanças ou sucesso em relação ao objectivo de desenvolvimento.

Perante esta dificuldade, numa tentativa de romper com este ciclo e de fazer com que o descontentamento demonstrado não se traduzisse na substituição de um modelo pelo outro, ou na defesa do que previamente se tinha rejeitado, os especialistas políticos, de forma inevitável, seguiram para novas direcções que, apesar de não serem completamente novas, revelaram uma mudança significativa na abordagem, em alternativa tanto à direita do mercado livre, como à esquerda estadista, que não conseguiam oferecer soluções políticas relevantes para os dilemas das democracias liberais (Vieira, 1996).

A resposta para o problema foi encontrada no reconhecimento do significado e da importância de aspectos relacionados com o ser humano e as suas relações sociais, que puseram, entre outros conceitos, a Sociedade Civil no centro do debate das políticas de desenvolvimento, e no ímpeto renovado da vertente multidisciplinar dos estudos de desenvolvimento, reconhecido como o período do “Pós Consenso de Washington” (Harriss, 2005:37-38). A Sociedade Civil apareceu como uma poderosa arma conceptual revisitada para este desafio, que não só expressava as aspirações de liberdade dos cidadãos, o seu direito a uma voz e a representação, a defesa da democracia, e muitas vezes até mesmo o anti-estatismo, como aparecia também como uma força simbolizando a excelência da liberdade de escolha, de autogestão económica, com preocupações com aspectos como a pobreza e a desigualdade social e económica.

A Sociedade Civil veio abrir um novo caminho que não só permitiu o estabelecimento do diálogo entre as instituições e agências internacionais financeiras e de desenvolvimento, com uma valorização crescente da importância dos factores não

¹⁷⁷ Hirschman, Albert (1970), *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline Firms, Organizations and States*. Cambridge, Harvard University Press. Citado em Wolfe (1992).

económicos no desenvolvimento, como também tornou clara a necessidade de uma esfera distinta, do domínio da Sociedade Civil, que se situasse entre o Estado e o mercado (Howell e Pearce, 2001:15). Este facto deu origem a uma mudança de paradigma no sentido de uma abordagem conjunta baseada no Estado, mercado e Sociedade Civil, que formam a nova trindade do desenvolvimento. “A necessidade de uma divisão tripartida, ao invés da tradicional dicotomia Estado-Mercado, tornou-se gritante, sendo a Sociedade Civil o termo que completava a trindade” (Wolfe, 1992).

Com esta mudança, o início da década de 1990, trouxe a Agenda da Boa Governação que admitiu o conceito de Sociedade Civil como sendo crucial para o cumprimento com sucesso de um grande número de iniciativas relacionadas com o apoio à emergência de economias de mercado mais competitivas, à construção de Estados melhor geridos, com leis mais justas e com maior capacidade para proporcionar aos seus cidadãos melhores serviços, iniciativas de melhoria das instituições democráticas com o objectivo de aprofundar a participação política, bem como no apoio à emergência e fortalecimento de ONG. Segundo Archer (1994)¹⁷⁸, a Agenda da Boa Governação sugere que pode ser construído um “ciclo virtuoso”, entre o Estado, a economia e a Sociedade Civil, com capacidade para equilibrar e proporcionar o crescimento, a equidade e a estabilidade (Archer citado em Lewis, 2002:571).

A adopção do conceito de Sociedade Civil pelo paradigma de desenvolvimento vem proporcionar a existência de uma terceira dimensão da vida pública, diferente do governo e do mercado, um “terceiro caminho”¹⁷⁹ (Wolfe, 1992) que, de acordo com Liszt Vieira, é uma nova maneira de pensar a sociedade, um campo onde prevalecem os valores da solidariedade, as noções de igualdade de direitos, autonomia e participação, ou seja, o culminar dos direitos civis, políticos, sociais e económicos da cidadania. A Sociedade Civil caracteriza-se por de forma autónoma, espontânea e auto-organizada, gerar e realizar acções e normas de comportamento social, geralmente informais,

¹⁷⁸ Archer, R. (1994), Markets and Good Government, in: A. Clayton (ed.), *Governance, Democracy and Conditionality: What Role for NGOs?*, Oxford: International NGO Research and Training Centre (INTRAC).

¹⁷⁹ Além das tradicionais dicotomias Estado e mercado, público e privado, reforma e revolução, a noção de defesa e de democratização, o “terceiro caminho” parece ser a melhor maneira de caracterizar as formas contemporâneas de auto-organização e de auto-constituição da sociedade contemporânea, bem como a ferramenta que melhor serve o objectivo de protecção contra a penetração destrutiva realizada pelas outras duas esferas, e de garantia da sua influência reflexiva sobre elas.

baseadas na cooperação, distintas das normas e acções formais, dependentes e hierárquicas de comportamento social realizadas e geradas pelo Estado, ou das acções e normas de comportamento social geradas pelo mercado, baseadas na competição, mesmo quando são, como podem ser, realizadas e geradas autonomamente, de forma espontânea ou auto-organizada (Vieira, 1997).

O projecto implícito nesta concepção de sociedade com alicerces base na Sociedade Civil tanto critica o paternalismo estatal, como a forma de sociedade baseada na economia de mercado onde não existe regulamentação, ou seja, de acordo com argumentos de Liszt Vieira, visa realizar o trabalho de uma política social mediante programas autónomos e descentralizados baseados na Sociedade Civil, em vez dos programas tradicionais do "welfare state", e o trabalho de uma política económica de regulamentação mediante formas não-burocráticas e menos intrusivas de legislação Vieira (1996).

Contudo, nas sociedades ocidentais assistiu-se a uma institucionalização heterogénea - e muitas vezes contraditória - das várias normas da Sociedade Civil, entre elas, os direitos individuais, a privacidade, as associações voluntárias, a legalidade formal, a pluralidade, a publicidade e a livre iniciativa, que frequentemente entram em conflito com a lógica económica do lucro e a lógica política do poder vigente nestas sociedades. Apesar de, por um lado, existir de facto uma natureza consensual sobre a unidade e a relação fundamentalmente positiva da trindade (Estado, mercado e Sociedade Civil) no processo de desenvolvimento, no qual a Sociedade Civil assume-se como sendo crucial para a discussão, e consequente aplicação, do conjunto de ideias que visem uma performance de sucesso no desenvolvimento, por outro lado, não se pode ignorar o facto de existir uma evidência empírica pouco conseguida ou incompleta sobre o ciclo virtuoso das hipóteses aqui realçadas, bem como o carácter conflituoso que pode também surgir no relacionamento entre elas. É da identificação deste conflito de interesses que surge a preocupação com a instituição de uma nova forma de capitalismo, que os seus defensores designam por "capitalismo socialmente responsável" (Howell e Pearce, 2001:64).

4.2 A Relação Intrínseca entre Desenvolvimento, Democracia e Paz

Tomando como ponto de partida a excelente e inovadora abordagem de Amartya Sen (2003) na obra “O Desenvolvimento como Liberdade”, que se assume ser uma contribuição valiosa no sentido de uma mudança de paradigma, a contrastar com o paradigma dominante da última metade do século XX que tinha como foco principal questões muito restritivas da economia, procurar-se-á, nesta parcela de capítulo, abordar a questão que ao longo das últimas décadas se tem tornado num debate cada vez mais gritante, entre aqueles que se debruçam sobre a problemática do desenvolvimento, designadamente a relação entre esta ciência, a paz e a democracia.

Numa abordagem mais ampla, o autor põe a tónica nas liberdades humanas e estrutura uma concepção de desenvolvimento como sendo “um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (Sen, 2003:19), no qual a expansão ou reforço da liberdade humana é, simultaneamente, concebido como um “fim primordial” e o “principal meio” de desenvolvimento, correspondendo respectivamente ao “papel constitutivo” e ao “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento (Sen, 2003:50).

Neste sentido, Sen (2003:52-54) identificou cinco espécies distintas de liberdade, apesar de admitir que a diversidade de instrumentos em causa pode ser muito mais extensa, designadamente:

- Liberdades políticas, de um modo geral referem-se às oportunidades oferecidas pelo exercício das competências políticas e direitos civis inerentes à democracia, nomeadamente a existência de eleições e o direito de voto, multipartidarismo, liberdade de expressão e de imprensa, de associação, etc.. Federico Mayor refere que a democracia baseia-se na escolha, por uma colectividade, do sistema político, económico e cultural que regerá o seu funcionamento e assegurará a participação de todos os cidadãos em todos os aspectos da vida em sociedade. Rege-se por princípios democráticos, baseados em valores intemporais e universais que devem ser adaptados à história, às tradições e à identidade cultural própria de cada sociedade. Em suma, a democracia é uma nos princípios e diversa nas múltiplas formas de procedimentos que a tornam governável (Mayor, 2000:70).

- Dispositivos económicos, correspondem às oportunidades de que os agentes económicos dispõem para utilizar recursos económicos próprios, ou não, para fins de

consumo, de produção ou troca. Com o avançar do processo de desenvolvimento económico, os recursos económicos disponíveis no país aumentam, resultando num acréscimo das capacidades económicas da população, que se reflecte, por um lado, nas capacidades económicas dos indivíduos e das famílias e, por outro, nas preocupações dos governos com a distribuição equitativa do rendimento.

- Oportunidades sociais, correspondem aos mecanismos com objectivos sociais, nomeadamente, educação, cuidados de saúde, etc., organizados pelas sociedades no sentido de influenciar a liberdade concreta dos indivíduos induzida pela melhoria da sua qualidade de vida e da autonomia ou capacidade de escolha para desenvolver todo o seu potencial e conduzir a vida privada, em simultâneo com a participação cada vez mais eficaz em actividades económicas e políticas.

- Garantias de transparência: correspondem à presunção do funcionamento das sociedades com base no princípio da confiança. Diz respeito às oportunidades criadas pela liberdade de lidar e conviver num clima de abertura, com garantia de clareza e de esclarecimento. Estes factores são cruciais para a prevenção da corrupção, da gestão irresponsável e das redes subterrâneas de clientelismo.

- Protecção da segurança: num sentido mais amplo engloba uma visão de paz, contém a preocupação com a segurança numa perspectiva humana e de previdência social, para além da preocupação com a segurança nacional. Diz respeito à necessidade de proteger as pessoas e as comunidades daquelas que são as ameaças tradicionais e não tradicionais à sua segurança. A liberdade de não ter de enfrentar privações e medos. É a garantia de condições de paz, não tanto em função de ameaças externas, mas sim o garante das condições mínimas para que as pessoas se sintam seguras na sua própria sociedade, e a protecção diante de ameaças crónicas, como a fome, a morte, doenças e repressão (Batthyány, 2004:15).

Cada uma destas espécies distintas de direitos e oportunidades não só detêm a capacidade de ajudar a promover a potencialidade genérica dos indivíduos, como também servem de complemento umas das outras, visto que se encontram todas interligadas, numa relação directa de reforço mútuo das suas virtudes e da eficácia no processo de

desenvolvimento¹⁸⁰. Como já foi referido, este facto deriva da característica assumida pelos diferentes tipos de liberdades não apenas como fim primordial do desenvolvimento, mas igualmente como ferramentas principais (Sen, 2003:26).

O “papel constitutivo” da liberdade diz respeito à importância da expansão de cada uma das liberdades concretas no/para o enriquecimento da vida humana. À luz desta perspectiva fundacional do desenvolvimento como liberdade, o importante não é saber se cada uma destas liberdades é indutora de desenvolvimento, mas sim a compreensão essencial de que todas elas são parcelas ou “partes *constitutivas* do próprio desenvolvimento” (Sen, 2003:50). Quanto ao “papel instrumental” da liberdade revela o “modo como a expansão dos diferentes tipos de direitos, oportunidades e habilitações contribuem para o alargamento da liberdade humana em geral, promovendo, assim, o desenvolvimento” (Sen, 2003:51)

É com base nesta explanação de Amartya Sen que, tal como Boutros-Ghali (1996:118)¹⁸¹ entendemos que “paz, desenvolvimento e democracia estão inseparavelmente ligadas”, ou seja, que “existe uma relação directa e recíproca entre os conceitos de paz, desenvolvimento e democracia” (Mayor, 2001: 95), que se “entrecruzam de maneira permanente sinérgica e mutuamente exigentes entre si” (Mayor, 2000: 74). Federico Mayor defende ainda que “não pode haver paz efectiva sem uma democracia estável e desenvolvimento duradouro” (Mayor, 2001:95), porque apesar de distintos, cada um destes conceitos exerce uma forte influência sobre a estabilidade, sustentabilidade e progressão do outro.

Alguém disse que o “desenvolvimento é o novo nome da paz”, referindo-se ao precioso bem que é a paz não apenas numa perspectiva de ausência de guerra, mas numa infinita busca orientada para a promoção do bem-estar e do progresso humano. Esta concepção exige de todos a eleição e a construção de normas e valores de justiça, confiança, cooperação e solidariedade, que permitam a edificação de um ambiente de

¹⁸⁰ Estas ligações são demonstradas pelas várias conexões empíricas existentes que conjugam as diferentes espécies de liberdades. Estas conexões permitem-nos depreender que, a eficácia da liberdade como instrumento reside no facto das várias espécies se interligarem, podendo um determinado tipo de liberdade ter um papel crucial para a promoção de uma outra espécie. O que reforça a importância da sua coesão, e a afirmação de que a liberdade não é apenas o objectivo primário do desenvolvimento mas também o seu principal meio (Sen, 2003:52).

¹⁸¹ Citado em Roland Paris (2006:37).

entregada e de expansão para todos, para que todos possam usufruir do desenvolvimento alcançado.

As sociedades onde a paz não é efectiva ou onde existem níveis elevados de violência, quer seja dentro das famílias ou das comunidades, são geralmente marcadas por baixos níveis de desenvolvimento social, patente na destruição do, muitas vezes já fragilizado capital social, nos níveis crescentes de falta de confiança e de responsabilidade, no aumento da ansiedade e da incerteza, e na multiplicação da criminalidade e das organizações criminosas (Stiglitz, 2001:59). Esse clima de instabilidade pode também afectar a execução dos serviços sociais, como a saúde e a educação, com efeitos ao nível da capacidade de participação política e económica, uma vez que têm influência directamente sobre o aumento ou não da produtividade e da expansão económica¹⁸². Os enormes custos económicos estendem-se para além dos gastos inerentes à tomada de medidas anti-crime e prevenção da violência ou, se for o caso, de resolução do conflito, abrangendo a aptidão dos agentes económicos para participar em actividades económicas, quer sejam de cariz produtivo ou comercial, ou na influência das decisões de investimento e no próprio crescimento. Ao nível político, os custos englobam, por exemplo, o facto de a qualidade da democracia e da participação democrática poder vir a ser afectada pela iliteracia ou pela falta de um processo educativo eficaz e adequado que permita aos cidadãos adquirir capacidade de reflexão de modo a participar mais activamente na vida política (Sen, 2003:53). Consequentemente, “a educação deve ser um processo aberto a todos durante toda a vida” (Mayor, 2001:91), devido à sua incontornável importância no processo de transformação que envolve a essência dos conceitos de paz, democracia e desenvolvimento. De acordo com Federico Mayor, mais do que a alfabetização e a educação básica, deve envolver uma aquisição contínua de conhecimentos e habilidades que permitam aos cidadãos adquirir a capacidade de pensar, reflectir, meditar, ter as suas próprias respostas e construir uma

¹⁸² A falta de execução dos serviços sociais pode ser um importantíssimo obstáculo à participação em actividades económicas que exijam uma laboração assente em instruções rigorosas ou que requerem um minucioso controlo de qualidade, assim como, a falta de condições físicas, devido à falta de cuidados de saúde, pode impedir a deslocação de inúmeras pessoas ao local de trabalho. Por exemplo, O desenvolvimento económico do Japão foi claramente impulsionado pelo desenvolvimento de recursos humanos, associados às oportunidades sociais que tinham sido criadas.

prosperidade própria, com vista ao alcance de uma “soberania pessoal”¹⁸³. Esta soberania pessoal, produto de um processo educativo válido e adequado, permitirá uma crescente participação dos cidadãos com base nas suas próprias capacidades, tornando a democracia cada vez mais genuína (Mayor, 2001:91).

O processo de participação é considerado “um pilar fundamental da democracia” (Mayor, 2000:72), uma vez que as instituições e as práticas democráticas baseiam-se na articulação dos cidadãos em torno de interesses e necessidades comuns, visando a tomada de decisões e a aplicação das mesmas. Esta característica fundamental da democracia habilita as sociedades a resolverem pacificamente os conflitos, ao mesmo tempo que possibilita a redução do risco dos antagonismos existentes resvalarem em confrontações ou conflitos armados (Conac, 2001:201).

De igual modo, ao promover o diálogo aberto, a participação vai impulsionar o engajamento cívico - tornando-o mais activo -, a responsabilidade, a transparência e a legitimação, e o Estado de direito (direito de voto e de participação na selecção dos poderes legislativos e executivos, liberdade de expressão, etc.) que, segundo estudos recentes, têm uma relação directa na promoção e reforço da prosperidade e da segurança económica. Os países que optam por uma governação transparente e aberta beneficiam de altos níveis de investimento e de um crescimento económico mais rápido, além de uma ajuda estrangeira mais efectiva e mais disponível (Stiglitz, 2001:51-52), que tanto possibilitarão a geração de riqueza pessoal, como a criação de recursos públicos destinados à promoção do desenvolvimento (Sen, 2003:27).

Os processos abertos, transparentes e participativos, característicos da cultura democrática, têm também uma forte influência sobre o processamento de expansão e transformação das instituições financeiras, bem como na acessibilidade e disponibilidade de financiamento. Nas sociedades onde vigora o Estado de direito, a confiança na justiça permite que mais facilmente se desenvolva uma cultura do crédito, como um dos braços da estratégia de desenvolvimento, que venha a permitir um reforço da capacidade económica dos agentes (desde grandes a pequenas empresas) e, consequentemente, até uma possível diversificação e reforço da economia.

¹⁸³ Federico Mayor define a soberania individual como sendo a “soberania que cada pessoa deve ter sobre si própria. Cidadãos que são iguais perante a lei, que são livres, que agem de acordo com os seus próprios desígnios sobre o futuro, que tomam as suas decisões” (Mayor, 2000:72).

Neste contexto, é possível terminar este ponto fazendo referência às palavras do antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, que explica que “uma cultura de democracia, marcada pela comunicação, diálogo e abertura às ideias e actividades do mundo, ajuda a criar uma cultura de desenvolvimento” (Boutros-Ghali, 1996)¹⁸⁴ e “contribui para a manutenção da paz, da segurança, da justiça e o respeito dos direitos humanos, o desenvolvimento económico e social”¹⁸⁵.

4.3 Perspectivação do Futuro da Sociedade Civil Angolana

A evolução das actividades da Sociedade Civil angolana ficou marcada por quatro fases distintas: Uma primeira fase é o período antes da independência, a segunda fase engloba os primeiros quinze anos de independência, a terceira fase é a de maior evolução e visibilidade das organizações da Sociedade Civil marcada pela abertura política de 1991 e, mais recentemente, pela constituição do movimento de paz, e a última fase que representa a actualidade, tempo de consolidação da paz, marcada pelo fim do conflito militar e pela assinatura do Memorando de Luena¹⁸⁶.

Durante a década de 1990 e até ao término da guerra civil, o exacerbar do conflito e da crise social e humanitária teve sobre o sector da Sociedade Civil um efeito de diversificação e recomposição que está na origem de muitas das fragilidades que até hoje minam o seu potencial¹⁸⁷. De igual modo, resultou ainda no despertar da Sociedade Civil como uma força credível, com habilidade suficiente para tirar vantagens da gradual abertura política e uma referência cada vez mais incontornável da esfera pública angolana (de Klerk, 2004; Pacheco, 2002:57), e também na reunião e mobilização de um conjunto de organizações em torno do objectivo de paz através do diálogo e de um acordo negociado. O facto é que, ao contrário das expectativas da Sociedade Civil angolana, o fim da guerra foi efectivamente marcado pela via militar, em que a morte em combate de

¹⁸⁴ Citado em Roland Paris (2006:36).

¹⁸⁵ Citado em Gérard Conac (2001:201).

¹⁸⁶ Acordo de paz que marcou o fim do conflito armado angolano, assinado a 4 de Abril de 2002.

¹⁸⁷ Segundo Fernando Pacheco, existe um conjunto de factores históricos, sociais e políticos que explicam porque razão a Sociedade Civil em Angola é tão frágil. Durante décadas, a sociedade angolana foi marcadamente uma sociedade politicamente polarizada, gerida por regimes totalitaristas e com longos períodos de guerra. De igual modo, as preocupações das pessoas estão essencialmente voltadas para os mecanismos de sobrevivência, sendo que pouco tempo, energia e atenção são deixados para a vida associativa e para as acções colectivas (Pacheco, 2002:54).

Jonas Savimbi, também ditou a “morte” da credibilidade do movimento cívico angolano (Miranda, 2004:27), não só porque ele perdeu o seu tema unificador de luta pelo fim da guerra e o alcance da paz (de Klerk, 2004), mas também porque a resolução militar gerou um movimento crítico quanto à fraca capacidade de influenciar e de impulsionar a mudança de comportamento do governo e da UNITA, que preteriram a via pacífica em função do recurso às armas.

De qualquer forma, apesar das claras fragilidades que ainda possui, quatro anos após o término do conflito civil, o papel das organizações da Sociedade Civil, ligadas ou não ao movimento de paz, continua a ser, tal como naqueles dias, de crucial importância. Os esforços empreendidos durante as longas décadas de guerra civil continuam a ser necessários e válidos, uma vez que o fim do conflito armado de forma alguma garante o fim das tensões e a reconciliação espontânea, ou as bases de uma democratização efectiva, de uma paz sustentável e de um desenvolvimento duradouro. Estas tarefas que compõem o desafio da transição exigem geralmente dos actores, de todos os níveis e de todos os sectores da sociedade¹⁸⁸, um esforço coordenado no cumprimento dos seus respectivos papéis, complementando-se umas às outras, e que simultaneamente facilitem o amplo e holístico processo de longo prazo de construção da paz, da democracia e do desenvolvimento (de Klerk, 2004). À Sociedade Civil impõe-se a necessidade de se transformar a si própria. É dela exigido o reposicionamento e reformulação de estratégias, até então definidas em função da guerra, a adaptação e o redireccionamento das metas para os novos desafios em contexto de paz ou antigos problemas por resolver, e a introspecção e análise de cada organização para avaliação das suas próprias fraquezas e pontos fortes, como forma de reforçar a sua capacidade adaptativa, a coerência em relação às demandas mais prementes da população e a complexificação, coordenação e articulação de esforços entre as diversas organizações e “entre elas e os centros de conhecimento e de saber, e com as elites intelectuais e académicas”¹⁸⁹ (Pacheco,

¹⁸⁸ Entre eles da Sociedade Civil, que deve trabalhar em conjunto com governos, partidos da oposição e população em geral.

¹⁸⁹ As fontes de conhecimento sobre o país estão ainda muito dependentes de elementos produzidos durante o período colonial. Torna-se por isso urgente a geração a nível interno de um conhecimento próprio, apenas possível através da implementação de políticas de desenvolvimento adequadas e de estratégias que não só permitam o estabelecimento de parcerias entre centros de pesquisa e organizações da Sociedade Civil, de forma a melhorar a sua capacidade efectiva, mas também outros mecanismos que habilitem a emergência no país de pensamento estratégico crítico e independente com objectivo de desenvolvimento.

2002:57), numa incessante busca e empenho em prol da edificação de uma sociedade verdadeiramente mais justa e pacífica.

Neste sentido, diante dos enormes desafios humanitários, sociais, políticos e económicos que resultaram dos quase trinta anos de guerra civil, num primeiro passo, cabe à Sociedade Civil angolana a edificação de uma agenda comum, que seja coesa e coerente, e que estabeleça um consenso sobre as prioridades políticas, económicas e sociais da Sociedade Civil em contexto de paz. O estabelecimento de uma agenda comum, através de uma visão negociada e partilhada pelas diferentes forças políticas e sociais, não só permitirá encontrar, ou reforçar, os mecanismos de coexistência e de capacidade negocial com as instituições do Estado, num claro passo para a fortificação da cultura democrática do país em geral, como também, ao ser núcleo de uma ampla participação, legitimará o seu potencial para influenciar as decisões governamentais, e permitirá quebrar o monopólio que o Estado e os partidos políticos reivindicam para si na definição dos desígnios do país (de Klerk, 2004).

As organizações da Sociedade Civil podem desempenhar um papel crucial na construção e estabelecimento de pontes entre grupos polarizados. Elas têm a capacidade de representar um leque de interesses não abrangidos por nenhum partido político, e a possibilidade de advogarem sobre eles, sendo por isso um importante suplemento e elemento de correcção para os partidos políticos, e promotores do diálogo e da reconciliação (Miranda, 2004:27). Esta característica da Sociedade Civil¹⁹⁰ tem vindo a ganhar cada vez mais força nas correntes de pensamento sobre o futuro da governação local em Angola. Numa perspectiva inovadora, Fernando Pacheco defende a descentralização com recurso a eleições autárquicas¹⁹¹ em conjunto com a inclusão de agentes tradicionais e representantes da Sociedade Civil a nível local, que terão a função de facilitar o contacto e os mecanismos de negociação entre as comunidades e o Estado, sem no entanto procurar substituí-lo, de modo a ajudar a encontrar formas de promover a reestruturação das comunidades locais, melhorar o acesso aos serviços sociais e

¹⁹⁰ A capacidade de estabelecer pontes entre diferentes grupos.

¹⁹¹ As eleições autárquicas são consideradas uma forma de administração pública mais próxima dos cidadãos e mais favorável à participação, à responsabilidade e à transparência.

oportunidades económicas, e o reforço institucional, tornando mais suave a transição entre a situação actual e a democracia completa¹⁹² (Pacheco, 2002:62).

No trabalho que desenvolvem com as comunidades, através da sua intervenção ao nível local e da promoção de debates inclusivos sobre os mais variados temas, as organizações da Sociedade Civil conseguem juntar as elites¹⁹³ e o comum dos cidadãos em torno de interesses comuns, contribuindo para a amplificação da arena de participação pública, resgate da identidade e para a promoção da reconciliação nacional. É necessário que a Sociedade Civil aproveite a sua característica fundamental criadora de capital social e ajude na reintegração e reinserção de refugiados, deslocados e desmobilizados de guerra, no apaziguamento dos espíritos, no perdão das atrocidades e abusos dos direitos humanos cometidos, e na reconstituição do tecido social (Pacheco, 2002:59). De igual modo, têm um papel determinante na promoção e defesa dos direitos humanos e na promoção do papel das mulheres na sociedade.

As organizações da Sociedade Civil detêm ainda uma enorme capacidade de contribuir para a mudança social e humana, que precisa de ser valorizada, utilizada e desenvolvida dentro do actual contexto de transição, e que exige um enorme esforço de investimento nas pessoas e nas instituições. A experiência mostra que tanto as igrejas como as ONG podem desempenhar um papel fundamental na prestação e melhoria de determinados serviços, principalmente nas zonas rurais, e especialmente em áreas como a da saúde e da educação, contribuindo assim para o combate à pobreza e para uma notável melhoria da qualidade de vida. Neste aspecto é necessário ter uma atenção especial com a educação das mulheres e das crianças, como forma de quebrar os ciclos de exclusão social, e de prevenir o analfabetismo e a discriminação (Pacheco, 2002:61).

É também de destacar o crescente nível de consciência de cidadania entre as ONG e o facto de algumas se destacarem pela denúncia de casos de corrupção e de abusos dos direitos humanos, pela exigência de processos de transparência e de participação pública,

¹⁹² Sobre este aspecto, Fernando Pacheco refere que experiências de acção com comunidades locais demonstram que cidadãos envolvidos em projectos comunitários, além de mais dinâmicos, envolvem-se e abraçam ideias de cariz democrático mais facilmente (Pacheco, 2002:62). Por conseguinte, a construção de pontes de comunicação entre as administrações municipais do Estados e os seus cidadãos, e a implementação de espaços de participação e de debate público sobre assuntos nacionais ou da comunidade, tornou-se numa importante estratégia de construção do capital social e num extraordinário contributo para a cidadania.

¹⁹³ Principalmente as governamentais e as intelectuais.

e pela reivindicação para que o governo assuma o seu papel como garante dos direitos e das liberdades dos cidadãos.

*

Em suma, este capítulo teve como tónicas principais a apropriação do conceito de Sociedade Civil pelo paradigma do desenvolvimento, o que veio permitir um ímpeto renovado aos estudos sobre o desenvolvimento que adquiriram uma abordagem multidisciplinar, numa aproximação aos seres humanos e às suas relações sociais e numa valorização crescente da importância dos factores não económicos no desenvolvimento.

Hoje, com o final do conflito armado, novos desafios são impostos à Sociedade Civil angolana. Apesar de sofrer de inúmeras limitações e fragilidades, o facto é que ela tem conseguido reformular e adaptar as suas estratégias, até então definidas em função da situação de guerra civil, e com sucesso reposicionou-se perante este novo contexto de paz. Tem contribuído eficazmente para a conclusão de tarefas como a ampliação da arena de participação pública, o encorajamento de um diálogo inclusivo e a edificação de pontes entre as comunidades locais e as instituições do governo, a defesa dos direitos humanos, o combate à pobreza, a promoção da reconciliação nacional e da cidadania, demonstrando que a Sociedade Civil, tal como durante as décadas de conflito, continua a ter um papel a desempenhar na edificação de uma sociedade verdadeiramente justa e pacífica, norteadas pelos princípios interactivos de consolidação da paz, democracia e desenvolvimento duradouro.

Conclusão

Para fechar este processo de investigação, em que se procurou desenvolver uma estrutura analítica que permitisse a avaliação da contribuição da Sociedade Civil angolana para o processo de democratização, paz e desenvolvimento, este ponto de conclusões gerais consiste na revisitação e síntese da informação analisada, e da linha de argumentação que conduziu esta dissertação.

Desde as primeiras contribuições que têm como base os estudos clássicos e medievais do homem como *animale sociale et politicum* de São Tomás de Aquino, às mais recentes que culminaram na formação das três escolas de pensamento contemporâneo, que o conceito de Sociedade Civil sofreu inúmeras alterações e adquiriu uma multiplicidade de significados, formas e utilidades, que resultaram da influência de um vasto conjunto de factores, entre os quais o momento histórico, a base cultural e a localização geográfica, o contexto social e individual, bem como as perspectivas teóricas ou as convicções políticas daqueles que o moldaram.

As três linhas de pensamento da Sociedade Civil que marcam a actualidade – designadamente: o modelo analítico, o modelo normativo, e o modelo comunicativo – têm as suas raízes nas múltiplas nuances adquiridas pelas ideias chave do conceito ao longo da sua história com as devidas reconfigurações e adaptações à vida moderna. Apesar de distintas e contrastantes, apresentam uma característica de complementaridade, que permite compilar e conjugar, numa única estrutura, as virtudes das três escolas em prol quer da ideia, quer da mudança social, de modo a que as fraquezas de um conjunto de teorias sejam equilibradas pelas vantagens e contributos de outra. Simultaneamente, permite gerar uma acção mais efectiva e vantajosa para o alcance dos objectivos de democracia, paz e desenvolvimento.

A promessa de ser a panaceia de todos os males de desenvolvimento e dos problemas das democracias estabelecidas ou emergentes está na origem da difusão e adopção da ideia por gentes de todo o mundo em desenvolvimento, e de África, em particular, cujas sociedades civis emergiram como uma força cada vez mais importante no desenvolvimento político do continente, assumindo um papel determinante na

mudança de ambiente político interno de pura hegemonia e monopólio do Estado para um crescente pluralismo de poder.

Não obstante a utilidade conceptual, a relevância e a qualidade das organizações em contexto africano ser seriamente contestada, propusemo-nos a fazer uma análise das quatro teses distintas sobre a relevância da aplicabilidade do conceito em palcos africanos, que somado ao estudo genealógico que o antecede, nos proporcionou uma sistematização dos contrastes entre o contexto europeu da sua origem e a conjuntura africana sobre a qual nos debruçamos. Igualmente, permitiu-nos depreender que o conceito de Sociedade Civil depende menos da sua definição abstracta, e mais da sua extensão e influência nas experiências actuais de todo o mundo, na medida em que envolve as realidades e os significados locais criados à sua volta como parte de uma crescente negociação universal entre cidadãos, Estados e mercados, o que lhe concede a faculdade de ser utilizado de formas distintas, e até mesmo contrastantes, por pessoas ou comunidades diferentes, quer dentro do contexto ocidental das suas origens ou dos países em desenvolvimento, quer dentro de um mesmo país. Portanto, conclui-se que a transposição do conceito para outros palcos que não o ocidental é possível, desde que não seja aplicado de forma demasiado rígida e se a transposição for precedida das devidas adaptações ao nível da análise e da implementação de políticas que permitam uma adequação às realidades locais. Este facto justifica a sua demarcada utilidade analítica na análise da política africana contemporânea, uma vez que a sua reemergência está ligada a um vasto número de mudanças estruturais e à transformação do Estado, mas também pela sua importante capacidade de inspirar novos modos de acção e de participação das múltiplas entidades que formam o mosaico social angolano.

A Sociedade Civil angolana ressurgiu com a reforma democrática e a revisão constitucional de 1991. É uma entidade profundamente marcada por um amplo conjunto de fragilidades e constrangimentos gerados, por um lado, pela utilização exacerbada da expressão, essencialmente com objectivos políticos numa tentativa de cooptação e controlo dos seus líderes, ou com fins económicos como forma de adquirir meios de sustento alternativos, por outro lado, pela própria história do país, uma vez que o desenvolvimento e a capacidade do sector foram gravemente circunscritos e restringidos

quer pelo regime colonial, quer pela forma de poder autoritária implantada depois da independência.

Todavia, ao longo dos últimos anos temos assistido a um esforço colossal por parte das várias organizações que compõem a Sociedade Civil angolana em melhorar o impacto das suas acções, ao nível organizacional e a capacidade de coordenação e de articulação entre as várias organizações, e entre elas e o Estado, ou outras entidades, em reforçar a consciência cívica e a mentalidade pública, em desenvolver democracia interna, a transparência e a autonomia em relação aos órgãos do Estado, bem como, em assumir o seu papel na promoção, consolidação e desenvolvimento democrático do país.

Apesar da actuação da Sociedade Civil angolana ter como prioridade a luta pela paz, visto que a guerra foi um forte pretexto utilizado para justificar o clima de contenção democrática, procurou sempre clarificar que a democracia participativa constituía um eixo fundamental da sua actuação, e simultaneamente um importante vector de construção e consolidação da paz. Assim sendo, na luta pela implementação da paz, a Sociedade Civil angolana e o seu movimento pacifista procuraram ter um envolvimento directo na resolução do conflito, apelando às partes para que cedessem a uma resolução pacífica, construída sobre um cessar-fogo e uma estrutura baseada no diálogo inclusivo, na promoção da reconciliação nacional e na aproximação das partes, e que impulsionasse a aplicação do conceito de paz positiva através da criação de uma sociedade mais justa e equitativa, conduzindo à geração de estruturas políticas abertas a todos e de um governo transparente e responsável, ao desenvolvimento social e económico, à liberdade de opinião e de associação, à salvaguarda dos direitos humanos, e à elaboração de uma constituição representativa do todo nacional. Contudo, ao contrário dos esforços da Sociedade Civil, o conflito foi resolvido militarmente. Mas o contributo por ela prestado foi de enorme valia e extremamente decisivo na criação de uma terceira voz nacional, num contexto político extremamente polarizado como o angolano, teve um desempenho determinante para o alcance de todos os progressos conseguidos na abertura do espaço público, bem como na pluralização dos canais de comunicação, na formação de uma arena de participação e debate público que foi determinante no aumento da tolerância por parte do governo, e na geração de uma opinião pública e de uma consciência nacional

crítica, insatisfeita com a situação humanitária, económica e social criada pela guerra e pelo fraco desempenho governamental.

Também a preocupação da Sociedade Civil com a construção de uma paz positiva demonstrou estar correcta, uma vez que o fim da guerra não garante o fim das tensões, nem a edificação das bases de sustentação da paz, democracia ou desenvolvimento. Hoje mesmo com o fim das hostilidades, a sociedade angolana continua a ser uma sociedade onde os princípios sociais da igualdade, justiça, equidade, ética, não-violência, e bem-estar social, ainda não estão presentes. Muitos dos problemas que tiveram a sua origem no conflito ou, que estão na origem do conflito em si, continuam por resolver.

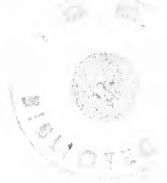
O país encontra-se, por isso, num período de tripla transição e esta tarefa exige de todos (governo, oposição e Sociedade Civil) contributos positivos, seriedade e comprometimento, num conjunto de funções que, não sendo as mesmas, se complementam na resolução das sequelas de um conflito que durou décadas e cujas consequências demorarão anos a ser resolvidas, e se conjugam com vista a facilitar o amplo e holístico processo de construção da paz, reforço da democracia e desenvolvimento.

Neste contexto, impõe-se que a Sociedade Civil angolana reformule as suas estratégias, até então definidas em função da guerra, de modo a efectivar uma adaptação e um redireccionamento das metas para os novos desafios originados pelo contexto de paz e pelas demandas mais prementes da população, de modo a avançar eficazmente para a conclusão de tarefas como a ampliação da arena de participação pública, o encorajamento de um diálogo inclusivo e a edificação de pontes entre as comunidades locais e as instituições do governo, defesa dos direitos humanos, combate à pobreza, promoção da reconciliação nacional e da cidadania, e a demonstrar que, tal como durante as décadas de conflito, ela continua a ter um papel a desempenhar na edificação de uma sociedade verdadeiramente justa e pacífica, norteadas pelos princípios interactivos de consolidação da paz, democracia e desenvolvimento duradouro.

Bibliografia

- Anheier, Helmut e Carlson, Lisa (2002). *Civil Society: What it Is, and How to Measure It*. Civil Society Briefing N.º 3. Londres: CCS/London School of Economics and Political Science. Disponível online em: <http://www.lse.ac.uk/depts/ccs/briefings.htm>
- Annan, Koffi (2000). Peace and Development: One Struggle, Two Fronts. *Development Outreach*, Vol. 2, N.º 1, Winter 2000. Washington, DC: World Bank Institute.
- Barash, David (1991). *Introduction to Peace Studies*. California: Wadsworth Publishing Company.
- Batthyány, Karina (2004). Obstáculos a Segurança Humana. *Observatório da Cidadania 2004*, 14-17. Disponível online em: <http://www.socialwacth.org/es/informeimpreso/pdfs/tematicosa2004>
- Bernstein, Henry (2005). Development Studies and the Marxist. In Uma Kothari (ed.), *A Radical History of Development Studies: Individuals, Institutions and ideologies*. London: Zed Books.
- Bratton, Michael (1994). *Civil Society and Political Transition in Africa*. IDR Reports, Vol.11, N.º 6. Boston: Institute for Development Research.
- Bresser Pereira, Luíz (1998). *Sociedade Civil: Agente de Reforma e Objecto de Auto-Democratização*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional do Centro Latino-americano de Administração para o Desenvolvimento, Madrid. Disponível online em: www.clad.org.ve/bresser3.html
- Bujra, Abdalla (2004). African Civil Society, Democracy & Development. In Adballa Bujra e Said Adejumobi (eds.), *Breaking Barriers, Creating New Hopes: Democracy, Civil Society and Good Governance in África*. Addis Ababa: Africa World Press e Development Policy Management Forum.
- Carvalho, Paulo de (2004). *Exclusão Social em Angola: o caso dos deficientes físicos de Luanda*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Castro Henriques, Mendo (1999). *O que Há de Novo na Sociedade Civil*. Mimeografado. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional. Disponível online em: <http://www.terravista.pt/portosanto/1139/artigo%20sociedade.civil.htm>

- Chabal, Patrick e Daloz, Jean Pascal (1999). *Africa Works – Disorders as Political Instrument*. Oxford/Bloomington: The International African Institute, James Currey and Indiana University Press.
- Cohen, Jean e Arato, Andrew (1992). *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press.
- Colletta, Nat; Kostner, Markus e Wiederhofer, Ingo (1996). *The Transition from War to Peace in Sub-Saharan Africa*. Washington, DC: The World Bank.
- Colletta, Nat; Kostner, Markus; Cleves, Patricia e Mendelson, Johanna (2000). Toward an Architecture for Sustainable Peace and Development: Lessons from the World Bank's Experience. In Andres Solimano (ed.), *Colombia: Essays on Conflict, Peace and Development*. Washington, DC: The World Bank.
- Comerford, Michael (2004). Vozes Alternativas: o Movimento Angolano pela Paz. In Guus Meijer (ed.), *Da Paz Militar à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano*. Accord N.º15. London: Conciliation Resources. Disponível online em: http://www.c-r.org/accord/ang/accord15_port/06.shtml
- Conac, Gérard (2001). Trabalhar para a Paz é uma Obrigação Ardente que Deve Mobilizar todos os Homens e Mulheres de Boa Vontade. In Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (org.), *Angola: Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento*. Luanda: FDUAN.
- Diamond, Larry (1999). *Developing Democracy - Toward Consolidation*. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press.
- Dicionário de Economia e Ciências Sociais (2001). C.-D. Echandemaison (coord.), *Colecção de Dicionários Temáticos*. Porto: Porto Editora.
- Eco, Umberto (2002). *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*. 9ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- Edwards, Michael (2004). *Civil Society*. Cambridge: Polity.
- Ennes Ferreira, Manuel (2005). Development and the Peace Dividend Insecurity Paradox in Angola. *The European Journal of Development Research*, Vol.17, N.º 3, September 2005, 509-524.
- Ennes Ferreira, Manuel e Ducados, Henda (1998). *O Financiamento Informal e as Estratégias de Sobrevivência Económica das Mulheres em Angola: a Kixikila no*



- município do Sambizanga (Luanda)*. CEsA, Documento de Trabalho, N.º 53. Lisboa:CEsA.
- Fatton Jr., Robert (1995). *África in the Age of Democratization: The Civic Limitations of Civil Society*. *African Studies Review*, Vol.38, N.º2, 67-99.
- Franco, Augusto de (2002). *A Nova Sociedade Civil: o Terceiro Sector e o seu Papel Estratégico*. Brasília: Agência de Educação para o Desenvolvimento.
- Ferreira, Patrícia (2002). *A sociedade Civil no Debate Angolano: Protagonistas e Posições*. Documento de Trabalho. Lisboa: IEE.
- Freedom House (2006). *Freedom in the World 2006*. Disponível online em: <http://www.freedomhouse.org/research/freeworld.htm>
- Galtung, Johan (1996). *Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization*. London: SAGE Publications.
- Glasius, Marlies (2001). *Civil Society: A Very Brief History*. Civil Society Briefing N.º 1. Londres: CCS/London School of Economics and Political Science. Disponível online em: <http://www.lse.ac.uk/depts/ccs/briefings.htm>
- Green, Andrew (1999). *A Cross-Regional Analysis of Civil Society and Democratic Development*. Working Paper N.º 2/00. California: The Center for International Studies University of Southern California.
- Gyimah-Boadi, Emmanuel (2001). *Sociedade Civil e Desenvolvimento Democrático em África*. In Fundação Calouste Gulbenkian (org.), *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Guha-Sapir, Debarati e Gómez, Vicente (2006). *Angola: The Human Impact of War*. Brussels: Centre for Research on the Epidemiology of Disasters (CRED)/Université Catholique de Louvain.
- Harbeson, John (1994). *Civil Society and Political Renaissance in Africa*. In John Harbeson, Donald Rothchild e Naomi Chazan (eds.), *Civil Society and State in Africa*. Boulder: Lynne Rienner.
- Harriss, John (2005). *Great Promise, Hubris and Recovery: a Participant's History of Development Studies*. In Uma Kothari (ed.), *A Radical History of Development Studies: Individuals, Institutions and ideologies*. London: Zed Books.

- Hodges, Tony (2002). *Angola do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. Cascais:Principia.
- Hodges, Tony (2004). O Papel da Gestão de Recursos na Construção de uma Paz Sustentável. In Guus Meijer (ed.), *Da Paz Militar à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano*. Accord N.º15. London: Conciliation Resources. Disponível online em: http://www.c-r.org/accord/ang/accord15_port/10.shtml
- Howell, Jude e Pearce, Jenny (2002). *Civil Society and Development: A Critical Exploration*. Boulder: Rienner Lynne.
- Howen, Nicholas (2001). *Peace-Building and Civil Society in Angola: A Role for the International Community*. Londres: Department for International Development (DFID) e Foreign and Commonwealth Office (FCO).
- HRW (2004). *Democracia Inacabada: os Media e a Liberdade Política em Angola*. Human Rights Watch Report, July 14. Disponível online em: <http://hrw.org/backgrounder/africa/angola/2004/angola0704.pdf>
- ICG (2003). *Dealing with Savimbi's Ghost: The Security and Humanitarian Challenges in Angola*. Africa Report N.º 58, February. Luanda/Brussels: ICG.
- João Paulo II (2001). Mensagem do Santo Padre. In Movimento Pro Pace (org.), *Congresso Pro Pace – Documentos*. Uíge: Grafica Lux da Diocese do Uíge.
- Jorge, Manuel (1998). *Para Compreender Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Jeong, Ho-Won (2000). *Peace and Conflict Studies: An Introduction*. Burlington: Ashgate.
- Kasfir, Nelson (ed.) (1998). *Civil Society and Democracy in Africa: Critical Perspectives*. London: Frank Cass.
- Keane, John (2001). *A Sociedade Civil: Velhas Imagens e Novas Visões*. Lisboa: Temas e Debates.
- Kibble, Steve (2002). Options for Peace and Reconciliation. In Inge Tvedten (coord.) *Key Development Issues and Aid in a Context of Peace*. Report 2002:8. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Klerk, Britt de (2004). *Peacebuilding, Civil Society and Political Parties in Angola*. CIPS Electronic Briefing Paper N.º 3. Pretoria: University of Pretoria. Disponível online em: <http://www.up.ac.za/academic/cips>

- Lachartre, Brigitte (2002). Angola: Les Fronts de la Société Civile face à la Guerre. *Lusotopie* 2002/1, 189-208.
- Lewis, David (2002). Civil Society in African Contexts: Reflections on the Usefulness of a Concept. *Development and Change*, Vol. 33, N.º 4, 569-586.
- Makumbe, John (1998). Is There a Civil Society in Africa?. *International Affairs*, Vol. 74, N.º 2, 305-317.
- Marques Guedes, Armando (2005). *Sociedade Civil e Estado em Angola – O Estado e a Sociedade Civil sobreviverão um ao outro?*. Coimbra: Almedina.
- Massam, Bryan (1996). *An Essay on Civil Society*. Civil Society Project. Ontário: The Community Economic Development Centre/Simon Fraser University. Disponível online em: <http://www.sfu.ca/cedc/research/civilsoc/massam2.htm>
- Mateus, Ismael (2004). O Papel da Mídia no Conflito e na Construção da Democracia. In Guus Meijer (ed.), *Da Paz Militar à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano*. Accord N.º15. London: Conciliation Resources. Disponível online em: http://www.c-r.org/accord/ang/accord15_port/13.shtml
- Mayor, Federico (2000). Princípios Democráticos e Governação. In João Carlos Espada (coord.), *A Invenção Democrática*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Mayor, Federico (2001). Desenvolvimento Endógeno e Governação Democrática. In Fundação Calouste Gulbenkian (org.), *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Milando, João (2003). *O Desenvolvimento Participativo em Contextos Institucionais "Adversos": Aspectos Africanos*. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE.
- Miranda, Armindo (2004). *Angola Waiting for Elections*. Reports 2004:11. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Norwegian Refugee Council/Global IDG Project (2005). *Profile of Internal Displacement: Angola compilation of the information available in the Global IDG Database of Norwegian Refugee Council*. Genebra: Global IDP Project. Disponível online em: <http://www.internal-displacement.org>
- Obadare, Ebenezer (2004). The Alternative Genealogy of Civil Society and Its Implications for Africa: Notes for Further Research. *Africa Development*, Vol.29, N.º 4, 1-18.

- OCDE (2005). *Peace-Building Overview*. DAC/Mainstreaming Conflict Prevention Issues Brief. Disponível online em: <http://www.ocde.org/dac/conflict/issuesbriefs>
- Olivier de Sardan, Jean-Pierre (1990). Para uma Abordagem Antropológica das Ideologias e Práticas de Desenvolvimento. *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.º 12-13, Janeiro – Dezembro, 189-198.
- Orvis, Stephen (2001). Civil Society in Africa or African Civil Society?. *Journal of Asian and African Studies*, Vol. 36, N.º 1, 17-38.
- Pacheco, Fernando (2001). Sociedade Civil em Angola. Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto (org.), *Angola: Direito, Democracia, Paz e Desenvolvimento*. Luanda: FDUAN.
- Pacheco, Fernando (2003). *O Papel da sociedade Civil na Prevenção e Gestão de Conflitos Eleitorais*. Comunicação apresentada na Conferência Regional sobre Prevenção de Conflitos Eleitorais na Região da SADC, Luanda, 26/27 de Novembro.
- Pacheco, Fernando (2002). The Role of Civil Society in the Social Reconstruction in Angola. In Inge Tvedten (coord.) *Key Development Issues and Aid in a Context of Peace*. Report 2002:8. Bergen: Chr. Michelsen Institute.
- Parekh, Bhikhu (2005). Putting Civil Society in its Place. In Marlies Glasius, David Lewis e Hakan Seckinelgin (eds.), *Exploring Civil Society: Political and Cultural Context*. London: Routledge.
- Paris, Roland (2006). *At War's End: Building Peace After Civil Conflict*. New York: Cambridge University Press.
- Pestana, Nelson (2003). *As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola*. CEA Occasional Paper Series, n.º 7. Lisboa: ISCTE.
- Phillips, Estelle e Pugh, D. S. (1998). *Como Preparar um Mestrado ou Doutoramento: Um Manual Prático para Estudantes e seus Orientadores*. Lisboa: Lyon Edições.
- PNUD (1994). *Relatório do Desenvolvimento Humano: Novas Dimensões da Segurança Humana*. Lisboa: Tricontinental Editora.
- PNUD (2005). *Relatório do Desenvolvimento Humano: A Cooperação Internacional numa encruzilhada*. Lisboa: Ana Paula Faria Editora.

- PNUD Angola (2005). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2004: Construindo uma Paz Social*. Luanda: Angola, Instituto de Pesquisa Económica e Social.
- Posner, Daniel (2004). Civil Society and the Reconstruction of Failed States. In Robert Rotberg (eds.), *When States Fail: Causes and Consequences*. Princeton: Princeton University Press.
- Rodrigues, António dos Reis (2003). *O Homem e a ordem social e política*. Cascais: Principia.
- Scholte, Jan Aart (1999). *Global Civil Society: Changing the World*. CSGR Working Paper n.º 31/99. Coventry: CSGR/University of Warwick. Disponível online em: <http://www.csgr.org>
- Scholte, Jan Aart (2002). *What is Globalization? The Definition Issue - Again*. CSGR Working paper n.º 109/02. Coventry: CSGR/University of Warwick. Disponível online em: <http://www.csgr.org>
- Sen, Amartya (2003). *O Desenvolvimento como Liberdade*. Lisboa: Gradiva
- Shannon, Roisin (2003). Peace-Building and Conflict Resolution Interventions in Post-Conflict Angola: NGDO's Negotiating Theory and Practice. *Trocaire Development Review* 2003/04, 33-55. Dublin:TDR
- Stiglitz, Joseph (2001). Participation and Development: Perspective from the Comprehensive Development Paradigm. In Farrukh Iqbal e Jong-Il You (eds.), *Democracy, Market Economics & Development: An Asian Perspective*. Washington, DC: The World Bank
- UN Angola (2002). *Angola: The Post-War Challenges*. Common Country Assessment 2002. Luanda: United Nations in Angola.
- Vieira, Liszt (1996). Sociedade Civil e Espaço Global. *Revista São Paulo em Perspectiva*, Outubro-Dezembro. Disponível online em: http://www.lisztvieira.pro.br/texto_sociedade_civil.html
- Vieira, Liszt (1997). Cidadania e Sociedade Civil no Espaço Público Democrático. *Revista do Departamento de Direito da PUC*, N.º 11. Disponível online em: <http://www.lisztvieira.pro.br>
- Vieira Lopes, Filomeno (2004). Os Desafios da Democratização. In Guus Meijer (ed.), *Da Paz Militar à Justiça Social? O Processo de Paz Angolano*. Accord N.º15.

London: Conciliation Resources. Disponível online em: http://www.c-r.org/accord/ang/accord15_port/11.shtml

Wolfe, Alan (1992). Three Paths to Development: Market, State and Civil Society. In Carlos Alberto Afonso (org.), *Development, Internacional Cooperation and NGO's*. Rio de Janeiro: IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Económicas e PNUD.

Sites Consultados

www.angolapress-angop.ao

www.angonoticias.com

www.jornaldeangola.com

www.semanarioangolense.net